

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 Rua M 85.560-000

01-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro Ṣão Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

PROCESSO Nº 139/2020

PREGÃO

EDITAL Nº 70/2020

FORMA: ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIRCROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08.02.082430018.2.052.3.3.90.39 (1730/F936)



Memorando 2.586/2020





Assunto: Solicitação de licitação para contratação de seguro -Aicross

Via 1/2

Chopinzinho/PR, 09 de Junho de 2020 às 09:01

De:

Para:

SMAS-CLIFA - Compras, Licitação, Infraestrutura, Frequência e Almoxarifado da GAB - Gabinete do Prefeito

A/C Josiane Moschen - Chefe de Gabinete

Assistência Social

Marcia Rejane Niendicker - Chefe da Divisão de Compras E Licitação, Infraestrutura, Frequencia E Almoxarifado.

Esta documentação faz parte do Memorando 2.586/2020



Memorando 2.586/2020



Assunto: Solicitação de licitação para contratação de seguro -Aicross

Via 2/2

Chopinzinho/PR, 09 de Junho de 2020 às 09:01

De:

Para:

SMAS-CLIFA - Compras, Licitação, Infraestrutura, Frequência e Almoxarifado da Assistência Social

GAB - Gabinete do Prefeito

A/C Josiane Moschen - Chefe de Gabinete

.

Marcia Rejane Niendicker - Chefe da Divisão de Compras E Licitação, Infraestrutura, Frequencia E Almoxarifado.

Esta documentação faz parte do Memorando 2.586/2020

TERMO DE ENTREGA	Nome legível:
Recebido em:	Assinatura:
u	RG/CPF:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atendimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 15/06/2020 09:49:34 por Roberto Alencar Przendziuk - Chefe da Divisão de Licitações E Contratos

"Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você." - Cynthia Kersey



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito:

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem através deste solicitar licitação para a contratação de apólice de seguro para o veículo CITROEN/AIRCROSS STARTMT - PLACA BDV-4C47, para uso dos atendimentos a Política de Assistência Social no Município. Solicita a vossa excelência, autorização para a aquisição, através de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletronico, sendo que a descrição encontra-se no Termo de Referência anexo.

A responsabilidade técnica pelo acompanhamento e fiscalização fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistencia Social.

Nestes termos pede deferimento.

Chopinzinho, 8 de junho de 2020.

Rosani Checelski Secretária Mun. de Assistência Social Decreto N° 483/2019 de 18/11/2019

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 483/2019 de 19/11/2019

US -F			jelenal			54 +	
******	The second second		14/0001	=40 - uabolika	EDV-4	LCAT.	
	RENAVAN 2076		CITROE			CARTET	
ANO	FAB TEL	CAT TARIE)	93580	Nº CHA	SS		
201					er er er er er er	-20 P	
	-FNS (R\$		PRÊMIO TA	ucipakiu Mari r	custo d o s a	EUR 7 (RS h	
	****	100	200	3100 2.515	****	** ***	
	DO BILLS		Libraria de como de la	(RS)	TO AL YEER AND PE	7, 15	
***	****	CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE PARTY.	MENTO		LIDATADES	artapan	
	DINL ATO	Chart	radora Lida	ARCELADO	rórcios		
		3690	do Seguro	DPVAT-S// 8.668.0001-04			
		·	6500000		715092	ARAG-A	
		80	00122076	.83-2 8	010111	1916-2	
00	MO	. 4200	1613689	BILHETE	DE SEGUI	RO OPVAT	
		14504	MOLUCOP		SXERV	1010	
ASSV		cpr	ICND4		201 9	9 8	MI-2015
76	-		/0001-6) 4	BDV-9	Ć47	Ė
e de la company				1.00			
γ^{i}			BLICA FE		IH DU 2 ESTRUTU		
	B	DETRA	NI_OD		Nº (11 c	(F3246-1)	TESTO
	Ś		HCADO DE RE	The same of the sa	CENCIAM		ECULO:
	4	050000000000000000000000000000000000000		SELECTION OF THE PROPERTY OF T	*****		
3		and the second	4	I COME	- 1 Min		
	0.	MUN	icirio-	DE GHU	·INELF	14 1	
	7		400			f ill	\$
	0 4		201,000		/ _n	- 	
	3	76.	775: 4:4	/ecol#	50 BD	<u>€</u> 4047	
	- 6	Pu	ACARNI/GE		160	29040	
		888	# \$ # \$ \$ 5 5 5 69-EGE			Can the	2.000 1-Set 5.258 874 874
	. LPA	SZAU	TOMOVEL		1314.30	ALCO/G	ASUL
	CI	THUE	NZATROP	098-81	and the second section of a second second	2019	The state of the s
		CA:				DOTPRES A OD ART. 12	A E E
	LSP	7123	MEU DIAMEGA		الموات عالم الموات عالم الموات عالم الموات		10.13 ₄ -4
	1//	*#GL				****	*****
			II TADD#:		2 2 2 2 2	THE STORES OF THE STORES	
	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	FAIXA	497-	FARCELAMENTA BECOMMENT	erana ya s	3 287	
	2010/04/2018 201	A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-	68 /	ACELAVELO		O PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY O	* * * * *
	2010/04/2018 201	A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-A-	89. T	ACELAVELO	ncer em	O PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY O	* * * * *
Remote	S)	BARA POTARE EGURA	68 /	ENC INEL	icholom ITO EM	O PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY O	* * * 4 *******************************
Number	SI	SEE MOTARE EGURE OTER	EX PS	ENC INEL	icholom ITO EM	O PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY O	* * * 4 *******************************
L DAMPON	SI	SEE MOTARE EGURE OTER	ASSESSES HORS	ENC INEL	icholom ITO EM	O PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY O	20



ESTADO DO PARANÁ DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN/PR



Consulta Consolidada do Veículo

Informações do Veículo

Renavam:

Chassi:

Placa:

Marca/Modelo:

0122.076838-0

935SUNFN1LB529040 Ano de Fabricação/Modelo: BDV-4C47

CITROEN/AIRCROSS STARTMT

Município:

2019 / 2020

Combustivel:

BRANCA

CHOPINZINHO

Espécie/Tipo:

ALCOOL/GASOLINA

Restrição à Venda:

Categoria: **OFICIAL**

PASSAGEIRO / AUTOMOVEL

Situação do Veículo: VIGENTE (EM CIRCULAÇÃO)

NÃO HÁ

IPVA

Seguro Obrigatório - DPVAT

Licenciamento Anual

NÃO HÁ DEBITOS DE IPVA

Discriminação	Valor (R\$)	Discriminação	Valor (R\$)
SEGURO OBRIGATORIO DPVAT ANTERIOR	7,15	TAXA DE LICENCIAMENTO 2020	86,50
SEGURO OBRIGATORIO DPVAT 2020	5,21	Vencimento em 07/10/2020	

ETENÇÃO: A expedição do documento Certificado de Registro é Licenciamento de Veículo (CRLV) somente ocorrerá após o recolhimento integral dos valores apresentados ampos: Débitos de IPVA, Débitos de Seguro Obrigatório - DPVAT, Débitos de Licenciamento, além de multas obrigatórias, caso existam, através da rede bancária rizada. Caso possua débitos de exercícios anteriores, estes poderão ser pagos para regularizar a situação do veículo até o vencimento do licenciamento do exercício atual

Resumo das Multas de Trânsito

Resumo das Autuações de Trânsito

Discriminação	Quantidade	Valor (R\$)	Discriminação	Quantidade	Valor (R\$)
MULTAS EM PROCESSO DE RECURSO	NADA CONSTA		AUTUAÇÕES NOTIFICADAS	NADA CONSTA	
OBRIGATORIAS			AUTUAÇÕES EM PROCESSO DE	NADA CONSTA	
MULTAS EM DIVIDA	NADA CONSTA		DEFESÁ		
ATIVA/EXEC.JUDICIAL/SOB JUDICE			AUTUAÇÕES EM PROCESSO DE	NADA CONSTA	
MULTAS OBRIGATÓRIAS	NADA CONSTA		NOTIFICAÇÃO		
MULTAS EM PROCESSO DE RECURSO NÃO OBRIGATÓRIAS	NADA CONSTA		Total	2000 SC 15111 Grap - 1	R\$ 0,00
MULTAS IMPOSTAS	NADA CONSTA				
Total		RS 0.00			

Informações Adicionais

o o pagamento já tenha sido efetuado, informamos que o prazo para atualização dos nossos cadastros é de até 2 dias úteis a partir da data do pagamento. Para pagamento, utilize o Guiche de Caixa ou Auto Atendimento dos bancos credenciados: Banco Cooperativo Sicredi, Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB), Banco Rendimento, Banco Santander ou Banco do Brasil.

Para pagamento de multas emita a Guia de Recolhimento ou procure a Ciretran ou Posto de Trânsito do seu município.

Em caso de dúvidas, ligue para a Central de Atendimento ao Cidadão, telefone 0800-643-7373, ou procure a Ciretran/Posto de Trânsito do seu município.

Este Extrato não vale como negativa de débitos.

Este Extrato é fornecido gratuitamente

Data Emissão: 22/05/2020 Hora: 11:34 Página: 1/1





Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:

maio de 2020

Código Fipe:

011166-0

Marca:

Citroën

Modelo:

AIRCROSS Shine 1.6 Flex 16V 5p Aut.

Ano Modelo:

2019 Gasolina

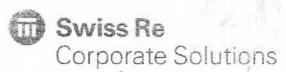
Autenticação

data da consulta

302mg2qmr28q sexta-feira, 22 de maio de 2020 11:49

Preço Médio

R\$ 65.310,00



Garantia Segurado - Setor Público

Tipo de Garantia: Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços Apólice Nº: 059912019005107750014720000000

APÓLICE DE SEGURO

DADOS DO SEGURO

Nº Apólice:

Endosso:

Nº da Proposta:

Data Emissão:

75 - Garantia Segurado - Setor Público

51750014720

000000

517500207722

02/10/2019

Protocolo(s) SUSEP:

15414.900229/2014-65

Vigência do Seguro:

Das 24 horas do dia 14/08/2019 até as 24 horas do dia 11/06/2020

Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

ICIPIO DE CHOPINZINHO

DADOS DO TOMADOR

Nome:

Tipo de Pessoa:

CNPJ:

PEUGEOT CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

Jurídica

67.405.936/)01-73

Endereço:

Número:

Complemento:

Bairro:

Av Renato Monteiro

6901

E 6200 (Parte)

Polo Urbo Agro Industrial

Cidade:

Estado:

Telefon ::

(21) 35874900

Porto Real

RJ 27570-000

São Paulo, quarta-feira, 02 de outubro de 2019.

ASSINADO DIGITALMENTE Validade (urídica assezurada curforme MP 2,200-2/2001. que instituiu a ICP Brasil

Assinado digitalmente por: CN: BEATRIZ DE MOURA CAMPOS MELLO ALMADA:13805159503, Email: BEATRIZ_ALMADA@SWISSRE.COM



Assinado digitalmente por: CN: EDUARDO FABIANO ALVES DA SILVA:09981107794, Email: EDUARDO_ALVES@SWISSRE.COM



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: <u>prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br</u>
Telefax (46) 3242-8600 - Rua Santos Dumont, nº 3.883
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 10 1 06 1 2020.

ORIGEM: Gabinete do Prefeito

DESTINO: Divisão de Licitações / Comissão Permanente de Licitações

REFERÊNCIA: Autorização para solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Recebido a solicitação de licitação para a contratação de apólice de seguro para o veículo CITROEN/AIRCROSS STARTMT - PLACA BDV-4C47, para uso dos atendimentos a Politica de Assistência Social no Município, protocolada pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Sob nº 2.526 /2020, autorizo a abertura de Procedimento Licitatório.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente processo tem por objeto a contratação de apólice de seguro para o veículo CITROEN/AIRCROSS STARTMT - PLACA BDV-4C47, para uso dos atendimentos a Politica de Assistência Social no Município, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Quant	Unid.	Descriminação	Indenização R\$	Valor R\$
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020 – 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040–PLACA BDV- 4C47		
		1(um)	Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE	Sim	
		Veiculo Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE Danos materias a terceiros - mínimo 20	Perda parcial do veículo 100% FIPE	Sim	
01	01			1.849,05	
			Danos materias a terceiros - mínimo	200.000,00	
		Assistência	Danos corporais a terceiros - mínimo	240.000,00	
		Social	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos – hospitalares- hospitalares- mínimos	20.000,00	
			Assistência 24 h km ilimitado	Sim	
			Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Para-brisa e vidro traseiro	Sim	
		VA	LOR DO SEGURO R\$	1.849	,05

2 - JUSTIFICATIVA

- 2.1 O objeto desta Licitação, é a necessidade da contratação de apólice de seguro, a qual cobrirá o veículo CITROEN/AIRCROSS PLACA BDV4C47 utilizado pela Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o qual é alocado na Secretaria Municipal de Assistência Social que tem como missão representar a sociedade na proteção e na garantia dos direitos dos usuários da Politica de Assistência Social, e para garantir o transporte dos servidores, técnicos e usuários da Politica de Assistência Social, necessita dispor deste seguro, para que os mesmo possam desempenhar efetivamente suas atividades com segurança, visto que o campo de atuação desta secretária é em todo o território do Município de Chopinzinho e ainda promove acesso (através de transporte) aos usuários da Politica de Assistência Social a outros órgãos de referencia desta secretaria em outros municípios como INSS, RECEITA FEDERAL, JUSTIÇA FEDERAL CARTÓRIOS, INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTOS ENTRE OUTROS.
- 2.2 A contratação da seguradora tem por finalidade indenizações em casos acidentais (colisão, incêndio, roubo e furto) danos materiais e corporais a terceiros, bem como acidente por passageiros (morte, invalidez e despesas hospitalares) tanto dos servidores, usuários e terceiros.
- 2.3 Portanto, explana-se a necessidade da contratação da seguradora, tendo em vista que o seguro a ser contratado, tem como finalidade dar prosseguimento as atividades e atendimentos prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3 - DA MODALIDADE

3.1 - Considerando o vínculo do representante local/regional das seguradoras, o que facilita a comunicação

mb



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

entre o Município e a Seguradora, solicita a abertura do processo licitatório na modalidade PREGÃO e de AMPLA CONCORRÊNCIA possibilitando assim, a participação das empresas dos orçamentos e outras que se interessarem, vale acrescentar que não encontramos empresas ME/EPP que apresentem esses serviços na qualidade descrita.

4 - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE

- 4.1 A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- 4.2 O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de vistoria do mesmo, a qual deverá ser realizada no prazo de até 24 (vinte e quatro horas) após a homologação do certame, ainda que não emitida a apólice, devendo a contratada fornecer os dados necessários ao acionamento de socorro em caso de sinistro;
- **4.3** O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- 4.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- **4.5** O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 4.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 5.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de serviços.
- 5.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 5.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 5.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 5.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 5.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 5.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- **5.9** Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.
- **5.10** Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.
- **5.11** Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 6.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- **6.3** Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- **6.4** Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- **6.5** Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- 6.6 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando





E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.

- **6.7** Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- **6.8** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- **6.9** Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- **6.10** Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- **6.11** Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entidades.
- **6.12** Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.
- **6.13** Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- **6.14** Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho PR.
- **6.15** O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

7 – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **7.1** Fica estipulado o valor de R\$ 1.849,05 (Hum mil oitocentos, quarenta nove reais e cinco centavos), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).
- **7.2** Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPÍNZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.
- 7.3 Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- **7.3.1** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- **7.4** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- **7.5** O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 11.6 A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- **7.8** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
- 7.9 Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.
- **7.10** Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II" da Lei Federal nº 8.666/93.
- **7.11** No caso da prorrogação do contrato serão levados em consideração os descontos de bônus eventualmente concedidos, sendo que em caso de reajustamentos será concedido no máximo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).





E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANA

7.12 - Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).

7.13 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

7.13.1 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

7.13.2 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

8 - VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

- **8.1** A empresa interessada em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (46) 3242-2005, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
- **8.2** A dispensa da realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.
- **8.3** A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consonantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do Prêmio Total relativo aos veículos.

9 - ENDOSSO

- **9.1** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.
- **9.2** Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.
- **9.3** A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

10 - DA FRANQUIA

- 10.1 A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- **10.2** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).
- 10.3 Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 10.4 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 10.5 Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que

A:



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

10.6 - Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

11 - DOS SINISTROS

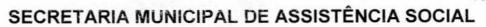
- 11.1 Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- **11.2** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- 11.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- **11.4** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- **11.5** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- **11.6** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (trinta) dias após a entrega da documentação básica.
- **11.7** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

12 - DA INDENIZAÇÃO

- **12.1** Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 12.1.1 Da Indenização Integral:
- **12.1.1.1** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- **12.1.1.2** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 12.1.1.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 12.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- **12.1.2.1** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- **12.1.2.2** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- **12.1.2.3** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho-PR.
- **12.1.2.4** Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

12.1.3 - Da Exclusão:







E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

12.1.3.1 - Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veiculo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

- 12.1.3.2 O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro. 12.1.3.3 Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
- 12.1.3.4 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
- **12.1.3.5** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.

13 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- **13.1** O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 13.2 A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81
- 13.3 A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- **13.3.1** Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 13.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 14.8 e 16.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 13.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc.).

14 - DA RESCISÃO

- 14.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- 14.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 14.1.2 Por acordo entre as partes, desde que n\u00e3o implique em preju\u00edzo ao Munic\u00edpio e haja conveni\u00eancia e oportunidade do CONTRATANTE;





E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

- 14.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 14.2 A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 14.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 14.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- **14.5** Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- **14.6** Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- **14.7** A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 14.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- 14.7.2 Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:
- **14.7.3** Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.
- 14.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- **14.8.1** Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 14.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 14.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato;
- 14.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 14.8.5 Decisão do Prefeito Municipal:
- 14.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- **14.8.7** As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 14.7 deste Termo.

15 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 15.1 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 15.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

un



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

16.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias:
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- **16.3** Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 16.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 16.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- **16.6** Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 16.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- **16.7.1** Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 16.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- **16.7.3** Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:
- 16.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 16.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 16.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

wh



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

16.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

17 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 17.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 17.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameacar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato:
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 17.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do
- 17.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

18 - DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA:

- 18.1 Certidão de regularidade firmada pela empresa licitante de que está registrada e apta na Superintendência de Seguros Privados SUSEP e que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;
- 18.2 Certidão de Administradores junto a Superintendência de Seguros Privados SUSEP;
- 18.3 Certidão emitida pela SUSEP conforme Resolução CNSP nº 40/2000, comprovando limite de retenção acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no ramo automóvel/casco e APP (acidentes pessoais passageiros);
- 18.4 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis com as notas explicativas do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Obs.: Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicilio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicilio da licitante.
- a) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um). [NOTA: os índices deverão ser indicados com duas casas

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

decir	nais
-------	------

b) A Licitante deverá apresentar o cálculo dos índices com base nos valores extraídos do balanço patrimonial, utilizando as seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

18.5 – Além dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Liquidez Corrente (LC), as empresas participantes deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

19 - DA ORÇAMENTAÇÃO:

19.1 − O levantamento de preços para determinação do valor máximo foi realizado pela Servidora senhora Márcia Rejane Niendieker, sendo definido como valor da licitação, o menor valor orçado.

Chopinzinho, 8 de junho de 2020.

Rosani Checelski Secretária Mun. de Assistência Social Decreto Nº 483/2019 de 18/11/2019

ROSAN/CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 483/2019 de 19/11/2019



Orçamento no.: 299570906

Tipo de Pessoa:

Jurídica

Dados do Cliente:

Razão Social: MUNICIPIO DE CHOPINZINHO

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Atividade: ADMINISTRAÇÃO PUBLICA EM GERAL

Data: 02/06/2020 Validade: 02/07/2020

Tarifa: Maio/2020 Última Liberação: 02/06/2020

Vigência: 02/06/2020 - 02/06/2021 Quantidade de Itens:

Operação de Negócio: Convencional Data da impressão: 02/06/2020

kem	Veículo	Dedos do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acuesórios	Vator Prémia
1	VEÍCULO: CITROEN - AIRCROSS START 1.6 16V FLEX ANO/MODELO: 2019/2020 CÓDIGO FIPE: 111821 0Km: Não COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: CHOPINZINHO - PR UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CLASSE BÔNUS:0	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 1.849,05 DMT 1R - IS R\$ 200.000,00 DCT 1R - IS R\$ 250.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 DMO 1R - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Vidros 076 / FRANQUIAS: Retrovisores: R\$ 55,00 Parabrisa/Traseiro: R\$ 275,00 Lanternas/Faróis: R\$ 192,00 TOTAL	R\$ 1.166,6 R\$ 382,4 R\$ 46,0 R\$ 87,5 R\$ 6,9 R\$ 124,2 R\$ 19,6

Marn	Valculo	Dedos do Risc	Cobertures, Cléusul: Acessórios	Valor Prêmio
1	VEÍCULO: CITROEN - AIRCROSS START 1.6 16V FLEX ANO/MODELO: 2019/2020 CÓDIGO FIPE: 111821 0Km: Não COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: CHOPINZINHO - PR UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CLASSE BÔNUS:0	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 1.849,05 DMT 1R - IS R\$ 200.000,00 DCT 1R - IS R\$ 250.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 DMO 1R - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Vidros 076 / FRANQUIAS: Retrovisores: R\$ 55,00 Parabrisa/Traseiro: R\$ 275,00 Lanternas/Faróis: R\$ 192,00 TOTAL	R\$ 1.166,63 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50 R\$ 6,94 R\$ 124,27 R\$ 19,65

ORÇAMENTO - PORTO SEGURO AUTO FROTA

22 ml

Prêmio

Drgamento: 299570906			
Operação de Negócio: Convencional			
Tipo de Emissão: Seguro Novo	Tarifa: Maio/2020		
Início da Vigência: 02/06/2020	Data do Orçamento: 02/06/2020		
Término da Vigência: 02/06/2021	Versão do cálculo: 1		
Quantidade de litens: 1	Última Liberação: 02/06/2020		

Dados do corretor

Nome	Telefone	Código SUSEP
GUARACIG CORRETORA DE SEGUROS LTDA	(42) 30354746	LID2FJ

Dados do cliente

Raz Social: MUNICIPIO DE CHOPINZINHO

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Descrição

Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios

CASCO	R\$ 1.166,63
DANOS MATERIAIS - 1º RISCO	R\$ 382,42
DANOS CORPORAIS - 1º RISCO	R\$ 46,09
ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	R\$ 87,50
DANOS MORAIS - 1º RISCO	R\$ 6,94
070 Danos aos Vidros, Retrovisores, Lamternas e Faróis - Rede Referenciada	R\$ 19,65
45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada	R\$ 124,27
ACESSÓRIO CARROCERIA	R\$ 0,00
ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00
ACESSÓRIO SOM	R\$ 0,00
ACESSÓRIO KIT GÁS	R\$ 0,00

Os veículos são de propriedade

Empresa (PJ): 1

Prêmio do Seguro

Prêmio Líquido do Seguro: R\$ 1.83	33,50		11.0
IOF: 0,00%		Prâmio à vista do seguro: R\$ 1.833,50	
ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA	NA ACEITAÇÃO DO SEGU	JRO.	
PODERÃO SER SOLICITADOS PAR	RA EMISSÃO DA APÓLICE,	NSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUA VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCU MPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍ	JLOS OU EQUIPAMENTOS
	IZAÇÃO OU NÃO DO SEG	O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PRO GURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO S ALIZADO PELO IPCA/IBGE.	
*A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNO DA SEGURADORA NO MOMENTO		LIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA O.	A A ANALISE E COTAÇÃO
Os valores deste orçamento são va	álidos até 02/07/2020		
	OPÇÕE	ES DE PAGAMENTO	
	PAGAME	NTO: À Vista - Boleto	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.833,50	R\$ 1.833,50
	PAGAME	NTO: Camê s 30 d.d.	27.67
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.833,50	R\$ 1.833,50
None in their	PAGAMENTO: Melh	or Data Todas Débito C.Corrente	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.833,50	R\$ 1.833,50
2	0,00%	R\$ 916,75	R\$ 1.833,50
3	0,00%	R\$ 611,17	R\$ 1.833,51
4	0,00%	R\$ 458,38	R\$ 1.833,52
5	0,00%	R\$ 366,70	R\$ 1.80,50
6	0,00%	R\$ 305,58	R\$ 1.833,48
7	0,00%	R\$ 261,93	R\$ 1.833,51
8	0,00%	R\$ 229,19	R\$ 1.833,52
9	0,00%	R\$ 203,72	R\$ 1.833,48
10	0,00%	R\$ 183,35	R\$ 1.833,50
	PAGAMENTO	D: Frac. 1ª Parcela Carnê	
Parcela	Juros	Parcola (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 916,75	R\$ 1.833,50
3	0,00%	R\$ 611,17	R\$ 1.833,51
4	0,00%	R\$ 458,38	R\$ 1.833,52
5	0,00%	R\$ 366,70	R\$ 1.833,50

0,00%

6

R\$ 305,58

R\$ 1.833,48

Parcela		Parcela (R\$)	Total (R\$)
10.000.000.000.000	Juros	CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF T	
7	0,00%	R\$ 261,93	R\$ 1.833,5
8	0,00%	R\$ 229,19	R\$ 1.833,52
9	0,00%	R\$ 203,72	R\$ 1.833,44
10	0,00%	R\$ 183,35	R\$ 1.833,5
	PAGAMENTO: Tod	das Débito C. Corrente	
Parcela	Juros	Percela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.833,50	R\$ 1.833,5
2	0,00%	R\$ 916,75	R\$ 1.833,5
3	0,00%	R\$ 611,17	R\$ 1.833,5
4	0,00%	R\$ 458,38	R\$ 1.833,5
5	0,00%	R\$ 366,70	R\$ 1.833,5
6	0,00%	R\$ 305,58	R\$ 1.833,4
7	- 0,00%	R\$ 261,93	R\$ 1.833,5
8	0,00%	R\$ 229,19	R\$ 1.833,5
9	0,00%	R\$ 203,72	R\$ 1.833,4
10	0,00%	R\$ 183,35	R\$ 1.833,
	PAGAMENTO: Todas Cartão	de Crédito - Demais Bandeiras	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.833,50	R\$ 1.833,5
2	0,00%	R\$ 916,75	R\$ 1.833,5
3	0,00%	R\$ 611,17	R\$ 1.833,
4	0,00%	R\$ 458,38	R\$ 1.833,
5	0,00%	R\$ 366,70	R\$ 1.833,
6	0,00%	R\$ 305,58	R\$ 1.833,
7	0,00%	R\$ 261,93	R\$ 1.833,
8	0,00%	R\$ 229,19	R\$ 1.833,
9	0,00%	R\$ 203,72	R\$ 1.833,
10	0,00%	R\$ 183,35	R\$ 1.833,
	PAGAMENTO: 1ª	Boleto / Demais Camê	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 916,75	R\$ 1.833,
3	c,00%	R\$ 611,17	R\$ 1.833,
4	0,00%	R\$ 458,38	R\$ 1.833
Annual Control of the	A Commence of the Commence of		
5	- 0,00%	R\$ 366,70	R\$ 1.833

23 Parcela	Jums	Parcela (R\$)	Total (R\$)
Ma 1	0,00%	R\$ 261,93	R\$ 1.833,51
8	0,00%	R\$ 229,19	R\$ 1.833.52
9	0,00%	R\$ 203,72	R\$ 1.833,48
10	0,00%	R\$ 183,35	R\$ 1.833,50

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.833,50	R\$ 1.833,50
2	0,00%	R\$ 916,75	R\$ 1.833,50
3	0,00%	R\$ 611,17	R\$ 1.833,51
4	0,00%	R\$ 458,38	R\$ 1.833,52
5	0,00%	R\$ 365,70	R\$ 1.833,50
6	0,00%	R\$ 305,58	R\$ 1.833,48
7	0,00%	R\$ 261,93	R\$ (0),51
8	0,00%	R\$ 229,19	R\$ 1.833,52
9	0,00%	R\$ 203,72	R\$ 1.833,48
10	0,00%	R\$ 183,35	R\$ 1.833,50

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais CNPJ 61.198.164/0001-60 - Ramo Automóvel (0531) - Código Susep (05886)

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2º andar São Paulo - SP - CEP: 01216-012

Processo SUSEP VMR e VD nº 15414.900286/2013-63 UPUU

26 WW

Ao

Municipio de Chopinzinho A/C. Marcia Rejane Niendieker

Prezados Senhores.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.v. S.S. nossa proposta de preço para montagem de processo

de licitação.

Empresa: Gente Seguradora S/A CNPJ: 90.180.605/0001-02 Porte da Empresa: Grande

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450, Centro Histórico, Porto Alegre - RS

Nome do Responsável: Leticia

Telefone para Contato: (45) 3054-0134

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	INDENIZAÇÃO R\$	VALOR R\$
		CITROEN/AIRCROSS STARTMT - ANO 2019/2020 - 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040- PLACA BDV-4C47		
		Indenização Integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE	100% FIPE	
		Perda parcial do veículo 100% FIPE	100% FIPE	
	1(um) Veículo	Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE	R\$ 3.607,87	
01	Sec	Danos materiais a terceiros - mínimo	200.000,00	R\$ 4.200,00
275-86	Assistência Social	Danos corporais a terceiros - mínimo	250.000,00	
		Acidentes pessoais por passageiro (morte / invalidez / despesas) medico-hospitalares -hospitalares - mínimo	SIM	
		Assistência 24 h Km ilimitado	SIM	
	Assistência a vidros. Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Para-brisa e vidro traseiro.	SIM		

	Franquia de	Vidros	The DUNCES AND ADMINISTRATION OF THE PARTY AND ADMINISTRATI	
CATEGORIA DO VEÍCULO	VIDROS	LANTERNAS	FARÓIS	RETROVISORES
Passeio e Pick-up Leve	R\$ 120.00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00
Pick-up Pesada e Van	R\$ 500,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Onibus, Micro ônibus, Caminhões e Demais Categorias	R\$ 900,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00

A presente cotação tem validade de 30 dias.

A apresentação da referida cotação não nos obriga à contratação ou participação da licitação sem antes analisar o edital ou condições de contratação.

Porto Alegre - RS, 25 de Maio de 2020.

Atenciosamente,

GENTE SEGURADORA S/A CNPJ: 90.180.605/0001-02

Silvia Leticia de Almeida - Representante Legal CPF: 021 869 589-61 RG: 6:701 363-8 - SSP/PR 90.180.605/0001-02
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Marechal Floriano Pelxoto,
nº 450,- Centro Historico
CEP. 90.020-060 - Porto Alegre-RS



Cotação de Seguro Automais On-Line - 215

CNPJ: 61.074.175/0001-38

Processo SUSEP Automóvel Nº: 15414.100326/2004-83

Orçamento: 54530104396130601 Data da Cotação: 08/06/2020 Validade Cotação: 23/06/2020 Tipo Cálculo: Anual

Versão de cálculo: 1701804.182 Vigência: das 24 horas do dia 08/06/2020 até às 24 horas do dia 08/06/2021

Dados do seguro-segurado

Segurado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO CPF/CNPJ: 76.995.414/0001-60 Tipo Pessoa: Jurídica

Celular: (41) - 999493074 Comercial: (46) - 32422005

Banco de Maior Relacionamento: 001 - BANCO DO BRASIL S.A.

Dados do Veículo Nro.ltem: 1

Veículo: 13; 15; 26 CI570293 CITROEN AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(Flex Start) A/G 4p

Ano Fabricação / Ano Modelo: 2019 / 2020

0Km: Não

Qtde.: Passageiros 5 Chassi: 935sunfn1lb529040 Chassi Remarcado: Não Uso: 72 - Transporte de Funcionarios Categoria Tarifária: 185 - Transporte Funcionarios Nac

Nível Blindagem: Valor da Nota Fiscal: 0,00

Tipo de Seguro: Seguro Novo Ren. Próp. Corretor: Não Fator de Ajuste: 100% Bônus: 0

Modalidade: Valor de Mercado Referenciado Tabela de Referência: FIPE (www.fipe.org.br) (011182-1)

ibela Substituta: Molicar - Revista do Carro

Questionário de Avaliação de Risco

- CEP do local onde o veículo pernoita: - 85560-000 Cidade: CHOPINZINHO

- O veículo segurado é de uso exclusivo de um único condutor: 2 Não
- O veículo segurado pode ser dirigido por pessoa(s) menor(es) de 26 anos durante a vigência do seguro?: 1 Sim
- Veículo segurado é utilizado mais que dois dias da semana, para visitar clientes e/ou fornecedores ou prestar serviços próprios e/ou a terceiros?: 1 - Sim
- Que tipo de atividade a empresa exerce?: 4 Outros
- Qual periodo o veículo segurado fica guardado em Garagem/Estacionamento?: 3 Fora do Horário Comercial
- O veículo segurado possui dispositivo anti-furto, rastreador, bloqueador ou localizador instalado e ativado?: 1 Sim
- Quantidade de veículos na Residência: 2 Até 4
- Veículo esta Alienado ou com Leasing: 2 Não
- Dispositivo Anti-Furto Comum: 11 OUTROS
- Relação do Segurado com o Proprietário Legal do Veículo: 10 Próprio; proprietário ou sócio

Coberturas	Lim. Máx. Inden R\$	Prêmio - R\$
Casco - Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	Valor de Mercado	2.378,08
RCF - Danos Materiais	200.000,00	1.174,66
RCF - Danos Corporais	250,000,00	107,82
RCF - Objetos Transportados	Gratuita	0,00
RCF - Danos Morais / Estéticos	5.000,00	11,23
APO - Morte (por Ocupante)	5.000,00	7,20
APO - Invalidez (por Ocupante)	5.000,00	4,19
APO - Decessos	Contratada	7,13
Assistência AutoMais 250 km	Gratuita	0,00
Indenização por Imobilização	Contratada	112,20
Reembolso de Despesas Extras	Contratada	138,08
Carro Reserva 15 Días	Contratada	97,26
Vidros Básico	Contratada	39,62

Franquia(s)	Valor - R\$
Casco - Colisão, Incêndio, Roubo e Furto: Normal	5.125,00
Pára-brisa / Traseiro	315,00

Prêmios				
Prêmio Líquido:	Encargos:	Custo:	IOF:	Prêmio Total:
4.077,47	0,00	0,00	300,92	4.378,39

Formas de Pagamento					
1 FCA	4.378,39	10 Débitos Sem Juros	437,83	CARTÃO CRÉDITO - 02 parc	2.189,20
1 boleto 20 dias	4.378,39	1 FCA + 1 Débito	2.189,20	(Sem Juros)	2.109,20
1 FCA + 1 ficha	2.189,20	1 FCA + 2 Débitos	1.459,47	CARTÃO CRÉDITO - 03 parc	1.459,47
1 FCA + 2 fichas	1.459,47	1 FCA + 3 Débitos	1.094,59	(Sem Juros)	
1 FCA + 3 fichas	1.094,59	1 FCA + 5 Débitos (sem juros)	729,74	CARTÃO CRÉDITO - 04 parc (Sem Juros)	1.094,59

8/06/2020			Mapfre S	eguros	
1 FCA + 4 Fichas	936,99	1 FCA + 6 Débitos	691,33	CARTÃO CRÉDITO - 05 parc	875,67
1 FCA + 5 Fichas	793,90	1 FCA + 7 Débitos	615,42	(Sem Juros)	
1 FCA + 6 Fichas	691,83	1 FCA + 8 Débitos	556,02	CARTÃO CRÉDITO - 06 parc	729,74
1 FCA + 7 Fichas	615,42	1 FCA + 9 Débitos	508,69	(Sem Juros)	
1 FCA + 8 Fichas	556,02	0 + 1 ficha	4.378,39	CARTÃO CRÉDITO - 07 parc (Sem Juros)	625,51
1 FCA + 9 Fichas	508,69	0 + 2 ficha	2.189,20	CARTÃO CRÉDITO - 08 parc	
1 Débito Sem Juros	4.378,39	0 + 3 fichas	1.459,47		547,29
2 Débitos Sem Juros	2.189,20	0 + 4 fichas	1.094.59	CARTÃO CRÉDITO - 09 parc	400 47
3 Débitos Sem Juros	1.459,47	0 + 5 fichas	875,67	(Sem Juros)	486,47
4 Débitos Sem Juros	1.094,59	0 + 6 fichas	729,74	CARTÃO CRÉDITO - 10 parc	437,83
5 Débitos Sem Juros	875,67	0 + 7 fichas	625,51	(Sem Juros)	13.70 (6.70
6 Débitos Sem Juros	729,74	0 + 8 fichas	547,29	1 Deb CC à vista*	4.378,39
7 Débitos Sem Juros	625,51	0 + 9 fichas	486,47	Déb CC - 1ª à vista + 1 (S/Juros)	2.189,20
8 Débitos Sem Juros	547,29	0 + 10 fichas	437,83	Déb CC - 1ª à vista + 2 (S/Juros)	1.459,47
9 Débitos Sem Juros	486,47	CARTÃO CRÉDITO - 01 parc		Déb CC - 1ª à vista + 3 (S/Juros)	1.094,59
		(Sem Juros)	4.378,39	Déb CC - 1ª à vista + 4 (S/Juros)	875,67
				Déb CC - 1ª à vista + 5 (S/Juros)	729,74
				Déb CC - 1ª à vista + 6 Deb CC*	691,83
				Déb CC - 1ª à vista + 7 Deb CC*	615,42
				Déb CC - 1ª à vista + 8 Deb CC*	556,02
				Déb CC - 1ª à vista + 9 Deb CC*	508,69

CP10CD5FX000000512471701804-03389999

Desconto Promocional: 0%

Nº da Cobertura Provisória:

- Decessos:
- Garantia: R\$ 2.000,00 para cobrir gastos com o sepultamento ou cremação do corpo, por ocupante
 Garantia: R\$ 3.000,00 para aquisição de terreno, jazigo ou carneiro, por ocupante
 Para mais informações sobre essa cobertura consulte suas Condições Gerais, disponíveis no site da Seguradora.
 Processo SUSEP nº 15414.003123/2006-10
- Este estudo é apenas informativo, não aceito como proposta.
- Valores expressos em Reais.
- Havendo alteração de tarifa dentro do período de validade desta cotação, os prêmios deste orçamento serão a ela ajustados se houver recálculo do seguro com alteração dos dados do risco.

Dados do Corretor: 104396 PROTENSEG CORRETORA DE SEGUROS

05252-1-10

CPF/CNPJ: 17.667.875/0001-44

Código SUSEP: 00001020159820

Telefone: 51126313

Endereço completo: DAS NACOES UNIDAS, 11711 8 ANDAR, BROOKLIN PAULISTA, SAO PAULO, SP, 04578000

Índice de Cobertura:	
DMT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DMT DESAT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DMT DESAT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
DCT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DCT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DCT DESAT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DCT DESAT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
GU 1R	GARANTIA ÚNICA 1º RISCO
GU 2R	GARANTIA ÚNICA 2º RISCO
GU DESAT 1R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
GU DESAT 2R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
APP C/ DMH	ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES
DMO 1R	DANOS MORAIS 1º RISCO
DMO 2R	DANOS MORAIS 2º RISCO
Coso Reserva:	
26C	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
-26E	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26A	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26F	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
2CB	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26G	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26J :	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26K	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
2611	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26L	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
261	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26M	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26N .	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
250	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26P	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26Q	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26T	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26S	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
Proteção a Vidros:	
790	

76R

78R

78S 78S - DANOS A VIDROS - REDE REFERENCIADA

76R - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - LIVRE ESCOLHA

78R - DANOS A VIDROS - LIVRE ESCOLHA

76 076 - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - REDE REFERENCIADA

riskoutivia sait.		4 384 341
45V	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA	
45Y	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA	
045	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA	
45X	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA	

Indice	SSPIE		妈眼	
maice	OG.	ii Ci	au	sula:
CATA NAMES OF THE PARTY OF THE	0014-0100	EU III SI	(SVIII)	BERTHER PARTY

CLS.	104	104 - EXTENSÃO DE PERÍMETRO	
CLS.	115	115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT	
CLS.	112	112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE	
CLS.	20N	20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	
CLS.	997	997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA	
CLS.	111	111 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS	

Acessórios:

CARROC. CARROCERIA
EQUIP. EQUIPAMENTOS
SOM SOM

KIT G KIT - GÁS



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46)/3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

CORRESPONDENCIA INTERNA

DATA: 08/06/2020

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL / COMISSÃO PERMANENTE DE

LICITAÇÕES

REFERENCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA PARA CONTRATAÇÃO DE

APOLICE DE SEGURO.

VALOR: R\$ 1.849,05

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos existir disponibilidade orçamentária para o exercício de 2020 conforme lei 3.797/2019 – LOA, conforme dotação abaixo:

Secretaria de Assistência Social 08.02.082440018.2.052.3.3.90.39 (1730) F: 936

Atenciosamente,

RODRIGO JAZYNSKI Contabilidade

LUCIANA MONTEIRO CENCI

Finanças





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 15/06/2020

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESTINO: DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER ACERCA DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO.

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para Contratação de Empresa especializada no fornecimento de apólice de seguro para veículo CITROEN/AIRCROSS, placas BDV 4C47, da frota municipal, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria de Saúde, entendemos ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que mesma seja realizada via Modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICO.

Atenciosamente.

Josiane Moschen

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO

85.560-000

DECRETO Nº 534/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Nomeia Pregoeiros do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 - SSP/PR, Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF n° 062.575.819-66 e RG n° 9.429.975-6, Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085.098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR e o Sr. Paulo Egídio Dalsasso, CPF nº 037.281.239-27 e RG nº 6.815.803-6/PR para exercerem a função de Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2020.

Art. 2º - Ficam igualmente nomeados Sr. Clevis Trindade da Silva, CPF nº 026.046.899-10 e RG nº 7.049.866-3 SSP/PR, Sra. Clecia Steilmann Weber, CPF nº 021.532.509-51, RG nº 6.539.685-8/PR, Sra. Micheli Leticia Dietrich, CPF nº 081.079.229-05 e RG nº 10.612.160-5 SSP/PR e a Sra. Luciana Coelho de Souza, CPF nº 033.537.899-44 e RG nº 3.136.912-6/PR como equipe de apoio.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020, ficando revogado o Decreto nº 581/2018, de 28 de dezembro de 2018, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

DIOEMS EDIÇÃO Nº 2015 de 30 /12 /2019



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Rua 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 536/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados a Sra. Josiane Moschen, CPF nº 010.576.599-67, RG nº 9.873.409-0-SSP/PR, como Presidente, o Sr Roberto Alencar Przendziuk, CPF nº 546.462.519-49 e RG nº 5.253.580-8 – SSP/PR e a Sra. Neide Marinez Caldato, CPF nº 023.594.429-70 e RG nº 7.722.329-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2020.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020, ficando revogado o Decreto nº 001/2019, de 03 de janeiro de 2019 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná DIOEMS

EDIÇÃO Nº 2016 de 31 / 12 /2019



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel 85.560-000 CHOPINZINHO PARANA

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o nº 2.586/2020 e considerando a formação de preços estipulada pela Secretaria de Assistência Social, aprovo o Edital na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos das Leis Federais nº. 8.666/93 e alterações posteriores e nº 10.520/02, bem como a LC 123/06 e LC147/14 e Legislação Municipal.

Por outro lado, o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17, da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, o encaminhando dos autos à Procuradoria Municipal para emissão de parecer nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei n. 8.666/93.

Chopinzinho, 15 de junho de 2020.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro

Prefeito



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2020

PREGÃO

EDITAL N° _/2020 (MINUTA)

FORMA: ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIRCROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

N



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel 85.560-000 CHOPINZINHO

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 139/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº /2020

DATA DA REALIZAÇÃO: --/--/2020

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às --: -- horas

LOCAL: Prefeitura do Município de Chopinzinho – Paraná

www.comprasnet.gov.br "Acesso Identificado"

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 46.995.414/0001-60, através da Secretaria de Assistência Social, sediado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 -Bairro São Miguel, Chopinzinho, Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PRE-GÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO – GLOBAL POR ITEM, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ES-PECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL. em conformidade com as condições das cláusulas adiante estabelecidas.

DATA E	HORA	DA.	ABERTURA	DA	SESSÃO	PÚBLICA:

de	 de	2020	às	-h.	min.

UASG: 987503 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasnet.gov.br

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar Municipal nº. 086/2016 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666/1993.

- O Pregoeiro será o Servidor Senhor Onério Cambruzzi Filho, designado pelo Decreto nº 581/2018, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS - Edição n.º 1763, de 02/01/2019.
- 1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

	Os documentos referentes às propostas comerciais, documentaça		
anex	os das empresas interessadas deverão ser encaminhados de forma conc	omitante,	a partir da
dispo	nibilização do Edital no Sistema "COMPRASNET", até de de	2020 às	-h min.,
no sit	e www.comprasnet.gov.br		
1.2.	A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá	de	de

- 2020 às –h.--min., no site <u>www.comprasnet.gov.br</u>, nos termos das condições descritas neste Edital.
- 1.3. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 10.024/19, art. 30, § 5°).

2 - DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste PREGÃO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL.

Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo 1 deste Edital.

- **2.2** Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.chopinzinho.pr.gov.br.
- **2.3** As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3242-8614.

As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, telefone nº (46) 3242-2005.

- 2.4 A licitação será global, conforme constante do Termo de Referência.
- **2.5** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- **2.6** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Certame, todas as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal COM-PRASNET.
- 3.2 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao Portal COMPRAS-NET.
- 3.3 Será vedada a participação de empresas:
- a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Assistência Social Pública;
- b) Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

ml



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- e) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.
- f) Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:
- f.1) Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:
- a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;
- b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Assistência Social Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;
- c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;
- d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9°, da Lei 8.666/93).
- **3.4** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- **3.4.1** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- **3.4.1.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- **3.4.1.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 3.4.1.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos:
- **3.4.1.4** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- **3.4.1.5** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- **3.4.1.6** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- **3.4.1.7** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- **3.4.1.8** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- **3.4.1.9** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, conforme Art. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

CHOPINZINIO

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

4.1.1 - As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro por e-mail: <u>licita2@chopinzinho.pr.gov.br</u>, Correio via SEDEX, ou protocolizados em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Divisão de Licitações e Contratos, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR.

4.1.2 Quando enviados por e-mail, todos os documentos deverão ser digitalizados e conter a identificação da empresa, endereço completo, nome e assinatura do responsável legal da proponente e a solicitação de confirmação de recebimento.

4.1.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1.5 Caso procedente e acolhido à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso inclevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6 - DO ENVIO CONCOMITANTE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

un



ne

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **6.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **6.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- **6.4** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **6.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **6.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- **7.2** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- **7.4** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **7.5** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **7.6** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- **7.10** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **7.12** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

7.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.15 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.18 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.19 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.20 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.21 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.22 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.23 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.24 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.25 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.26 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.27 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.28 - Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.29 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.30 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.31 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- **7.32** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.33 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- **7.34** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- **7.35** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.35.1 No país;
- 7.35.2 Por empresas brasileiras;
- 7.35.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.35.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **7.36** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- **7.38** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **7.39** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.40 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **8.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- **8.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- **8.3** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PÁRANÁ

suspeita;

8.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14 - Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF:

9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

9.1.3 - Comprovante de ausência de registro junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR

https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx;

9.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa.

9.3 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.4 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

nl



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PÁRANÁ

9.7 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.8 - Os Licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

9.8.1 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

9.8.2 - No caso de empresário individual: <u>inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis</u>, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - El-RELI: <u>ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor</u>, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

9.8.4 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.5 - Certidão Simplificada de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Demais expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, nos últimos 60(sessenta) dias, contados a partir da data prevista para recebimento das propostas e da habilitação.(para empresas que se enquadrem).

9.9 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

9.9.1 - Certidão negativa de pedido de falência, concordata, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

9.9.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis com as notas explicativas do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Obs: Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicilio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicilio da licitante.

a) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um). [NOTA: os índices deverão ser indicados com duas casas decimais]

b) A Licitante deverá apresentar o cálculo dos índices com base nos valores extraídos do balanço patrimonial, utilizando as seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

9.9.3 – Além dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Liquidez Corrente (LC), as empresas participantes deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.10 - A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

9.10.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.10.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de <u>Certidão</u> <u>Regular relativa a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União</u>, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

- 9.10.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 9.10.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 9.10.5 Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.10.6 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de <u>Certidão</u>, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 9.10.7 Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.
- **9.10.7.1** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 9.10.8 Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 9.11 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:
- 9.11.1 Certidão de regularidade firmada pela empresa licitante de que está registrada e apta na Superintendência de Seguros Privados SUSEP e que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;
- 4.4.10 Certidão de Administradores junto a Superintendência de Seguros Privados SUSEP;
- **4.4.11 Certidão emitida pela SUSEP** conforme Resolução CNSP nº 40/2000, comprovando limite de retenção acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no ramo automóvel/casco e APP (acidentes pessoais passageiros);
- 9.12 Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES**:
- **9.12.1** Declaração de inexistência de fatos impeditivos de licitar ou contratar com a Assistência Social Pública, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo deste Edital. **(ANEXO III)**.
- **9.12.2** Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 c/c Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02. (ANEXO IV).
- 9.12.3 Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93. (conforme modelo em anexo). (ANEXO VII).
- 9.12.4 Declaração de enquadramento como ME ou EPP, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 (ANEXO V). (Exclusivo para empresas que se enquadrem em tal condição).
- 9.13 Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.
- **9.14** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.15 - O não atendimento das exigências constantes deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

9.16 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.17 - No julgamento da habilitação, a pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 - O não atendimento das exigências constantes do item 9 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

9.19 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 - DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA

- 10.1 A proposta de preços classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema do Compras Governamentais, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da convocação pelo Pregoeiro.
- **10.1.1** A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.
- **10.2** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 10.3 A proposta deverá conter:
- 10.3.1 Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
- **10.3.2 Preços unitários, sub totais e total**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 10.3.2.1 Os preços unitários e consequentemente os sub totais deverão seguir o valor máximo de referência, aplicando-se linearmente o percentual de desconto observado no valor total (global) auferido no Certame.
- 10.3.3 Indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
- 10.3.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º:
- 10.3.5 Declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06 (Se for o caso).
- 10.3.6 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).
- **10.3.7** A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

10.3.8 - A Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

10.3.9 - A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

10.4 - A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

11. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL OU AUTENTICADA

- 11.1 A documentação solicitada no item 9, em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no <u>prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis</u>, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000, Chopinzinho PR. Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e ao pregoeiro responsável: Onerio Cambruzzi Filho. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.
- **11.2** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
- 11.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12 - DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- **12.1** Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:
- **12.1.1** Estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF:
- **12.1.2** Ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 12.1.3 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil;
- 12.1.4 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias;
- 12.1.5 Ter declarado no sítio Compras Governamentais a "Elaboração Independente de Proposta";
- 12.1.6 Não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx). Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame;
- 12.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
- 12.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PÁRANÁ

mb

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro declarará aberto o prazo de recurso, que será de 20 (vinte) minutos, quando qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso. Manifestada a intenção, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.2 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 13.4 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial de eventuais razões e contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito no sistema eletrônico em formulários próprios.
- 13.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax, ou que não tiverem sido manifestados durante a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.
- 13.6 Os recursos terão efeito suspensivo.
- 13.7 Durante o prazo para apresentação das razões e contrarrazões de recurso, o processo ficará custodiado junto à Comissão Permanente de Licitações, localizada no Prédio da Prefeitura.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
- **14.1.1** Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do ed tal, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- **14.2** A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- **14.2.1** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Assistência Social à aquisição do objeto licitado.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 15.1 As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como Anexo VI deste Edital.
- 15.2 O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega da via original na Divisão de Licitações e Contratos do Município, localizada no prédio da Prefeitura, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.
- 15.3 A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

15.4 - Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

15.5 - O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Assistência Social.

16 - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE

- **16.1** A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- **16.2** O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de HO-MOLOGAÇÃO do presente certame, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.
- **16.3** O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- **16.4** A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- **16.5** O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 16.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

17 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 17.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de serviços.
- 17.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 17.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 17.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 17.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 17.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 17.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- **17.9** Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessá-rias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.
- 17.10 Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.
- **17.11** Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

18 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **18.1** Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 18.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **18.3** Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- 18.4 Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- **18.5** Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- 18.6 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- **18.7** Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- **18.8** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 18.9 Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- **18.10** Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- **18.11** Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entida-des.
- **18.12** Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.
- **18.13** Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- 18.14 Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho PR.
- **18.15** O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

19 – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **19.1** Fica estipulado o valor de R\$ 1.849,05 (mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).
- 19.2 Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.
- 19.3 Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 19.3.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão

mb



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

- **19.4** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 19.5 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 19.6 A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- **19.7** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
- 19.8 Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.
- **19.9** Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II", do Art. nº 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 19.10 Na hipótese de renovação do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados SUSEP do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.
- **19.11** Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).
- **19.12** Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 19.12.1 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 19.12.2 Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

20 - VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

- 20.1 A empresa interessada em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (46) 3242-2005, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
- **20.2** A dispensa da realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.
- 20.3 A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consonantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do Prêmio Total relativo aos veículos.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

21.1 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho - PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.

21.2 - Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

21.3 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

22 - DA FRANQUIA

22.1 - A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

22.2 - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).

22.3 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

22.4 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

22.5 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

22.6 - Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

23 - DOS SINISTROS

23.1 - Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

23.2 - Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

23.3 - Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CON-TRATANTE.

23.4 - Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

23.5 - Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

23.6 - O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (trinta) dias após a entrega da documentação básica.

23.7 - Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

24 - DA INDENIZAÇÃO

- 24.1 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 24.1.1 Da Indenização Integral:
- **24.1.1.1** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- **24.1.1.2** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- **24.1.1.3** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 24.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- **24.1.2.1** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- **24.1.2.2** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- **24.1.2.3** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente guitado, ao Município de Chopinzinho-PR.
- **24.1.2.4** Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.
- 24.1.3 Da Exclusão:
- **24.1.3.1** Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses:

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

- **24.1.3.2** O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro.
- **24.1.3.3** Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
- 24.1.3.4 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
- **24.1.3.5** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

W

25.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

25.2 - A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF:

020.039.019-81.

- **25.3** A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- **25.3.1** Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 25.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 26.8 e 28.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 25.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

26 - DA RESCISÃO

26.1 – O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):

26.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRA-TADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

26.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

26.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

26.2 – A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

26.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

- 26.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- **26.5** Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- **26.6** Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ml

- **26.7** A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 26.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- **26.7.2** Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- **26.7.3** Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.
- **26.8** Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- **26.8.1** Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 26.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 26.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato:
- 26.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 26.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 26.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- **26.8.7** As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 26.7 deste Termo.

27 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 27.1 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 27.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

28 - DAS PENALIDADES

- **28.1** Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
- 28.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
- I advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.
- II advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- III penalidades pecuniárias:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa:

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorcões médias:

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

28.3 - Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

28.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

28.5 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

28.6 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

28.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

28.7.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

28.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

28.7.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

28.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

28.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

28.7.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível:

28.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da

mb



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

29 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- **29.1** Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 29.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- **b)** "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 29.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 29.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

30 - DA PUBLICAÇÃO

30.1 - A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

31 - DO FORO

- **31.1** Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.
- 31.2 E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **32.1** O extrato resumido, o resultado e demais atos do presente certame será divulgado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.chopinzinho.pr.gov.br/.
- **32.2** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e ao Município de Chopinzinho não será, em caso algum, responsável por esses custos, inclependentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **32.3** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **32.4** Com fundamento na norma do art. 43, § 3°, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
- 32.5 Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.
- **32.6** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.
- **32.7** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
- **32.8** Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
- **32.9** Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.
- **32.10** Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 32.11 Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
- **32.12** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- **32.13** Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- **32.14** O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **32.15** O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.
- **32.16** Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **32.17** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- **32.18** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Chopinzinho.
- 32.19 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

32.20 - As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

32.21 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecirnento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Assistência Social
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho
ANEXO V	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
ANEXO VI	Modelo de Minuta do Contrato
ANEXO VII	Declaração de Não Parentesco.

Chopinzinho, 15 de junho de 2020.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO PREFEITO

> JOSIANE MOSCHEN Presidente da CPL



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 139/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO № __/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE

APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente processo tem por objeto a contratação de apólice de seguro para o veículo CITROEN/AIRCROSS STARTMT - PLACA BDV-4C47, para uso dos atendimentos a Política de Assistência Social no Município, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Quant	Unid.	Descriminação	Indeniza- ção R\$	Valor R\$	
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT - ANO 2019/2020 - 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040-PLACA BDV- 4C47			
			Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE	Sim		
		1(um)	Perda parcial do veículo 100% FIPE	Sim		
	04	Veículo Sec.	Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE		1.849,05	
01	01	Assis- tência Social Danos materiais a terceiros - mínim Danos corporais a terceiros - mínim Acidentes pessoais por pass (morte/ invalidez/ despesas) méd	Danos materiais a terceiros - mínimo	200.000,00		
			Danos corporais a terceiros - mínimo	240.000,00		
			Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos – hospitalares- hospitalares- mínimos	20.000,00		
			Assistência 24 h km ilimitado	Sim		
			Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Parabrisa e vidro traseiro	Sim		
VALO	R DO SEC	SURO R\$		1.849	,05	

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - O objeto desta Licitação, é a necessidade da contratação de apólice de seguro, a qual cobrirá o veículo CITROEN/AIRCROSS – PLACA BDV4C47 utilizado pela Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o qual é alocado na Secretaria Municipal de Assistência Social que tem como missão representar a sociedade na proteção e na garantia dos direitos dos usuários da Politica de Assistência Social, e para garantir o transporte dos servidores, técnicos e usuários da Politica de Assistência Social, necessita dispor deste seguro, para que os mesmo possam desempenhar efetivamente suas atividades com segurança, visto que o campo de atuação desta secretária



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

é em todo o território do Município de Chopinzinho e ainda promove acesso (através de transporte) aos usuários da Política de Assistência Social a outros órgãos de referência desta secretaria em outros municípios como INSS, RECEITA FEDERAL, JUSTIÇA FEDERAL CARTÓRIOS, INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTOS ENTRE OUTROS.

2.2 - A contratação da seguradora tem por finalidade indenizações em casos acidentais (colisão, incêndio, roubo e furto) danos materiais e corporais a terceiros, bem como acidente por passageiros (morte, invalidez e despesas hospitalares) tanto dos servidores, usuários e terceiros.

2.3 - Portanto, explana-se a necessidade da contratação da seguradora, tendo em vista que o seguro a ser contratado, tem como finalidade dar prosseguimento as atividades e atendimentos prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3 - DA MODALIDADE

3.1 - Considerando o vínculo do representante local/regional das seguradoras, o que facilita a comunicação entre o Município e a Seguradora, solicita a abertura do processo licitatório na modalidade PREGÃO e de AMPLA CONCORRÊNCIA possibilitando assim, a participação das empresas dos orçamentos e outras que se interessarem, vale acrescentar que não encontramos empresas ME/EPP que apresentem esses serviços na qualidade descrita.

4 - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE

- **4.1** A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- 4.2 O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de vistoria do mesmo, a qual deverá ser realizada no prazo de até 24 (vinte e quatro horas) após a homologação do certame, ainda que não emitida a apólice, devendo a contratada fornecer os dados necessários ao acionamento de socorro em caso de sinistro;
- **4.3** O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- 4.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- **4.5** O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 4.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 5.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de serviços.
- 5.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 5.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 5.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 5.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 5.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 5.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.9 – Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.

5.10 – Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.

5.11 – Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 6.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- **6.3** Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- **6.4** Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- 6.5 Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- 6.6 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- **6.7** Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- **6.8** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- **6.9** Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- 6.10 Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- **6.11** Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entidades.
- **6.12** Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.
- 6.13 Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- **6.14** Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho PR.
- **6.15** O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

7 - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

m

O'HOPINZINHO

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

7.1 - Fica estipulado o valor de R\$ 1.849,05 (Hum mil oitocentos, quarenta nove reais e cinco centavos), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).

7.2 - Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.

7.3 - Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

7.3.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

7.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

7.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". 11.6 - A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

7.8 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

7.9 - Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.

7.10 - Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II" da Lei Federal nº 8.666/93.

7.11 - No caso da prorrogação do contrato serão levados em consideração os descontos de bônus eventualmente concedidos, sendo que em caso de reajustamentos será concedido no máximo o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA).

7.12 - Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).

7.13 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

7.13.1 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

7.13.2 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

8 - VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.1 - A empresa interessada em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (46) 3242-2005, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.2 - A dispensa da realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive

no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

8.3 - A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consonantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do Prêmio Total relativo aos veículos.

9 - ENDOSSO

9.1 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho - PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.

9.2 - Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao

objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

9.3 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

10 - DA FRANQUIA

10.1 - A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

10.2 - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).

10.3 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

10.4 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

10.5 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

10.6 - Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

11 - DOS SINISTROS

11.1 - Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

W



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **11.2** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- **11.3** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- **11.4** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- **11.5** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- **11.6** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (trinta) dias após a entrega da documentação básica.
- **11.7** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

12 - DA INDENIZAÇÃO

- **12.1** Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 12.1.1 Da Indenização Integral:
- **12.1.1.1** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- **12.1.1.2** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- **12.1.1.3** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 12.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- **12.1.2.1** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- **12.1.2.2** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- **12.1.2.3** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho-PR.
- **12.1.2.4** Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.
- **12.1.3** Da Exclusão:
- **12.1.3.1** Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veiculo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvico à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

12.1.3.2 - O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro. 12.1.3.3 - Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

12.1.3.4 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

12.1.3.5 - A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.

13 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- **13.1** O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 13.2 A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81.
- 13.3 A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- 13.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- **13.4** Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 14.8 e 16.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 13.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através clos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc.).

14 - DA RESCISÃO

- 14.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- **14.1.1** Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRA-TADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 14.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
- 14.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.





ESTADO DO PARANÁ e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br CNPJ: 76.995.414/0001-60 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel Telefone (46) 3242-8600

85.560-000

CHOPINZINHO

PARANA

14.2 - A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

14.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

- 14.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 14.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 14.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 14.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as sequintes situações, dentre outras:
- 14.7.1 A não entrega dos produtos contratados:
- 14.7.2 Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CON-TRATANTE:
- 14.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.
- 14.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 14.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:
- 14.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 14.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato:
- 14.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 14.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 14.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 14.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 14.7 deste Termo.

15 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- 15.1 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 15.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

16 - DAS PENALIDADES



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PÁRANÁ

16.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

16.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- **b)** multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa:
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- **16.3** Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- **16.4** Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 16.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- **16.6** Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

ne

CHOPINZINHO

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PÁRANÁ

16.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

16.7.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

16.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

16.7.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

16.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

16.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

16.7.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

16.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

17 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- **17.1** Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 17.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- **b)** "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 17.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 17.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

18 - DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA:

CHOPINZINHO

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

18.1 - Certidão de regularidade firmada pela empresa licitante de que está registrada e apta na Superintendência de Seguros Privados SUSEP e que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

18.2 - Certidão de Administradores junto a Superintendência de Seguros Privados SUSEP;

18.3 - Certidão emitida pela SUSEP conforme Resolução CNSP nº 40/2000, comprovando limite de retenção acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no ramo automóvel/casco e APP (acidentes pessoais passageiros);

18.4 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis com as notas explicativas do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Obs.: Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicilio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicilio da licitante.

a) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um). [NOTA: os índices deverão ser indicados com duas casas decimais]

b) A Licitante deverá apresentar o cálculo dos índices com base nos valores extraídos do balanço patrimonial, utilizando as seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	LC =	Ativo Circulante
LG -	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	LC =	Passivo Circulante
18.5 - Al	ém dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Liquid	dez Correr	nte (LC), as empresas participan
	rão comprovar patrimônio líquido mínimo de 1		

19 - DA ORÇAMENTAÇÃO:

19.1 – O levantamento de preços para determinação do valor máximo foi realizado pela Servidora senhora Márcia Rejane Niendieker, sendo definido como valor da licitação, o menor valor orçado.

Chopinzinho, 08 de junho de 2020.

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 483/2019 de 19/11/2019 m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 139/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO № __/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE

APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa	, estabelecida na (er	ndereço completo, telefo	ne, fax e endereço ele-
trônico, se houver), insci	rita no CNPJ sob nº	neste	ato representada por
, <u>cargo</u> , F	RG, CPF	, (endereço), prop	oõe fornecer ao Municí-
pio de Chopinzinho-PR, et			
139/2020, conforme abaixo	discriminado:		

Item	Quant.	Unid.	minação	Indenização R\$	Valor R\$
		VW/VOYAGE 1,6L, MBS, Capacidade: 5 lugares, Ano 2020/2021, FLEX, Chassi 9BWDB45U7MT002501 placa BDY 3F59			
		Seguro	Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE	Sim	
		Veículo	Perda parcial do veículo 100% FIPE	Sim	
	destinado ao Con-	Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE	(Indicar)		
01	01	selho Tu-	Danos materias a terceiros - minímo	200.000,00	
		telar	Danos corporais a terceiros - minímo	240.000,00	
BD	BDY dez/ despesa 3F59 res- minimo	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invali- dez/ despesas) medicos – hospitalares- hospitala- res- minímo	20.000,00		
		Assistência 24 h km ilimitado	Sim		
			Assistência de vidros:Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas.Para-brisa e vidro traseiro.	Sim	
		- 13	VALOR DO SEGURO R\$		

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Local e data

(nome, RG, Cargo e assinatura do representante legal do licitante)



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 139/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO № __/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE

APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CON-TRATAR COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Α	empresa	, com	sede na C.N.P.J. nº
jeita a	, DECLARA, qualquer impedimento legal para licitar ou contratar c edade de declarar ocorrências posteriores.	sob as penas da lei,	que não está su-
			Local e data.
	Nome e assinatura do representante	legal/procurador.	



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 139/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº __/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - IV

MODELO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DIS-POSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(papel timbrado da licitante)

Α	empresa	com	sede	na
		۱ ^o	, C.N.P.J.	nº
	, DECLARA, sol			
nº 9.854,	inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis a	dezoito anos		

Local e data.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 139/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº __/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - V

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP (papel timbrado da licitante)

Pelo	presente	instrumento,	a empresa	C	NPJ nº.		, com	sede na
		,	através de seu re	epresentante le	egal infra-	assinado, [DECLARA	A, sob as
pen	as do artig	o 299 do Cód	ligo Penal, que se	e enquadra na	situação	de:	- (indicar	se é mi-
croe	mpresa, e	mpresa de p	equeno porte ou	cooperativa),	nos term	ios da Lei	Complen	nentar nº
123	06, alterac	la pela Lei Co	mplementar nº 14	7/14, bem ass	im que in	existem fate	os superv	enientes
que	conduzam	ao seu deser	nquadramento des	sta situação.				

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/CPF/RG)

w



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 139/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº __/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

ANEXO - VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº **/2020

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, inscrito no CPF sob o nº 009.378.889-40, RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: ------, inscrita no CNPJ sob o nº ------, com sede na Rua: ------, Cidade de------, Estado ------, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 139/2020**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Tem por objeto o presente Instrumento, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGUROS PARA 01 (um) VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL.

Item	Quant.	Unid.	Descriminação	Indeniza- ção R\$	Valor R\$
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020 – 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040–PLACA BDV-4C47.		
			Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE	Sim	
		1(um)	Perda parcial do veículo 100% FIPE	Sim	
01	0.4	Veículo Sec.	Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE		
01	01	Assis-	Danos materiais a terceiros - mínimo	200.000,00	
		tência	Danos corporais a terceiros - mínimo	240.000,00	
		Social	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos – hospitalares- hospitalares- mínimos	20.000,00	
			Assistência 24 h km ilimitado	Sim	
			Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Parabrisa e vidro traseiro	Sim	

1.2 Todos os serviços deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de PREGÃO nº __/2020, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE:

- 2.1 A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- 2.2 O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de HOMOLOGAÇÃO do presente certame, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, n° 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 2.3 O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- 2.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- 2.5 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 2.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 3.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 3.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de servicos.
- 3.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 3.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 3.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 3.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 3.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 3.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- 3.9 Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.
- 3.10 Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.
- 3.11 Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1 Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 4.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 4.3 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- **4.4** Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- **4.5** Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- 4.6 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- **4.7** Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 4.8 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- **4.9** Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- **4.10** Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- **4.11** Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entida-des.
- 4.12 Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informa-ções relativas à regulamentação do seguro contratado.
- 4.13 Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- 4.14 Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho PR.



ESTADO DO PARANA

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

4.15 - O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- **5.1** Fica estipulado o valor de R\$ ____ (____ reais), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).
- **5.2** Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.
- **5.3** Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até **30 (trinta) dias** após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- **5.3.1** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- **5.4** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 5.5 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 5.6 A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- 5.7 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
- 5.8 Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.
- 5.9 Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II", do Art. nº 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.10 Na hipótese de renovação do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados SUSEP do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.
- **5.11** Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).
- 5.12 Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 5.12.1 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- **5.13.2** Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

CLÁUSULA SEXTA - ENDOSSO:

- **6.1** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicandose as regras constantes deste Termo de Referência.
- **6.2** Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.3 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRANQUIA:

- 7.1 A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- **7.2** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).
- 7.3 Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 7.4 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 7.5 Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.
- **7.6** Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS SINISTROS:

- **8.1** Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- **8.2** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- 8.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- **8.4** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- **8.5** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- **8.6** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (trinta) clias após a entrega da documentação básica.
- **8.7** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA INDENIZAÇÃO:

- 9.1 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 9.1.1 Da Indenização Integral:
- **9.1.1.1** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- **9.1.1.2** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 9.1.1.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 9.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- 9.1.2.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- **9.1.2.2** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

ul



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.1.2.3 - A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho-PR.

9.1.2.4 - Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

9.1.3 - Da Exclusão:

9.1.3.1 - Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veiculo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

9.1.3.2 - O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro.
9.1.3.3 - Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

9.1.3.4 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

9.1.3.5 - A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

- 10.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 10.2 A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81
- 10.3 A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- **10.3.1** Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- **10.4** Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 11.8 e 13.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 10.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARIP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

- 11.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- 1.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRA-TANTE;
- **11.1.2** Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

11.2 – A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

11.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

11.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

11.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

11.7 - A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

11.7.1 - A não entrega dos produtos contratados;

11.7.2 - Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRA-

11.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.

11.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato:

11.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

11.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

11.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

11.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 11.7 deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93):

12.1 - O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

12.2 - Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acrescimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

13.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

13.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

mb



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PÁRANÁ

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0.5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 13.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 13.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRA-TANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 13.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 13.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 13.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 13.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- **13.7.3** Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 13.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 13.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 13.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível:
- 13.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

- 14.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 14.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

ml



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

 a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

14.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

14.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS:

15.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o Contratante e a Contratada em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzi-nho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE:

16.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, pelo Contratante, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

17.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:

18.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUCESSÃO E FORO:

19.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

Chopinzinho,/	de	2020
	1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

Contratada

Testemunhas:



me

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 139/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° __/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE

APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - VII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)	, inscrita no CNPJ sob nº com sede
à Rua no Município no Município	Estado neste ato representada
pelo Sr(a) portador(a) da carteira de id	entidade RG nº e inscrito(a) no CPF sob nº
DECLARA sob as penas da Lei, que os prop	prietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal
da referida empresa NÃO possuem grau de parentesc	o consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes)
ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até	o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores
públicos:	

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município. Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a rnodalidade _____ nº___, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 06 (seis) meses, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

Assinatura de Representante Legal

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.





Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel Telefone (46) 3242-8600 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) - Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos: Grau Linha Reta Ascendente Linha Reta Descendente Linha Colateral Padrasto/Madrasta Genro/Nora 2° Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta Cônjuge do (a) Neto (a) Cunhado (a) - Cônjuge do (a) irmão (ã) 3° Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta Cônjuge do (a) Bisneto (a)

W

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº __/2020. Forma: Eletrônico. Data da Licitação: Dia __ de __ __ de 2020, às __:_ (____) horas. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA VOLKSWAGEN, MODELO VOYAGE, PLACAS BDY 3F59, DA FROTA MUNICIPAL. Gênero: Serviços de Seguradora. Valor Máximo da Licitação: R\$ 1.849,05. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 — Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00hs e 13:00/17:00hs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614.





Memorando 3: 2.586/2020

Via 1/2	Chopinzinho/PR, 15 de Junho de 2020 às 14:54
De:	Para:
SMA-LC - Licitações e Contratos Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo	PGM - Procuradoria Geral do Município
Esta documentação faz parte do Des	pacho 3: 2.586/2020
O documento eletrônico contém assina	atura digital
Memorando 3: 2.586/2020	CHOPINZINHO
Via 2/2	Chopinzinho/PR, 15 de Junho de 2020 às 14:54
De:	Para:
SMA-LC - Licitações e Contratos Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo	PGM - Procuradoria Geral do Município
Esta documentação faz parte do Desp	pacho 3: 2.586/2020
O documento eletrônico contém assina	atura digital
TERMO DE ENTREGA	Nome legível:
Recebido em:	Assinatura:
/às:	RG/CPF:

Prefeitura de Chopinzinho - Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811 Bairro São Miguel, CEP 85560-000 Horário de Atencimento: De segunda a sexta das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 * 1Doc * www.1doc.com.br

Impresso em 15/06/2020 14:54:37 por Micheli Leticia Dietrich - Auxiliar Administrativo

"Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você." - Cynthia Kersey

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, recebi os presentes autos na Procuradoria Geral do Município.

Chopinzinho/PR, 15 de junho de 2020.

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018

CONCLUSÃO

Aos 15 dias do mês de junho do ano de 2020, faço estes autos concluso ao Procurador Geral, Dr. Fábio Luiz Santin de Albuquerque do que lavro o presente termo.

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018





Memorando 5: 2.586/2020



Fábio A. - PGM-LIC De:

Para: SMAS - Secretaria de Assistência Social - A/C Rosani C.

Data: 13/07/2020 às 12:56:29

Setores envolvidos:

SMAS, GAB, PGM, SMA-LC, SMAS-CLIFA, PGM-LIC

Em anexo o Parecer Jurídico n.º 196/2020/PGM/FLSA.

Fábio Luiz Santin de Albuquerque

Anexos:

Parecer n.º 196-2020 - Processo n.º 139-2020 - Pregão Eletrônico - Assistência (Apólice de Seguro - Citroen, Modelo Aircross. Plago a multiplia processa para la proces





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 Ru

85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ



PROCESSO LICITATÓRIO N.º 139/2020

MEMORANDO 1DOC N.º 2.586/2020

PARECER JURÍDICO N.º 196/2020/PGM/FLSA

REQUERENTE INTERESSADOS : SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

: DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREFEITO MUNICIPAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTROLE INTERNO

ASSUNTO

: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Apólice de

SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROËN, MODELO AIRCROSS, PLACA BDV 4C47, DA

FROTA MUNICIPAL

EMENTA: LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROËN, MODELO AIRCROSS, PLACA BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇO DE NATUREZA COMUM. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. POSSIBILIDADE, COM RECOMENDAÇÕES.

1 Do RELATÓRIO

Cuida-se do **Processo Licitatório n.º 139/2020 (Memorando 1Doc n.º 2.586/2020)**, **Pregão Eletrônico**, pelo qual a Secretaria de Assistência Social pretende a contratação de empresa especializada para fornecimento de apólice de seguro para veículo marca Citroën, modelo Aircross, placa BDV 4C47, da frota municipal, ao preço máximo de R\$ 1.849,05 (um mil e oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos).

Os autos, contendo 88 (oitenta e oito) páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Solicitação (fls. 03);
- b) Documento do veículo (fls. 04);
- c) Consulta consolidada do veículo junto ao Detran/PR (fls. 05);
- d) Consulta do preço médio do veículo junto à Tabela Fipe (fls. 06);
- e) Cópia da apólice de seguro do veículo, indicando a vigência até 11/06/2020 (fls.

07);

f) Autorização do Prefeito Municipal para abertura de procedimento licitatório (fls.

08);

ICP Brasil

Assinado por 1 pessoa: FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel **CHOPINZINHO** PARANÁ

g) Termo de Referência (fls. 09/18);

h) Orçamentos (fls. 19/30);

i) Parecer da Secretaria de Finanças (fls. 31);

85.560-000

- j) Parecer da Comissão de Licitações quanto à adoção do Pregão Eletrônico (fls. 32);
- k) Decretos Municipais n.º 536/2019 e 534/2019 (fls. 33/34);
- I) Autorização do Prefeito Municipal para a preparação da minuta de pregão eletrônico e o encaminhamento dos autos à Procuradoria para emissão de parecer (fls. 35);

m) Minutas do edital e anexos de pregão eletrônico, elaborados pela Divisão de Licitacões e Contratos (fls. 36/86).

Os autos foram encaminhados a este Procurador em 15/06/2020 (fls. 88). É o relatório.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Do Campo de Análise do Parecer Jurídico

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei n.º 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2 DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI, da CRFB/1988¹) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

^{1 &}quot;Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"



FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE

Município de Chopinzinho

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel **CHOPINZINHO** PARANÁ

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "os casos especificados na legislação", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em inexigibilidade e dispensa.²

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3 DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A Secretaria de Assistência Social pretende a contratação de empresa especializada para fornecimento de apólice de seguro para veículo marca Citroën, Modelo Aircross, Placas BDV 4C47, da frota municipal, ao preço máximo de R\$ 1.849,05 (um mil e oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos).

2.3.1 DA MODALIDADE

Agiu com acerto a Presidenta da Comissão Permanente de Licitações ao emitir parecer favorável à contratação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica (fls. 32).

De fato, o Pregão é a modalidade de licitação mais adequada para o caso, quer pela possibilidade de flexibilização das propostas de preços e, com ela, o potencial aumento da probabilidade da Administração obter uma proposta econômica mais vantajosa, quer porque o serviço que almeja contratar se enquadra no conceito de "serviços comuns", previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 10.520/2002³.

O conceito de "bens e serviços comuns" inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e, ainda, aqueles que podem ser descritos objetivamente.

Afora isso, a doutrina, a jurisprudência e as Cortes de Contas têm admitido a adoção do pregão em licitações cujos objetos extrapolam o conceito legal.

Cumpre, doravante, analisar se nos autos estão presentes os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei n.º 10.520/2002.4

^{4 &}quot;Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções



Assinado

² "Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação 'exigível' que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação." In: MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013. p. 465-366.

^{3 &}quot;Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais





CNPJ 76.995.414/0001-60

85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel **PARANÁ CHOPINZINHO**

2.3.2 DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a preparação da minuta e o encaminhamento dos autos à Procuradoria para emissão de parecer (fls. 08 e 35).

2.3.3 DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pela Secretaria contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação (fls. 09).

2.3.4 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto que a Administração pretende contratar são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento (fls. 09/18).

No entanto, recomenda-se que a Secretaria insira no descritivo do Termo de Referência, 3ª linha, o valor máximo a ser pago para a franquia, ao invés de limitar em porcentagem e, caso necessário, providencie nova certidão de disponibilidade financeira e orçamentária, ou, justifique a impossibilidade de fazê-lo.

2.3.5 DAS MINUTAS DO EDITAL E ANEXOS

As minutas do edital e dos anexos elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos (fls. 36/86) atendem as exigências dos artigos 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos c/c o art. 4º, inc. I, da Lei n.º 10.520/2002.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objetos, prazo de validade do Contrato, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de execução, penalidades e rescisão.

Da minuta do edital ainda se destaca:

- a) critério de julgamento: menor preço unitário por Item (Item 1). Medida econômica e operacional mais viável para o cenário que se apresenta;
 - b) impedidos de licitar: Item 3.3 e seguintes;

por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor." (g.n.)

FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE



Município de Chopinzinho

CNPJ 76.995.414/0001-60

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br າຊ, Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

85.560-000

- c) habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista, além de ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Item 9, sendo que com relação aos impedidos de licitar se exigirá Consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, ao Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR; e Certidão Negativa do Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa/CNJ (Itens 9.1.2, 9.1.3 e 12.1.6);
 - d) vigência do Contrato: 12 (doze) meses, contados da assinatura (Item 16.3);
 - e) dotação orçamentária: Item 19.11;
- f) gestão do Contrato: a cargo da Secretária de Assistência Social, Sra. Rosani Checelski (Item 25.2);
- g) fiscalização do Contrato: a cargo dos servidores Márcia Niendieker (titular) e Jorcélio Farias (substituto) (Item 25.3).

Por fim, a Divisão de Licitações e Contratos deverá adequar as minutas do Edital e anexos ao Termo de Referência reformulado.

2.3.6 DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria anexou aos autos pesquisa de preços, cujos orçamentos se encontram datados, assinados e com identificação das empresas no ramo da contratação:

- a) Porto Seguro Cia. De Seguros Gerais, ao preço de R\$ 1.849,05 (fls. 19/25);
- b) Gente Seguradora S/A, ao preço de R\$ 4.200,00 (fls. 26);
- c) MAPFRE Seguros, ao preço de R\$ 5.125,00 (fls. 27/30).

No mais, consta no Termo de Referência a informação de que a servidora Márcia Niendieker foi a responsável pela pesquisa de preços (fls. 18).

Por fim, recomenda-se que a Secretaria: a) atualize o orçamento de fls. 19/25, posto que vencido, colhendo o carimbo e a assinatura do responsável pela emissão; e, b) inclua carimbo e assinatura do responsável pela emissão do orçamento de fls. 27/30.

2.3.7 DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com os artigos 3º e 48, inc. I, da LC n.º 123/2006, alterada pelas LC n.º 147/2014 e 155/2015, ainda que os valores por itens sejam inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a exclusividade para micro e pequenas empresas não se aplica for força da exclusão expressa prevista no inc. VIII do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.5

Portanto, agiu corretamente a Divisão de Licitações e Contratos ao não restringir a participação no certame.

^{5 &}quot;Art. 3º. (...) § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;"







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 Telefone: (46) 3242-8600

85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel **CHOPINZINHO** PARANÁ

2.3.8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer favorável, assegurando a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações, através da Fonte 936 (fls. 31).

2.3.9 DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Os Decretos Municipais n.º 536/2019 e 534/2019 comprovam que a Comissão Permanente de Licitações e a Equipe de Apoio estão legalmente constituídas (fls. 33/34).

2.3.10 DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, como de praxe, anexando-as aos autos.

3 DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral Municipal não vê óbice no prosseguimento do Processo Licitatório n.º 139/2020 (Memorando 1Doc n.º 2.586/2020), Pregão Eletrônico, instaurado pela Secretaria de Assistência Social, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de apólice de seguro para veículo marca Citroën, modelo Aircross, placas BDV 4C47, da frota municipal, ao preço máximo de R\$ 1.849,05 (um mil e oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos), desde que atendidas as seguintes recomendações:

Secretaria de Assistência Social:

Recomendação 1: inserir no descritivo do Termo de Referência, 3º linha, o valor máximo a ser pago para a franquia, ao invés de limitar em porcentagem, ou, justificar a impossibilidade de fazê-lo;

Recomendação 2: atualizar o orçamento de fls. 19/25, posto que vencido, colhendo o carimbo e a assinatura do responsável pela emissão e, caso necessário, providenciar nova certidão de disponibilidade financeira e orçamentária;

Recomendação 3: incluir carimbo e assinatura do responsável pela emissão do orçamento de fls. 27/30.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 3 Telefone: (46) 3242-8600 Ru 85.560-000

60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: adequar as minutas do Edital e anexos ao Termo de Referência reformulado;

Recomendação 2: providenciar as publicações, como de praxe, anexando-as aos autos.

A Divisão de Licitações e Contratos deverá fiscalizar e cumprir as recomendações acima, sendo desnecessário o retorno dos autos a esta Procuradoria, salvo requerimento fundamentado da Divisão contendo a questão jurídica a ser sanada.

Salvo melhor juízo, é o parecer. Chopinzinho (PR), em 13 de julho de 2020.

> FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE PROCURADOR GERAL DECRETO 014/2018 — OAB/PR 26.368





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 866D-846B-9F32-7CE6

037

10

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE (CPF 913.910.409-53) em 13/07/2020 12:56:43 (GMT-03:00) Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/866D-846B-9F32-7CE6

REMESSA

Aos 13 dias do mês de julho do ano de 2020, faço REMESSA dos presentes autos à **Secretaria Municipal de Assistência Social,** do que lavro o presente termo.

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

Chopinzinho, 30 de junho de 2020.

CORRESPONDENCIA INTERNA

Em atenção ao Processo Licitatório nº 139/2020 - Memorando nº 2.586/2020 - Parecer Jurídico nº 196/2020/PGM/FLSA - a Secretaria de Assistência Social informa que cumpriu com recomendações exaradas

No mais, diante da atualização dos orçamentos, ouve alteração do valor repassado pela empresa PORTO SEGURO, conforme orçamento anexo.

Por fim, segue em anexo o Termo de Referencia reformulado.

Rosani Checelski Secretária Mun. de Assistência Social Decreto Nº 483/2019 de 18/11/2019

Rosani Checelski

Secretária Municipal de Assistência Social

99

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente processo tem por objeto a contratação de apólice de seguro para o veículo CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020, placas: PLACA BDV 4C47, para uso dos atendimentos e atividades realizados pela secretaria de Assistência Social, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Quant.	Unid.	Descriminação	Indenização R\$	Valor R\$
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020 – 5 LUGARES – CHASSI 935SUNFN1LB529040 - PLACA BDV 4C47		
		Seguro	Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE	Sim	
		Veículo	Perda parcial do veículo 100% FIPE	Sim	
04	04	SEC. ASSIS- TENCIA	Valor máximo a ser pago para a Franquia	1.849,05	4 004 00
01	01		TENCIA Danos materiais a terceiros - mínimo	Danos materiais a terceiros - mínimo	200.000,00
		SOCIAL	Danos corporais a terceiros - mínimo	240.000,00	
		PLACA BDV 4C47	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos – hospitalares- hospitalares- mínimo	20.000,00	
			Assistência 24 km ilimitado	Sim	
			Assistência de vidros:Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas.Para-brisa e vidro traseiro	Sim	1.821,29 29
		VALC	OR DO SEGURO R\$	1.821,	29

2 - JUSTIFICATIVA

- 2.1 O objeto desta Licitação, é a necessidade da contratação de apólice de seguro, a qual cobrirão veiculo CITROEN/AIRCROSS PLACA BDV 4C47 utilizado pela Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o qual é alocado na Secretária Municipal de Assistência Social que tem como missão representar a sociedade na proteção e na garantia dos direitos dos usuários das Politica de Assistência Social, necessita dispor deste seguro, para que os mesmo possam desempenhar efetivamente suas atividades com segurança, visto que o campo de atuação desta secretaria é em todo o território do Município de Chopinzinho e ainda promove acesso (através de transporte) aos usuários da Politica de Assistência Social a outros órgãos de referencia desta secretaria em outros municípios como INSS, RECEITA FEDERAL, JUSTIÇA FEDERAL, CARTÓRIOS, INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTOS ENTRE OUTROS.
- 2.2 A contratação da seguradora tem por finalidade indenizações em casos acidentais (colisão, incêndio, roubo e furto) danos materiais e corporais a terceiros, bem como acidente por passageiros (morte, invalidez e despesas hospitalares) tanto dos servidores, usuários e terceiros.
- 2.3 Portanto, explana-se a necessidade da contratação da seguradora, tendo em vista que o seguro a ser contratado, tem como finalidade dar prosseguimento as atividades e atendimentos prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.





E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

3 - DA MODALIDADE

3.1 - Considerando o vínculo do representante local/regional das seguradoras, o que facilita a comunicação entre o Município e a Seguradora, solicita a abertura do processo licitatório na modalidade PREGÃO de AMPLA CONCORRÊNCIA possibilitando assim, a participação das empresas dos orçamentos e outras que se interessarem, vale acrescentar que não encontramos empresas ME/EPP que apresentem esses serviços na qualidade descrita.

4 - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE

- 4.1 A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- **4.2** O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de HOMOLOGAÇÃO do presente certame, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.
- 4.3 O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- **4.4** A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- **4.5** O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 4.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 5.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de servicos.
- 5.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 5.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 5.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 5.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 5.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 5.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- **5.9** Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.
- **5.10** Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.
- **5.11** Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

- 6.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- **6.3** Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- 6.4 Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- 6.5 Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- **6.6** Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- **6.7** Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- **6.8** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- **6.9** Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- **6.10** Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- 6.11 Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entidades.
- **6.12** Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.
- **6.13** Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- **6.14** Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho PR.
- **6.15** O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

7 – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **7.1** Fica estipulado o valor de R\$ 1.821,29 (Hum mil, oitocentos e vinte um reais e vinte nove centavos), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).
- 7.2 Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

7.3 - Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

7.3.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

7.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

7.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

11.6 - A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

7.8 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

7.9 - Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.

7.10 - Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II", do Art. nº 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.11 - Na hipótese de renovação do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

7.12 - Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).

7.13 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

7.13.1 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

7.13.2 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

8 - VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 - A empresa interessada em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (46) 3242-2005, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.



10:

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

8.2 - A dispensa da realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

8.3 - A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consonantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do Prêmio Total relativo aos veículos.

9 - ENDOSSO

9.1 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho - PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.

9.2 - Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

9.3 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

10 - DA FRANQUIA

10.1 - A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

10.2 - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).

10.3 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

10.4 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

10.5 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

10.6 - Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

11 - DOS SINISTROS

11.1 - Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

11.2 - Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

11.3 - Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.

A.

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

11.4 - Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

11.5 - Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

11.6 - O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (trinta)

dias após a entrega da documentação básica.

11.7 - Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

12 - DA INDENIZAÇÃO

- 12.1 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 12.1.1 Da Indenização Integral:
- **12.1.1.1** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- **12.1.1.2** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 12.1.1.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 12.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- 12.1.2.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- 12.1.2.2 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- **12.1.2.3** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho-PR.
- **12.1.2.4** Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.
- 12.1.3 Da Exclusão:
- **12.1.3.1** Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veiculo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

X + 12 = Y e Y x Z = VT onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses:

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

J.

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

12.1.3.2 - O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro. 12.1.3.3 - Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

12.1.3.4 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

12.1.3.5 - A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.

13 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

13.2 - A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF:

020.039.019-81.

13.3 - A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

13.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato.

com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

13.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 14.8 e 16.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

13.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

14 - DA RESCISÃO

14.1 – O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):

14.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

14.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja

conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

14.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

14.2 – A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.





E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

14.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

- 14.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 14.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- **14.6** Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- 14.7 A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 14.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- **14.7.2** Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:
- **14.7.3** Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.
- 14.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 14.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:
- 14.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:
- 14.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato;
- 14.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 14.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 14.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- **14.8.7** As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 14.7 deste Termo.

15 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- **15.1** O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- **15.2** Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

16 - DAS PENALIDADES

S.



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

16.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

16.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as

seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- **16.3** Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 16.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 16.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

16.6 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

16.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

16.7.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados:

16.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

16.7.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:

16.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

16.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

16.7.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

16.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

17 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

17.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato:

 c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

 d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

17.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

17.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E-mail: assistenciasocial@chopinzinho.pr.gov.br

Telefax (46) 3242-2005 - Rua Santos Dumont, 4645

85560-000

CHOPINZINHO

PARANÁ

representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

18 – DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA:

18.1 - Certidão de regularidade firmada pela empresa licitante de que está registrada e apta na Superintendência de Seguros Privados SUSEP e que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

18.2 - Certidão de Administradores junto a Superintendência de Seguros Privados SUSEP;

18.3 - Certidão emitida pela SUSEP conforme Resolução CNSP nº 40/2000, comprovando limite de retenção acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no ramo automóvel/casco e APP (acidentes pessoais passageiros);

18.4 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis com as notas explicativas do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Obs: Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicilio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicilio da licitante.

 a) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um). [NOTA: os índices deverão ser indicados com duas casas decimais]

b) A Licitante deverá apresentar o cálculo dos índices com base nos valores extraídos do balanço patrimonial, utilizando as seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Ativo Circulante LG = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Passivo Circulante

18.5 - Além dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Liquidez Corrente (LC), as empresas participantes deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

19 – DA ORÇAMENTAÇÃO:

19.1 – O levantamento de precos para determinação do valor máximo foi realizado pela Servidora senhora Márcia Rejane Niendieker, sendo definido como valor da licitação, o menor valor orçado.

Chopinzinho, 30 de julho de 2020.

Secretaria Mun de Assistência Social Secretana mun de Assistencia Social Decreto Nº 483/2019 de 18/11/2019 ROSANI CHECELSKI

Rosani Checelski

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 483/2019 de 19/11/2019



Prêmio do Seguro

ORÇAMENTO - PORTO SEGURO AUTO FROTA



Occupation de Nambelos Occupations		
Operação de Negócio: Convencional		
Tipo de Emissão: Seguro Novo	Tarifa: Julho/2020	
Início da Vigência: 28/07/2020	Data do Orçamento: 28/	07/2020
Término da Vigência: 28/07/2021	Versão do cálculo: 1	
Quantidade de Itens: 1	Última Liberação: 28/07/2	2020
Dados do corretor		
Nome	Telefone	Código SUSEP
GUARACIG CORRETORA DE SEGUROS LTDA	(42) 30354746	LID2FJ
Dados do cliente		
zão Social: MUNICIPIO DE CHOPINZINHO		
CNPJ: 76.995.414/0001-60		Tipo Pessoa: Jurídica
Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios Descrição		Prêmio
Descrição		Prêmio R\$ 1.154,88
Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO		
Descrição		R\$ 1.154,88
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO		R\$ 1.154,88 R\$ 382,42
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO DANOS CORPORAIS - 1º RISCO		R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO DANOS CORPORAIS - 1º RISCO ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	- Rede Referenciada	R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO DANOS CORPORAIS - 1º RISCO ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO DANOS MORAIS - 1º RISCO 6 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis	s - Rede Referenciada	R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50 R\$ 6,94
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO DANOS CORPORAIS - 1º RISCO ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO DANOS MORAIS - 1º RISCO	- Rede Referenciada	R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50 R\$ 6,94 R\$ 19,19
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO DANOS CORPORAIS - 1º RISCO ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO DANOS MORAIS - 1º RISCO 6 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lantemas e Faróis 45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada ACESSÓRIO CARROCERIA	- Rede Referenciada	R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50 R\$ 6,94 R\$ 19,19 R\$ 124,27
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO DANOS CORPORAIS - 1º RISCO ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO DANOS MORAIS - 1º RISCO 6 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lantemas e Faróis 45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada	- Rede Referenciada	R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50 R\$ 6,94 R\$ 19,19 R\$ 124,27 R\$ 0,00
Descrição CASCO DANOS MATERIAIS - 1º RISCO DANOS CORPORAIS - 1º RISCO ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO DANOS MORAIS - 1º RISCO 6 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lantemas e Faróis 45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada ACESSÓRIO CARROCERIA ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	- Rede Referenciada	R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50 R\$ 6,94 R\$ 19,19 R\$ 124,27 R\$ 0,00 R\$ 0,00



Total (R\$)

Prêmio Líquido do Seguro: R\$ 1.821,29

Prêmio à vista do seguro: R\$ 1.821,29

IOF: 0,00%

ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO.

O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULOS OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO.

A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE.

"A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO.

Os valores deste orçamento são válidos até 27/08/2020

Parcela

OPÇÕES DE PAGAMENTO

		_	_	
PAGAMENTO:	À	Vista		Boleto

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.821,29	R\$ 1.821,29
	PACAMENTO	Comb a 20 dd	

PAGAMENTO: Came a 30 d.d.

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.821,29	R\$ 1.821,29

PAGAMENTO: Melhor Data Todas Débito C.Corrente

Juros

Parcela (R\$)

	The state of the s		
1	0,00%	R\$ 1.821,29	R\$ 1.821,29
2	0,00%	R\$ 910,64	R\$ 1.821,28
3	0,00%	R\$ 607,10	R\$ 1.821,30
4	0,00%	R\$ 455,32	R\$ 1.821,28
5	0,00%	R\$ 364,26	R\$ 1.821,30
6	0,00%	R\$ 303,55	R\$ 1.821,30
7	0,00%	R\$ 260,18	R\$ 1.821,26
8	0,00%	R\$ 227,66	R\$ 1.821,28
9	0,00%	R\$ 202,37	R\$ 1.821,33
10	0,00%	R\$ 182,13	R\$ 1.821,30

PAGAMENTO: Frac. 1º Parcela Camé

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 910,64	R\$ 1.821,28
3	0,00%	R\$ 607,10	R\$ 1.821,30
4	0,00%	R\$ 455,32	R\$ 1.821,28
5	0,00%	R\$ 364,26	R\$ 1.821,30
6	0,00%	R\$ 303,55	R\$ 1.821,30

			MIL
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
7	0,00%	R\$ 260,18	R\$ 1.821,26
8	0,00%	R\$ 227,66	R\$ 1.821,28
9	0,00%	R\$ 202,37	R\$ 1.821,33
10	0,00%	R\$ 182,13	R\$ 1.821,30
	PAGAMENTO: Toda	as Débito C. Corrente	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.821,29	R\$ 1.821,29
2	0,00%	R\$ 910,64	R\$ 1.821,28
3	0,00%	R\$ 607,10	R\$ 1.821,30
4	0,00%	R\$ 455,32	R\$ 1.821,28
5	0,00%	R\$ 364,26	R\$ 1.821,30
6	0,00%	R\$ 303,55	R\$ 1.821,30
7	0,00%	R\$ 260,18	R\$ 1.821,26
8	0,00%	R\$ 227,66	R\$ 1.821,28
9	0,00%	R\$ 202,37	R\$ 1.821,33
10	0,00%	R\$ 182,13	R\$ 1.821,30
	PAGAMENTO: Todas Cartão	de Crédito - Demais Bandeiras	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 1.821,29	R\$ 1.821,29
2	0,00%	R\$ 910,64	R\$ 1.821,28
3	0,00%	R\$ 607,10	R\$ 1.821,30
4	0,00%	R\$ 455,32	R\$ 1.821,28
5	0,00%	R\$ 364,26	R\$ 1.821,30
6	0,00%	R\$ 303,55	R\$ 1.821,30
7	0,00%	R\$ 260,18	R\$ 1.821,26
8	0,00%	R\$ 227,66	R\$ 1.821,28
9	0,00%	R\$ 202,37	R\$ 1.821,33
10	0,00%	R\$ 182,13	R\$ 1.821,30
	PAGAMENTO: 1ª E	Boleto / Demais Camê	
Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 910,64	R\$ 1.821,28
3	0,00%	R\$ 607,10	R\$ 1.821,30
		R\$ 455,32	R\$ 1.821,28
4	0,00%	110 100,02	
5	0,00%	R\$ 364,26	R\$ 1.821,30

O.S.

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)	m
7	0,00%	R\$ 260,18	R\$	1.821,26
8	0,00%	R\$ 227,66	R\$	1.821,28
9	0,00%	R\$ 202,37	R\$	1.821,33
10	0,00%	R\$ 182,13	R\$	1.821,30

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)	
1	0,00%	R\$ 1.821,29	R\$ 1.821,29	
2	0,00%	R\$ 910,64	R\$ 1.821,28	
3	0,00%	R\$ 607,10	R\$ 1.821,30	
4	0,00%	R\$ 455,32	R\$ 1.821,28	
5	0,00%	R\$ 364,26	R\$ 1.821,30	
6	0,00%	R\$ 303,55	R\$ 1.821,30	
7	0,00%	RS 260,18	R\$ 1.821,26	
8	0,00%	R\$ 227,66	R\$ 1.821,28	
9	0,00%	R\$ 202,37	R\$ 1.821,33	
10	0,00%	R\$ 182,13	R\$ 1.821,30	

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais CNPJ 61.198.164/0001-60 - Ramo Automóvel (0531) - Código Susep (05886)

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2º andar São Paulo - SP - CEP: 01216-012

Processo SUSEP VMR e VD nº 15414.900286/2013-63 UPUU





Relação de Itens Completa - Auto Frota

Orçamento no.: 308393832

Dados do Cliente:

Razão Social:

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO

CNPJ:

76.995.414/0001-60

Tipo de Pessoa:

Jurídica

Atividade:

ADMINISTRAÇÃO PUBLICA EM GERAL

Data:

28/07/2020

Validade:

27/08/2020

Tarifa:

Julho/2020

Última Liberação:

28/07/2020

Vigência:

28/07/2020 - 28/07/2021

Quantidade de Itens:

1

Operação de Negócio:

Convencional

Data da impressão:

28/07/2020



	7.0074			o date de la com
ltem	Velculo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
1	VEÍCULO: CITROEN - AIRCROSS START 1.6 16V FLEX ANO/MODELO: 2019/2020 CÓDIGO FIPE: 111821 0Km: Não COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: CHOPINZINHO - PR UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CLASSE BÔNUS:0	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 1.849,05 DMT 1R - IS R\$ 200.000,00 DCT 1R - IS R\$ 250.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 DMO 1R - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Vidros 076 / FRANQUIAS: Retrovisores: R\$ 55,00 Parabrisa/Traseiro: R\$ 275,00 Lanternas/Faróis: R\$ 192,00	R\$ 1.154,88 R\$ 382,42 R\$ 46,09 R\$ 87,50 R\$ 6,94 R\$ 124,27 R\$ 19,19



Indice de Cobertura: DMT 1R DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO DMT 2R DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO DMT DESAT 1R DMT DESAT 2R DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO DCT 1R DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO DCT 2R DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO DCT DESAT 1R DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO DCT DESAT 2R DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO GARANTIA ÚNICA 1º RISCO GU 1R GU 2R GARANTIA ÚNICA 2º RISCO GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO GU DESAT 1R GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO GU DESAT 2R APP C/ DMH ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES DANOS MORAIS 1º RISCO DMO 1R

CARRO EVIDA BÁSICO PEDE REERRIADA 7 DIAS

Carro Reserva:

DMO 2R

26C	CARRO EXTRA BASICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26E	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26A	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26F	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26B	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26G	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26J	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26K	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26H	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26L	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
261	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26M	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26N	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
260	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26P	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26Q	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26T	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26S	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
CONTRACTOR DESIGNATION OF THE PROPERTY OF THE	

DANOS MORAIS 2º RISCO

Proteção a Vidros:

76

785	785 -	DANOS	AV	IDROS -	REDE	REFERENCE	AUA
700	700	DANIOC	400	Monoc	DETE	OV//CODEC	LABIT

76R - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - LIVRE ESCOLHA

78R - DANOS A VIDROS - LIVRE ESCOLHA

076 - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - REDE REFERENCIADA



Assistência 24h:	就是一位,从这里看着一个时间,可以在我们的时间,就可以被打造的。这里是一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个
45V	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA
45Y	COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA
045	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA
45X	BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA
Índice de Cláusulas:	
CLS. 104	104 - EXTENSÃO DE PERÍMETRO
CLS. 115	115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT
CLS. 112	112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE
CLS. 20N	20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS
CLS. 997	997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA
CLS. 111	111 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS

	89			

CARROC. CARROCERIA
EQUIP. EQUIPAMENTOS
SOM SOM

SOM SOM KIT - GÁS

GUARACIG CORRETORA DE SEGUROS LITDA ONP): 00.889.624/0001-01



Porto Alegre, 21 de julho de 2020.

Ao Município de Chopinzinho, Estado do Paraná. A/C – Secretaria de Assistência Social

Apresentamos nossa proposta de preços com a finalidade de abertura de processo licitatório para a contratação de serviço de seguro de veículos.

MODELOS DOS VEÍCULOS. COBERTURAS E CUSTO UNITÁRIO

VEÍCULO	CASCO % DA FIPE	FRANQUIA DE CASCO – R\$	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS	ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS MORTE E INVALIDEZ COM DIGHO POR PASSEGEIRO	DANOS MORAIS	ASSISTÊNCIA 24 HORAS	QUEBRA DE VIDROS	CUSTO UNITÁRIO R\$
CITROEN AIRCROSS START 1.6 FLEX 2019/2020 PLACA: BDV-4C47	100	REDUZIDA 4.189,36	200.000,00	250.000,00	20.000,00	20.000,00	GUINCHO + TÁXI KM ILIMITADO	COMPLETOS LANTERNAS FARÓIS RETROVISORES	4.000,00

Valor Total: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

OBS: Os acessórios dos veículos que não sejam originais de fábrica (Ex: carrocerias, equipamentos de ambulâncias, giro-flex, etc.) NÃO POSSUEM COBERTURA a não ser que seja solicitada explicitamente a cobertura de "CARROCERIAS" e/ou "EQUIPAMENTOS" e que seja informado um valor de Importância Segurada para estes itens.

A <u>seguradora somente intercederá para a regularização de franquias junto às oficinas se houver exigência contratual.</u>

Caso não haja, será de responsabilidade da prefeitura as tratativas com as oficinas, mesmo as credenciadas.

FRANQUIA DE VIDROS (quando contratada a cobertura)

CATEGORIA DO VEICULO	VIDROS	LANTERNAS	FARÓIS	RETROVISORES
Passeio e Pick-up Leves	R\$ 250,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Pick-Up Médias e Pesadas e Demais Utilitários	R\$ 500,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250.00
Micro-ônibus, Ônibus e Caminhões	R\$ 900,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00

GENTE SEGURADORA S/A.

SEDE PRÓPRIA: Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 - Centro - CEP 90.020-060 - PORTO ALEGRE/RS
Fone/Fax: (51) 3027-8888

CNPJ n.º 90.180.605/0001-02 - Inscrição Estadual: Isenta
E-mail: licitacao@genteseguradora.com.br





A presente cotação tem validade de 15 (quinze) dias. Vigência: 12 (doze) meses.

A apresentação da referida cotação não nos obriga à contratação ou participação da licitação sem antes analisar o edital ou condições de contratação.

Atenciosamente,

GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02

GENTE SEGURADORA S.A.

RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 450 - CENTRO
CEP 90020-060
PORTO ALEGRE - RS

2
GENTE SEGURADORA S/A.
SEDE PRÓPRIA: Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 - Centro - CEP 90.020-060 - PORTO ALEGRE/RS
Fone/Fax: (51) 3027-8888
CNPJ n.º 90.180.605/0001-02 - Inscrição Estadual: Isenta
E-mail: licitacao@genteseguradora.com.br

ORÇAMENTO PARA SEGURO DE VEICULO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO CNPJ – 76.995.414/0001-60

Razão Social da Proponente: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

CNPJ: 61.074.175/0001-38 - Insc. Estadual: 108.244.683-111 - Insc. Municipal: 1069937-6

Fone: (11) 5112-7159 - Fax: (11) 5112-8150 // (045) 3266-3014 - (045) 3266-3081

E-mail: esclarecelicita@bbmapfre.com.br e/ou licitacao@consisus.com.br

Endereço: Av. Nações Unidas, 14.261, 18º Andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP,

CEP: 04794-000

CONTADORA: SIMONE PIERRETI GONÇALVES, FONE (11)-5112-7159

(Obs. Preencher todos os dados do cabeçalho, assinar, rubricar e carimbar todas as folhas – carimbo CNPJ)

Nos valores ofertados deverão estar incluídos todos os custos, despesas, impostos, seguro de transporte,

ansporte (carga e descarga) até o destino, bem como, toda e qualquer taxa que vier a incidir sobre o veiculo.

O VALOR A SER PAGO PELA FRANQUIA NOS VEICULOS NÃO ULTRAPASSARA A 7% DA TABELA FIP

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	INDENIZAÇÃO R\$	VALOR R\$
		CITROEN/AIRCROSS STARTMT - ANO 2019/2020 - 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040-PLACA BDV-4C47		
		Indenização Integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE	100% FIPE	
		Perda parcial do veículo 100% FIPE	100% FIPE	
	The second secon	Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE		
		Danos materiais a terceiros - mínimo	200.000,00	
	Sec. Assistência	Danos corporais a terceiros - mínimo	250.000,00	
	Social	Acidentes pessoais por passageiro (morte / invalidez / despesas) médico-hospitalares - hospitalares - mínimo	20.000,00	
		Assistência 24 h Km ilimitado	SIM	
		Assistência a vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Para-brisa e vidro traseiro. Franquia reduzida R\$ 3,200,00	SIM	R\$ 7.000,00
	VALO	Franquia reduzida R\$ 3.200,00 OR DO SEGURO R\$ 7.000,00 (sete mil reais)		R\$ 7.

São Paulo, 30 de Julho de 2020

61.074.175/0001-38
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
Av. das Nações Unidas, 11.711 - Brooklin
CEP: 04578-000 - São Paulo-SP

08.277.452/0003-99
Consisus Corretora de Seguros Ltda
Av. Pequeno Principe, 1482 - SL 14 - Campeche
CEP: 88.063-000 - Florianópolis - SC

Sharne lustre lapuca

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A CNPJ n° 61.074.175/0001-38

REPRESENTANTE LEGAL THAENE CAPUCCI

61.074.175/0001-38

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A Av das Nações Unidas, 14261, 29º andar Vila Gertrudes - CEP 04794-000 SÃO PAULO - SP

Negócios Públicos



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2020

PREGÃO

EDITAL Nº 70/2020

FORMA: ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIRCROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 70/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2020

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/08/2020

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas

LOCAL: Prefeitura do Município de Chopinzinho - Paraná

www.comprasnet.gov.br "Acesso Identificado"

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 46.995.414/0001-60, através da Secretaria de Assistência Social, sediado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Bairro São Miguel, Chopinzinho, Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PRE-GÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO – GLOBAL POR ITEM, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ES-PECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL, em conformidade com as condições das cláusulas adiante estabelecidas.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

18 de AGOSTO de 2020 às 09:00min.

UASG: 987503 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasnet.gov.br

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar Municipal nº. 086/2016 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666/1993.

- O Pregoeiro será o Servidor Senhor Onério Cambruzzi Filho, designado pelo Decreto nº 581/2018, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS Edição n.º 1763, de 02/01/2019.
- 1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 1.1. Os documentos referentes às propostas comerciais, documentação de habilitação e anexos das empresas interessadas deverão ser encaminhados de forma concomitante, a partir da disponibilização do Edital no Sistema "COMPRASNET", até 18 de AGOSTO de 2020 às 09:00min., no site www.comprasnet.gov.br.
- 1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 18 de AGOSTO de 2020 às 09:00min., no site www.comprasnet.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.
- 1.3. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 10.024/19, art. 30, § 5°).

2 - DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste PREGÃO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL.

Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo 1 deste Edital.

- **2.2** Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.comprasnet.gov.br** e **www.chopinzinho.pr.gov.br**.
- 2.3 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3242-8614.

As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, telefone nº (46) 3242-2005.

- 2.4 A licitação será global, conforme constante do Termo de Referência.
- 2.5 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- **2.6** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Certame, todas as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal COM-PRASNET.
- 3.2 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao Portal COMPRAS-NET.
- 3.3 Será vedada a participação de empresas:
- a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Assistência Social Pública;
- **b)** Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, n° 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- e) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.
- f) Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:
- f.1) Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:
- a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;
- b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Assistência Social Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;
- c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988)
 ou Vereador;
- d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9°, da Lei 8.666/93).
- **3.4** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- **3.4.1** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- **3.4.1.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- **3.4.1.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 3.4.1.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- **3.4.1.4** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 3.4.1.5 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.4.1.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- **3.4.1.7** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- **3.4.1.8** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- **3.4.1.9** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, conforme Art. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **4.1.1** As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro por e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, Correio via SEDEX, ou protocolizados em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Divisão de Licitações e Contratos, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR.
- **4.1.2** Quando enviados por e-mail, todos os documentos deverão ser digitalizados e conter a identificação da empresa, endereço completo, nome e assinatura do responsável legal da proponente e a solicitação de confirmação de recebimento.
- **4.1.3** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- **4.1.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **4.1.5** Caso procedente e acolhido à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.
- 4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 - DO CREDENCIAMENTO

- **5.1** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- 5.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- **5.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- **5.5.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6 - DO ENVIO CONCOMITANTE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **6.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- **6.4** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **6.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **6.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo acquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **7.6** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **7.12** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.15 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- **7.16** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.18 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.19 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.20 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 7.21 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.22 N\u00e3o ser\u00e3o aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **7.23** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **7.24** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.25 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.26 O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.27 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.28 Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.29 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.30 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.31 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 7.32 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **7.33** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- **7.34** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- **7.35** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.35.1 No país;
- 7.35.2 Por empresas brasileiras:
- 7.35.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País:
- **7.35.4** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **7.36** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.38 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.39 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.40 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **8.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- **8.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexeguível.
- **8.3** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

suspeita;

- 8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de ciligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- **8.6** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- **8.7** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **8.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **8.10** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **8.11** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- **8.12** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **8.14** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- **8.15** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 – DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1 SICAF:
- 9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)
- 9.1.3 Comprovante de ausência de registro junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.

https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx;

- 9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa.
- 9.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.8 Os Licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:
- 9.8.1 A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:
- 9.8.2 No caso de empresário individual: <u>inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis</u>, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada El-RELI: <u>ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor</u>, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- 9.8.4 Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.5 Certidão Simplificada de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Demais expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, nos últimos 60(sessenta) dias, contados a partir da data prevista para recebimento das propostas e da habilitação.(para empresas que se enquadrem).
- 9.9 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:
- 9.9.1 Certidão negativa de pedido de falência, concordata, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
- 9.9.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis com as notas explicativas do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Obs: Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicilio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicilio da licitante.
- a) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um). [NOTA: os índices deverão ser indicados com duas casas decimais]
- **b)** A Licitante deverá apresentar o cálculo dos índices com base nos valores extraídos do balanço patrimonial, utilizando as seguintes fórmulas:
- 9.9.3 Além dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Liquidez Corrente (LC), as empresas participantes deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 9.10 A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:
- 9.10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.10.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de <u>Certidão</u> <u>Regular relativa a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União</u>, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

- 9.10.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 9.10.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 9.10.5 Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.10.6 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de <u>Certidão</u>, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 9.10.7 Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.
- **9.10.7.1** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 9.10.8 Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 9.11 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:
- 9.11.1 Certidão de regularidade firmada pela empresa licitante de que está registrada e apta na Superintendência de Seguros Privados SUSEP e que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;
- 4.4.10 Certidão de Administradores junto a Superintendência de Seguros Privados SUSEP;
- **4.4.11 Certidão emitida pela SUSEP** conforme Resolução CNSP nº 40/2000, comprovando limite de retenção acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no ramo automóvel/casco e APP (acidentes pessoais passageiros);
- 9.12 Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES**:
- 9.12.1 Declaração de inexistência de fatos impeditivos de licitar ou contratar com a Assistência Social Pública, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo deste Edital. (ANEXO III).
- 9.12.2 Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 c/c Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02. (ANEXO IV).
- **9.12.3** Declaração de Não Parentesco conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93. (conforme modelo em anexo). **(ANEXO VII)**.
- 9.12.4 Declaração de enquadramento como ME ou EPP, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 (ANEXO V). (Exclusivo para empresas que se enquadrem em tal condição).
- 9.13 Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Pregceiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.
- **9.14** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.15 - O não atendimento das exigências constantes deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

9.16 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela pregceiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.17 - No julgamento da habilitação, a pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 - O não atendimento das exigências constantes do item 9 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

9.19 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 - DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA

10.1 - A proposta de preços classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema do Compras Governamentais, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da convocação pelo Pregoeiro.

10.1.1 - A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.

10.2 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.3 - A proposta deverá conter:

10.3.1 - Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

10.3.2 - Preços unitários, sub totais e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

10.3.2.1 – Os preços unitários e consequentemente os sub totais deverão seguir o valor máximo de referência, aplicando-se linearmente o percentual de desconto observado no valor total (global) auferido no Certame.

10.3.3 - Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

10.3.4 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

10.3.5 - Declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06 (Se for o caso).

10.3.6 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

10.3.7 - A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **10.3.8** A Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- **10.3.9** A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
- **10.4** A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

11. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL OU AUTENTICADA

- 11.1 A documentação solicitada no item 9, em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no <u>prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis</u>, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, CEP 85560-000, Chopinzinho PR. Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e ao pregoeiro responsável: Onério Cambruzzi Filho. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.
- **11.2** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
- 11.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12 – DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- **12.1** Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:
- **12.1.1** Estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF:
- 12.1.2 Ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação:
- 12.1.3 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil:
- 12.1.4 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias;
- 12.1.5 Ter declarado no sítio Compras Governamentais a "Elaboração Independente de Proposta";
- 12.1.6 Não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx). Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame;
- 12.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
- 12.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

13 - DOS RECURSOS

- **13.1** Declarado o vencedor, o Pregoeiro declarará aberto o prazo de recurso, que será de 20 (vinte) minutos, quando qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso. Manifestada a intenção, lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.2 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **13.3** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 13.4 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial de eventuais razões e contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito no sistema eletrônico em formulários próprios.
- 13.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax, ou que não tiverem sido manifestados durante a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.
- 13.6 Os recursos terão efeito suspensivo.
- 13.7 Durante o prazo para apresentação das razões e contrarrazões de recurso, o processo ficará custodiado junto à Comissão Permanente de Licitações, localizada no Prédio da Prefeitura.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **14.1** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
- **14.1.1** Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- **14.2** A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- **14.2.1** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Assistência Social à aquisição do objeto licitado.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 15.1 As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como Anexo VI deste Edital.
- 15.2 O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega da via original na Divisão de Licitações e Contratos do Município, localizada no prédio da Prefeitura, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.
- **15.3** A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 15.4 Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante. 15.5 - O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Assistência Social.

16 - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE

- **16.1** A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- **16.2** O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de HO-MOLOGAÇÃO do presente certame, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.
- **16.3** O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- **16.4** A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- **16.5** O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 16.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

17 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 17.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de serviços.
- 17.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contra-
- 17.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 17.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 17.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 17.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 17.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- **17.9** Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessá-rias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.
- 17.10 Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.
- **17.11** Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

18 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **18.1** Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 18.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **18.3** Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- 18.4 Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de sclução.
- 18.5 Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- **18.6** Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- 18.7 Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 18.8 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 18.9 Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- 18.10 Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- 18.11 Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entida-des.
- 18.12 Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.
- 18.13 Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- 18.14 Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho PR.
- **18.15** O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

19 – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **19.1** Fica estipulado o valor de R\$ 1.821,29 (mil, oitocentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).
- 19.2 Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.
- 19.3 Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- 19.3.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

19.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

19.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

19.6 - A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

19.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

19.8 - Os precos não serão reajustados durante a vigência contratual.

19.9 - Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II", do Art. nº 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

19.10 - Na hipótese de renovação do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

19.11 - Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).

19.12 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

19.12.1 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

19.12.2 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

20 - VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

20.1 - A empresa interessada em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (46) 3242-2005, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

20.2 - A dispensa da realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

20.3 - A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consonantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do Prêmio Total relativo aos veículos.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

21.1 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho - PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.

21.2 - Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

21.3 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

22 - DA FRANQUIA

- 22.1 A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- 22.2 A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).
- 22.3 Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 22.4 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 22.5 Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.
- 22.6 Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

23 - DOS SINISTROS

- 23.1 Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 23.2 Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CON-TRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CON-TRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- 23.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CON-TRATANTE.
- 23.4 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 23.5 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 23.6 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (:rinta) dias após a entrega da documentação básica.
- 23.7 Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

24 - DA INDENIZAÇÃO

- 24.1 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 24.1.1 Da Indenização Integral:
- **24.1.1.1** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- **24.1.1.2** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 24.1.1.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 24.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- **24.1.2.1** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- **24.1.2.2** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- 24.1.2.3 A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopirzinho-PR.
- **24.1.2.4** Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.
- 24.1.3 Da Exclusão:
- **24.1.3.1** Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses:

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

- **24.1.3.2** O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro.
- **24.1.3.3** Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
- 24.1.3.4 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
- **24.1.3.5** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANA

- 25.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 25.2 A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81.
- 25.3 A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- 25.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- 25.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 26.8 e 28.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 25.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

26 - DA RESCISÃO

- 26.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- 26.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRA-TADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sern a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 26.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE:
- 26.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- 26.2 A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- 26.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
- 26.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 26.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 26.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

26.7 - A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

26.7.1 - A não entrega dos produtos contratados;

26.7.2 - Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE:

26.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.

26.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

26.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

26.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

26.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato:

26.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

26.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal:

26.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível:

26.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 26.7 deste Termo.

27 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

27.1 - O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

27.2 - Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

28 - DAS PENALIDADES

28.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

28.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

h



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 Rua M 85.560-000

01-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO PARANÁ

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa:
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- **28.3** Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- **28.4** Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 28.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 28.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 28.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 28.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 28.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 28.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 28.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município:
- 28.7.5 Decisão do Prefeito Municipal:
- 28.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- 28.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da

m



10 ~

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

29 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 29.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 29.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 29.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 29.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

30 – DA PUBLICAÇÃO

30.1 - A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATAINTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

31 - DO FORO

- 31.1 Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.
- **31.2** E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- **32.1** O extrato resumido, o resultado e demais atos do presente certame será divulgado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.chopinzinho.pr.gov.br/.
- **32.2** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e ao Município de Chopinzinho não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **32.3** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **32.4** Com fundamento na norma do art. 43, § 3°, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
- 32.5 Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.
- 32.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.
- **32.7** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
- **32.8** Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
- **32.9** Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 32.10 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 32.11 Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
- **32.12** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- **32.13** Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 32.14 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **32.15** O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.
- 32.16 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **32.17** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- **32.18** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Chopinzinho.
- 32.19 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.



146 mb

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

32.20 - As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

32.21 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Assistência Social
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho
ANEXO V	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
ANEXO VI	Modelo de Minuta do Contrato
ANEXO VII	Declaração de Não Parentesco.

Chopinzinho, 03 de agosto de 2020.

ALVARO DÊNIS CENI SCOLARO PREFEITO

> JOSIANE MOSCHEN Presidente da CPL



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2020
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente processo tem por objeto a contratação de apólice de seguro para o veículo CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020, placas: PLACA BDV 4C47 para uso dos atendimentos e atividades realizados pela secretaria de Assistência Social, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Quant.	Unid.	Descriminação	Indenização R\$	Valor R\$
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020 – 5 LUGARES – CHASSI 935SUNFN1LB529040 - PLACA BDV 4C47.		
Seguro	Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE.	Sim			
		Veículo	Perda parcial do veículo 100% FIPE.	Sim	
01 01 SEC. AS- SIS-TEN-	Valor maximo a ser pago para a Franqu	Valor	Valor máximo a ser pago para a Franquia.	1.849,05	
		Danos materiais a terceiros – mínimo.	200.000,00	1.821,29	
		CIAL Danos c	Danos corporais a terceiros – mínimo.	240.000,00	
PLACA BDV 4C47	PLACA Acidentes pessoais por pass (morte/ invalidez/ despesas) mé	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos – hospitalares-hospitalares – mínimo.	20.000,00		
	Assistência 24 km ilimitado.	Sim			
			Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. parabrisa e vidro traseiro.	Sim	
		VALC	OR DO SEGURO R\$	1.821,	29

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - O objeto desta Licitação, é a necessidade da contratação de apólice de seguro, a qual cobrirão veiculo CITROEN/AIRCROSS – PLACA BDV 4C47 utilizado pela Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o qual é alocado na Secretária Municipal de Assistência Social que tem como missão representar a sociedade na proteção e na garantia dos direitos dos usuários das Políticas de Assistência Social, necessita dispor deste seguro, para que os mesmo possam desempenhar efetivamente suas atividades com segurança, visto que o campo de atuação desta secretaria é em todo o território do Município de Chopinzinho e ainda promove acesso (através de transporte) aos usuários da Política de Assistência Social a outros órgãos de referência desta secretaria em outros



chm

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 Rua M 85.560-000

001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

municípios como INSS, RECEITA FEDERAL, JUSTIÇA FEDERAL, CARTÓRIOS, INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTOS ENTRE OUTROS.

- 2.2 A contratação da seguradora tem por finalidade indenizações em casos acidentais (colisão, incêndio, roubo e furto) danos materiais e corporais a terceiros, bem como acidente por passageiros (morte, invalidez e despesas hospitalares) tanto dos servidores, usuários e terceiros.
- 2.3 Portanto, explana-se a necessidade da contratação da seguradora, tendo em vista que o seguro a ser contratado, tem como finalidade dar prosseguimento as atividades e atendimentos prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3 - DA MODALIDADE

3.1 - Considerando o vínculo do representante local/regional das seguradoras, o que facilita a comunicação entre o Município e a Seguradora, solicita a abertura do processo licitatório na modalidade PREGÃO de AMPLA CONCORRÊNCIA possibilitando assim, a participação das empresas dos orçamentos e outras que se interessarem, vale acrescentar que não encontramos empresas ME/EPP que apresentem esses serviços na qualidade descrita.

4 - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE

- **4.1** A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- 4.2 O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de HO-MOLOGAÇÃO do presente certame, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.
- 4.3 O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- 4.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- **4.5** O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 4.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 5.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de serviços.
- 5.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 5.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- **5.5** Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assurnidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 5.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 5.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 5.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- **5.9** Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.10 – Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.

5.11 – Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 6.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- **6.3** Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- **6.4** Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- **6.5** Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- **6.6** Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- **6.7** Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- **6.8** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 6.9 Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- 6.10 Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- **6.11** Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entidades.
- 6.12 Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.
- 6.13 Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- 6.14 Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho – PR.
- **6.15** O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

7 – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Fica estipulado o valor de R\$ 1.821,29 (Hum mil, oitocentos e vinte um reais e vinte nove centavos), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais,



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).

- **7.2** Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do precesso licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.
- 7.3 Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- **7.3.1** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- **7.4** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- **7.5** O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". 11.6 A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- **7.8** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
- 7.9 Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.
- **7.10** Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II", do Art. nº 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.11 Na hipótese de renovação do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados SUSEP do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.
- **7.12** Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).
- **7.13** Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- **7.13.1** Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- **7.13.2** Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

8 - VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 - A empresa interessada em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias

m.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (46) 3242-2005, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.2 - A dispensa da realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

8.3 - A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consonantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do Prêmio Total relativo aos veículos.

9 - ENDOSSO

9.1 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho - PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.

9.2 - Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

9.3 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

10 - DA FRANQUIA

10.1 - A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

10.2 - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).

10.3 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

10.4 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

10.5 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

10.6 - Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

11 - DOS SINISTROS

11.1 - Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

11.2 - Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel 85.560-000 CHOPINZINHO

PARANA

- 11.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CON-
- 11.4 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 11.5 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 11.6 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 ("rinta) dias após a entrega da documentação básica.
- 11.7 Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

12 - DA INDENIZAÇÃO

- 12.1 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 12.1.1 Da Indenização Integral:
- 12.1.1.1 Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- 12.1.1.2 Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 12.1.1.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 12.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- 12.1.2.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- 12.1.2.2 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- 12.1.2.3 A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho-PR.
- 12.1.2.4 Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.
- 12.1.3 Da Exclusão:
- 12.1.3.1 Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veiculo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

- X = Valor anual do prêmio por veículo;
- 12 = Número de meses:
- Y = Valor mensal do prêmio por veículo;
- Z = Número de meses restantes para o término do contrato;



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

12.1.3.2 - O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro. 12.1.3.3 - Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

12.1.3.4 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

12.1.3.5 - A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.

13 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 13.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 13.2 A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81.
- 13.3 A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
- **13.3.1** Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
- **13.4** Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 14.8 e 16.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
- 13.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

14 - DA RESCISÃO

- 14.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
- **14.1.1** Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRA-TADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sern a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 14.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
- **14.1.3** A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no casc de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
- **14.2** A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
- **14.3** Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 14.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 14.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 14.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
- **14.7** A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
- 14.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
- 14.7.2 Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CON-TRATANTE;
- 14.7.3 N\u00e3o atendimento das determina\u00f3\u00f3es da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execu\u00e7\u00e3o da ARP/Contrato.
- **14.8** Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- **14.8.1** Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 14.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 14.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato:
- 14.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 14.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 14.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- **14.8.7** As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 14.7 deste Termo.

15 - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

- **15.1** O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
- 15.2 Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

16.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa:
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- **16.3** Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- **16.4** Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens antericres, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 16.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 16.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- **16.7** Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- **16.7.1** Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 16.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- **16.7.3** Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato:
- 16.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 16.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 16.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- **16.7.7** As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

17 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- **17.1** Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 17.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- **b)** "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato:
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 17.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- 17.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

18 - DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA:

18.1 - Certidão de regularidade firmada pela empresa licitante de que está registrada e apta na Superintendência de Seguros Privados SUSEP e que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

de suspensão imposta pela SUSEP;

18.2 - Certidão de Administradores junto a Superintendência de Seguros Privados SUSEP:

18.3 - **Certidão emitida pela SUSEP** conforme Resolução CNSP nº 40/2000, comprovando limite de retenção acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no ramo automóvel/casco e APP (acidentes pessoais passageiros);

18.4 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis com as notas explicativas do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisérios. Obs: Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicilio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicilio da licitante.

a) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um). [NOTA: os índices deverão ser indicados com duas casas decimais]

b) A Licitante deverá apresentar o cálculo dos índices com base nos valores extraídos do balanço patrimonial, utilizando as seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

18.5 – Além dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Liquidez Corrente (LC), as empresas participantes deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

19 - DA ORÇAMENTAÇÃO:

19.1 – O levantamento de preços para determinação do valor máximo foi realizado pela Servidora senhora Márcia Rejane Niendieker, sendo definido como valor da licitação, o menor valor orçado.

Chopinzinho, 30 de julho de 2020.

ROSANI CHECELSKI

Secretária Municipal de Assistência Social Decreto 483/2019 de 19/11/2019



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO № 70/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 139/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMIENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa	, estabelecida na (en	dereço completo, telefor	ne, fax e endereço ele-
trônico, se houver), inscrita	no CNPJ sob nº	neste a	ato representada por
, cargo, RG	CPF	, (endereço), prop	õe fornecer ao Municí-
pio de Chopinzinho-PR, em e 70/2020, conforme abaixo disci		o previsto no Edital de	Pregão Eletrônico nº

Item	Quant.	Unid.	Descriminação	Indenização R\$	Valor R\$	
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020 – 5 LUGARES – CHASSI 935SUNFN1LB529040 - PLACA BDV 4C47.			
		Seguro	Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE.	Sim		
		Veículo	Perda parcial do veículo 100% FIPE.	Sim		
SEC. AS- SIS-TEN-	V	Valor da Franquia.	*			
		Danos materiais a terceiros.	*			
	CIA SO-		CIAL	Danos corporais a terceiros.	*	
		PLACA BDV 4C47	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos—hospitalares - hospitalares.	*		
			Assistência 24 km ilimitado.	Sim		
			Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas, parabrisa e vidro traseiro.	Sim		
		VALO	OR DO SEGURO R\$			

^{*} INDICAR, SEGUINDO OS LIMITES DE VALORES ESTIPULADOS NO TERMO DE REFE-RÊNCIA.

Informar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

Local e data

(nome, RG, Cargo e assinatura do representante legal do licitante)



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 Rua Mi 85.560-000

0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO № 70/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO № 139/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

	com	sede	na
	***************************************	C.N.P.J.	nº
	penas da lei,	que não está	á su-
atar com a As	sistência Soci	al, ciente da	obri-
		Local e	data.
	ARA, sob as	ARA, sob as penas da lei,	ARA, sob as penas da lei, que não está atar com a Assistência Social, ciente da



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO № 70/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 139/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE

APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - IV

MODELO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DIS-POSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(papel timbrado da licitante)

Α	empresa	com	sede	na
	nº		C.N.P.J.	nº
	, DECLARA, sob as	s penas da lei,	para fins do	dis-
posto no	inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de ju	nho de 1993, a	cresciclo pela	a Lei
nº 9.854,	, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de de	ezoito anos em	trabalho notu	irno,
perigoso	ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis ano	S.		

Local e data.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



161

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - V

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP (papel timbrado da licitante)

Pelo	presente	instrumento,	a empresa	(CNPJ nº		, com se	ede na
		,	através de seu re	epresentante	legal infra	-assinado,	DECLARA,	sob as
pena	s do artig	o 299 do Cód	igo Penal, que se	e enquadra na	a situação	o de:	(indicar s	e é mi-
croe	mpresa, e	mpresa de pe	equeno porte ou	cooperativa),	, nos terr	nos da Lei	Compleme	ntar nº
123/	06, alterad	la pela Lei Co	mplementar nº 14	17/14, bem as	sim que ir	nexistem fa	tos superve	nientes
que	conduzam	ao seu desen	quadramento des	sta situação.			10.1	

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/CPF/RG)



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

ANEXO - VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº **/2020

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, inscrito no CPF sob o nº 009.378.889-40, RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: ------, inscrita no CNPJ sob o nº ------, com sede na Rua: ------, Cidade de------, Estado doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 70/2020**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Tem por objeto o presente Instrumento, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGUROS PARA 01 (um) VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL.

Item	Quant.	Unid.	Descriminação	Indeniza- ção R\$	Valor R\$
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020 – 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040–PLACA BDV-4C47.		
			Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE.	Sim	
		1(um)	Perda parcial do veículo 100% FIPE.	Sim	
01 01 Veículo Sec. Assistência	Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE.				
	Assis-	Danos materiais a terceiros.			
	tência	Danos corporais a terceiros.			
		Social	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos – hospitalares- hospitalares.		
			Assistência 24 h km ilimitado.	Sim	
			Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Parabrisa e vidro traseiro.	Sim	

1.2 Todos os serviços deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **PREGÃO** nº **70/2020**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE:

2.1 - A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.

2.2 - O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de HOMOLOGAÇÃO do presente certame, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel 85.560-000 CHOPINZINHO

- 2.3 O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato. prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- 2.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos servicos executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- 2.5 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 2.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 3.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 3.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de ser-
- 3.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 3.4 Exercer a fiscalização dos servicos por servidores especialmente designados.
- 3.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 3.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 3.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 3.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- 3.9 Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.
- 3.10 Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.
- 3.11 Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o servico ora contratado para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1 Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 4.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 4.3 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- 4.4 Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- 4.5 Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- 4.6 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- 4.7 Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 4.8 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 4.9 Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.
- 4.10 Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- 4.11 Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entida-des.
- 4.12 Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informa-ções relativas à regulamentação do seguro contratado.
- 4.13 Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.
- 4.14 Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho PR.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

4.15 - O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- **5.1** Fica estipulado o valor de R\$ ____ (____ reais), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).
- **5.2** Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.
- 5.3 Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
- **5.3.1** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
- 5.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 5.5 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 5.6 A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
- **5.7** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
- 5.8 Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.
- 5.9 Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II", do Art. nº 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.10 Na hipótese de renovação do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados SUSEP do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA
- **5.11** Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).
- **5.12** Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 5.12.1 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- **5.13.2** Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

CLÁUSULA SEXTA - ENDOSSO:

- **6.1** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho PR e processadas pela seguradora, mediante endosso aplicandose as regras constantes deste Termo de Referência.
- 6.2 Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

85.560-000 CHOPINZINHO PARANA

6.3 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRANQUIA:

- 7.1 A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- 7.2 A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).
- 7.3 Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 7.4 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 7.5 Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.
- 7.6 Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS SINISTROS:

- **8.1** Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 8.2 Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- 8.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- **8.4** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 8.5 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 8.6 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (trinta) dias após a entrega da documentação básica.
- **8.7** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA INDENIZAÇÃO:

- 9.1 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 9.1.1 Da Indenização Integral:
- **9.1.1.1** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- 9.1.1.2 Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 9.1.1.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 9.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- 9.1.2.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- 9.1.2.2 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

165



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 Rua M 85.560-000

001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO PARANÁ

9.1.2.3 - A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho-PR.

9.1.2.4 - Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

9.1.3 - Da Exclusão:

9.1.3.1 - Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veiculo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

9.1.3.2 - O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro.
9.1.3.3 - Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

9.1.3.4 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

9.1.3.5 - A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

10.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

10.2 - A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81.

10.3 - A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias, CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

10.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

10.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 11.8 e 13.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

10.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1 – O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):

1.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE:

11.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, n° 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

11.2 – A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

11.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

11.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

11.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

11.7 - A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

11.7.1 - A n\u00e3o entrega dos produtos contratados;

11.7.2 - Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRA-TANTE;

11.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.

11.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato

11.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

11.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal:

11.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível:

11.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 11.7 deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93):

12.1 - O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

12.2 - Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

13.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

13.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

M



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, n° 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões cu dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- **b)** multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias:
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- **13.3** Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
- 13.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRA-TANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
- 13.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- **13.6** Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 13.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 13.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 13.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município:
- 13.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 13.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- **13.7.7** As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

- 14.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 14.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:



M

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 14.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- **14.4** Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS:

15.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzi-nho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE:

16.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

17.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:

18.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUCESSÃO E FORO:

19.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

Chopinzinho.	1	de 2020
CHODINZIIIIO.	/	ue zuzu

Álvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

Contratada

Testemunhas:



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 Rua M 85.560-000

001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE

APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIR-CROSS,

PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO - VII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da I	icitante)	********	., inscrita no CNPJ sol	b nº	, com sede
à Rua	n°,	no Município	Estado	, neste ato	representada
pelo Sr(a)	, portador(a)	da carteira de ide	entidade RG nº	e inscrito(a) no	CPF sob nº
DECLARA	sob as penas	da Lei, que os prop	rietários, dirigentes, e/	ou responsável téc	on co ou legal
da referida empresa	NÃO possuem	grau de parentesco	consanguineo (cônju	ges, companheiros	ou parentes)
	ta, colateral ou	u por adoção até o	3° grau com as seg	uintes autoridades	e servidores
públicos:					

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município. Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº___, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 06 (seis) meses, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9°, inciso III, da Lei n° 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

Assinatura de Representante Legal

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

m



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) - Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral	
1° Padrasto/Madrasta		Genro/Nora		
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) - Cônjuge do (a) irmão (ã)	
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)	

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 70/2020. Forma: Eletrônico. Data da Licitação: Dia 18 de agosto de 2020, às 09:00 (nove) horas. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIRCROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL. Gênero: Serviços de Seguradora. Valor Máximo da Licitação: R\$ 1.821,29. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00hs e 13:00/17:00hs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85-2020 - Conco

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÓRONEL VIVIDA, Estado do Paraná, com sede à Praça Angelo Mezoneno, sin — Centro, Estado de Paraná, inscrito no CNPJ nº 76 595 455 000-156, queste ato representado pelo Purefose Municipal, em plemo exercício de sea mandato e finoções, Sr. Frank Ariel Schiavini, portador da Cádafa de Identificado RG nº 5/76/544-2 de OCPF nº 1983 311.109-72, e «

CONTRATADA: PEDREIRA SANTIAGO LTDA, CNPJ nº 77.744,134/0001-41, localizada na Rus 13 de Maio, 8n - 860 Miguel, na cidade de Chopiminho, Ecudo do Paraná, noste só representada por seu representante legal, 8r. Moisés de Giasperin, portador da cedula de identidade RG n.º 3-519/915-7 e do CPF nº 518.694 809-800.

OBJETO: Execução de 8.323.00 m² pavimentação asilátora sobre pedras irregulates com serviços de base de brita graduada; imprimação, pintura da figação, revestimento com CBLO. simultanção de triminto, ensaises irecrológicos e placas de obra. Treche: - Estrada Vicinal (Ennu Faixa de Deminio da BB-15° e ervero da filárica de papelho com Estrada para Comunidade de

VALOR: R\$ 640,983,95 (seiscentus e quarenta mil e nevecentos e utienta e três noventa e cinco centurvor). As despesas cum a execução do objeto deste Contrato cor conta: CODIGO REDUZIDO: 4440.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias contados a partir do 11º (décin dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada e de acordo com o esti cronograma físico-financeiro.

PRAZO DE VIGÊNCIA. 270 (duzentos e setenta) dias-

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03 de agosto de 2020.

FORO: Comarca de Coronel Vivida, Estado do Parana.

Caronel Vivida, 03 de agosto de 2020.

ilizania por furneento:

NUMERO DO CNPJ VALOR TOTAL

REFAR ANTIAGOLIDA 177.744.3340014.1 (ad. 083.95

COMIGNA de la proposta e de destata Valor Intalia de latingula e de RS 540.983.95 (sencentria e deta mil reviscentria e detrata o três resis e noventa e (deco continuo).

DATA, STREET, STREET,

quarenta mil novecentos e obenta e trita rozas e noventa e cinco cantavos). Coronel Vivida, 31 de julho de 2020, Frank Anel Schlavini, Prefetto Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDIÇAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Ope presidente digit des Gaspardo, no uso des autocidos que les ete considera país legislado en usor, describulho del Lai 8,6893 a attenções proteciones, a usida de paracer concluyos exercis país Contado de co, residen

Descripto de Despesa Associmento ene Municipios Conscirciona Associatação e de Conscirciona

After Jose Geograph

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGRIBLIDADE Nº 25/2020

Fundamentation our RATE/CAÇÃO DO PROCESSO DE INIXIDIZEMENTADO IN *252828

Fundamentation our st. 25 da Lei de Licitações e[®] 866903, RATE/CO a Inestophistade 8° 250200,
CRECEDICIDAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PESSTAÇÃO DE SER
MÉDICOS EM CONSULTAS ESPECIALIZADAS, destinado ao atendimento aos usuários oriende
ununicipios consociações ao CONSULTAS ESPECIALIZADAS, destinado ao atendimento aos usuários oriende
vitais disteit 200 400.00

Fondes 200 200 100 300 000 200 200 200 35 90 90

Fonte: 030 600 200

Altair José Gasparetto Presidente

Espécie: Estrato do 3º Termo de Adovo ao Contrato nº 19/2010. Contratante: Municipio de Chopmondo.
Contratada: Cológio Noive Visido Lista — Me. CAP2: 12/825/277/0001-32. Objeto: Distração de prizza para apresentação do documento previsto no tem 8.1.1, alinea 1º 70 e edital de Concorridosa Pública nº 07/2018 e (Alterado Alteveis do 2º Termo de Aditamento ao Contrato nº 19/2020, celebrado um 16 de Junifica 2020; Novo Pracio 90 fecial medica considado a partir de 16 de Julio de 2020 e Aderação do Gestor da Contrato parasendo a ser a 5rx. Rinsangota Carejón Suffatti. Origem: Concorrincia Pública (1º 7/2018, Data de assistantas: 2077/2020. Assinam. Alvaro Dénis Cera Scolano, pelo Municipio e Luana Apericoda Boares, pelo Empresa.

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

PORTARIA Nº 145/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuções legais previstas no art.43, inciso IV da Lai Orgânica Municipal.

RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - revogar a portaria nº 189/2018, a qual designava o servidor WAGNER Art. 1º - revogar a portaria nº 189/2018, a qual designava o servidor WAGNER PAIM, RG 7516,554-4 PR e CPF nº 040,633,469-27, para exercer a função de Coordenador da Atenção Primaria à Saúdo, junto a Sacretaria Municipal de Saúdo a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigior na data de sua públicação, revogam-se as disposições em contrário.

GASINATE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANA EM 03 DE AGOSTO DE 2020.

ADEMIR JOSÉ GIELLER.

PORTARIA N°.146/2020 O PREFETTO MUNICIPAL DE CLEVELANDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE: Art. 1º - revogar a portaria nº 320/2019, a qual concedia Função Gratificada – FG de 40% ao servidor VMAGNER PAIM, RG 7516.5544 PR e CPE nº 040.633.469-27, em virtude do grau de resporsabilidade o dedicação dele oxigidas para o desempenho de suas funções, a partir de 03 de aposito de 2020. A 41. 2º - Esta Portaria entre em vigor na delas de sua publicação, revogam-se as

- Section of the control of the con

PORTARIA Nº.147/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

RESOLVE: Art. 1º - revogar a portaria nº 254/2019, a qual designava a servidora EMANUELLE SERPA STAHLSCHMIDT, RC 9/020/031-2 SSP/PR e CPF nº 064/129/24II-06, para exercer a função de Coordenadora do Sero de Epidemiologia, junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir de 03 de agosto de

2020. Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogam

disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARAMA EM 03 DE AGOSTO DE 2020.

ADEMIN JOS GHELLER PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARAMA EM 03 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA Nº 148/2020 O PREFETTO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de sues atribuições legais previstas no art.43, incleo IV da Lei Orgânica Municipal. RESOLVE:

disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANA EM 93 DE AGOSTO DE 2020.

ADEMIR JOSÉ GHELLER PREFEITO MUNICIPAL.

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANA. RETIFICAÇÃO PROCESSO № 123/2020

O Municipio de Saudade do Iguação — Paraná TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessosos a **RETECACI**O da Tomada de Preços nº 008/2010, que tem por objeto Condunação de empresa para realizar obra de ampliação de rede de energia elátrica para atender poço artesiano da comunidade de lonha Biguá, conforme proetos e demais informações anexas ao edital devidamente aprovados pela COPEL em razão de terem sido encontradas algumas

Em razão da Retificação fica PRORROGADA a abertura do curtame para data de

EUT (1880 use minima. 15/08/2020 op (164 b) oras. Cópia do Idalay (1871) (Cópia do Idalay (1871) (

Saurtade do Iguaçu, 03 de agosto de 2020

MAURO CESAR CENCI PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Termo Aditivo 01/2020. Ata de Registro de Preços nº 146/2020. Pregão Eletrônico nº 08/2020. PARTES: Município de Pato Branco e Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda. OBJETO: A implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos pertencentes ao Componente da Atenção Básica relacionados na REREME - Relação Regional de Medicamentos, protocolos específicos de medicamentos instituidos pelo município, como de obesidade, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial e Vascular, bem como os medicamentos de uso exclusivo (injetáveis) da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. DO ADITAMENTO: Conforme Lei 8,666, Art. 65, II, "d" e justificativa apresentada pela Secretaria de Saúde, através do protocolo 420682/2020, as partes pactuam recomposição de valor inicialmente contratado para os itens 71, 86, 142, 146 e 178, conforme anexo ao processo. As demais condições constantes da Ata permanecem vigentes e inalteradas. Pato Branco, 23 de julho de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito Municipal. Gabiella Pinto Gabriel - Representante Legal.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ.

0012009 de 11 022019. Sandra Clivena Cameraira, pora o provincento de cargo de Agrete de Execuçõe 3. A publicação as integra de de sente como de como como de objetivos indeservo efectivosas sente afectos de la Manicipal de 12 85/2017 e deservados concentos na Las Manicipal de 12 85/2017 e deservados concentos na Las Manicipal de 12 85/2017 e deservados concentos na Las Manicipal de 12 85/2017 e deservados concentos na Las Manicipal de 12 85/2017 e deservados concentos políticas deservados de Edital de 10012019 de 11 83/2018 [Elizas Asec Climentos, para o provincento de congo de Professos Manicipal de 10012019 de 11 83/2018 [Elizas Asec Climentos, para o provincento de congo de Professos Manicipal de 10012019 de 11 83/2018 [Elizas Asec Climentos, para o provincento de congo de Professos Manicipal de 10012019 de 11 83/2018 de 10012019 de 100120

a integra do ato scirso escontrase disposivol no veguinte endereco efetránico: municipal assemblicida per un for - conferma autorizado pelo Lei Monscipal nº 2759/2017 e sa na Lai Municipal nº 2457/2018.

MANACINET DE CHEPRICINE-DERIN
ANTÍO DE LICETAÇÃO

MANTO DE LICETAÇ

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, Elidio Zimerman de Moraes, no uso das atribuições que lhe são confaridas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 10.520/2002, a vista do Termo de Adjudicação exarado pela Pregoeira, resolve HOMOLOGAR o Pregão Presencial n.º 049/2020 - PMM, que tem por objeto: Seleção de propostas visando REGISTRAR EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COMPROMISSO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS aquisição de cestas básicas, para atender as necessidades de familias em situação de vulnerabilidade social desta municipalidade, as empresas proponentes vencedoras: LORO & SOUZA LTDA ME, foi vencedora dos itens 01 e 03, cm o valor global de R\$ 353.500.00 (trazentos e cinquenta e três: mil a quinhentos reais). R C FERREIRA & CIA LTDA, foi vencedora dos itens 02 e ,04 com o valor global de R\$ 105.635,00 (cento e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais). e cinco reais).

> Mangueirinha, 29 de julho de 2020 ELÍDIO ZIMERMAN DE MORAES Prefeite Municip

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, Elidio Zimerman de Moraes, no uso das atribuições que lhe sio conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 10.520/2002, a vista do Termo de Adjudicação exarado pela Pregoeira, resolve HOMOLOGAR o Pregão Presencial nº 050/2020 - PMM, que tem por objeto: Seleção de propostas visando REGISTRAR EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COMPROMISSO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS FORNECIMENTO de materiais e resolves resonantes de materiais e centres resonantes de materiais e REGISTRO DE PREÇOS COMPROMISO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS FORNECIMENTO de materiais e serviços no segmento de metatúrgica e calhas galvanizadas para atender demanda em obras de predios públicos em diversos locais que se fizerem necessários nesta municipalidade, as empresas proponentes vencedoras. A.VOOS THALHEIMER ORDENHADEIRAS ME, fol venuedora dos itens 01, 04, 07, 08, 17 e 24, com o valor global de 18 103.800,00 (cento e três mil e olicoentos reais), A.V. DOS SANTOS CALHAS, fol vencedora dos itens 02, 09, 10 15, 16, 18, 22 e 23 com o valor global de R\$ 90.820,00 (noventa mil,oitocentos e vinte reais), FABIO BERNARDES, foi vencedora cos itens 03, 06, 11, 14, 29 e 30, com o valor global de R\$ 103.490,00 (cento e três mil e quatrocentos e noventa reais), CRUZ MATERIAS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, foi vencedora dos itens 05, 21, 25 e 25 com o valor global de R\$ 107.100,00 (cento e sete mil e cem reais), MARCELO DOS SANTOS MARTINS, foi vencedora dos itens 05, 21, 25 e 25 com o valor global de R\$ 68.500,00 (sessenta e nove mil e novecentos reais), CLEYTON PONTES MARTINS, foi vencedora dos itens 12, 6, 6, 31 e 32, com o valor global de R\$ 68.500,00 (sessenta e oi/o mil e quinhentos reais). de R\$ 68.500.00 (sessenta e oi/o mil e quinhentos reais).

Mangueirinha, 03 de agosto de 202 ELÍDIO ZIMERIAAN DE MORAES Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDAD E N.º 007/20 - PMM

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 0977.20 - PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DO PARANÁ – SEIRAE/PR
OBJETO: Contratação do Serv ço Brasileiro de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas – SEBRAE/Pr para deservolver um Plano de
retomada da Economia do Município de Mangueirinha, a pedido da
Secretaria de Industria e Comercio desta municipalidade.

VALOR: R\$ 63.000,00 (sessenti: e três mil radis).

DATA: 03 de agosto de 2020.

Mangueirinha, 03 de agosto de 20

PUBLIQUE-SE Setor de Licitações

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - PR
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF EDITAL DE TOMALIA DE PECCOS Nº 40210

A comissão de Totação constituída evoluman aos interessados na exemplo do objeto do Edital de
COMADA DE PECÇOS nº 40200, que aprês o citálice a verificação das propostas efernales, decidos

N"	EMPRESA	VALORRS
1	CONRADO ENGENHARIA II CONSTRUCÕES EIRELI	599.000,00
2	EMPREMAC SERVIÇOS E OBRAS LTDA	646.130,64
3	CAZENGE ENGENBARIA E CONSTRUTORA LTDA	658.000,00
4	M.L.P. GONÇALVES E CIAL LTDA EPP	684.182,89
5	MOLDASA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS SUL	729.263,12
6	CONSTRUTORA BRAGATO LTDA - EPI	737.033,96

Chopinzinho, 03 de anuato de 2020

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTAL O DO PARANA.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTALO DO PARANA.

Estata a" : 881/2016 de \$1888/2180 - Concernos Pallairo e", 081/2019 de 11/80/2019 Simula: Fica Perificado.

s date a « Comidentado, de Estado de Convocação a", 081/2019, bem camo do Rédal e", 081/2019

convesação de candidates aprovados no Ciminarios Filónios Fisfal a", 001/2019 de 11/80/2019, pedicado no termina Distanto do Studento Fisfal a", 001/2019 de 11/80/2019, pedicado no termina Distanto do Studento Antidade de Palos Binarios Fisfal a", 001/2019 de 11/80/2019, pedicado no termina Distanto do Studento do Cidade de Palos Binarios Fisfal a", 101/2019 de 11/80/2019, pedicado no termina do conferencia destinarios higida, pedia, podicado no termina de conferencia destinarios higida, pedia, podicado no termina de conferencia del fisfal de Conferencia de Conferencia del Conferencia de Conferencia de Conferencia de Conferencia del Con

VALUEDO-Linique et 1972. A publicação na integra du até assemi encontra-se disponível no seguinte endenço eletrônico, este alamente infranciona comunicación para la mente encolumno antecnado pela Lei Municipal nº, 2359/2017 e distribução esto mente sa las Manieros para Calabaração esto mente sa las Manieros para nº, 2357/2018 e.

A Commode Expense de Listação do entidado não entidado CO GOSCIO DITIFICADADE, DE AUDIT - COADES, de contradado do entidado não entidado CO GOSCIO DITIFICADADE DE AUDIT - COADES, de contradado de entidado de entidado de contradado de contra

Pato Branco/PR, 03 de agosto de 2020

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 04 de Agosto de 2020

Ano IX - Edição Nº 2166

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade; Pregão, Edital nº 70/2020. Forma: Eletrônico, Data da Licitação: Dia 18 de agosto de 2020, às 09:00 (nove) horas. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIRCROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL. Gênero: Serviços de Seguradora. Valor Máximo da Licitação: R\$ 1.821,29. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/ PR, das 08:00/12:00hs e 13:00/17:00hs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho. pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614.

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO PE 70-2020 - APÓLICE DE SEGURO - AIRCROSS BDV 4C47

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: Pregão. Edital nº 70/2020. Forma: Eletrônico. Data da Licitação: Dia 18 de agosto de 2020, às 09:00 (nove) CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA** Objeto: ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN. MODELO AIRCROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL. Gênero: Serviços de Seguradora. Valor Máximo da Licitação: R\$ 1.821,29. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00hs e 13:00/17:00hs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46)

3242-8614.

Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:73E11699

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/08/2020. Edição 2066 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/



SEGUROS

ANEXO - VII

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9° DA LEI FEDERAL 8.666/93.

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico

Número 070/2020

A(o)

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO

Número Processo Adm / Licitatório: 139/2020

Prezados Senhores,

A empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame DECLARA, sob as penas da Lei, que que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3° grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município. Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta

a que se encontrem vinculados ou qualquer outra autoridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório em referência, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Av. Rio Branco, 1489 Rua Guainases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905 SÃO PAULO







SEGUROS

A presente declaração tem validade pelo prazo de 06 (seis) meses, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9°, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

Assinatura

NEIDE OLIVEIRA SOUZA PROCURATIORA RG: 28.543.310-8 CPF: 205.408.568-51 Assinatura

Andreza C. de Oliveita Valdes Procurador(a) RG: 29.916.899-2 SSP/SP CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Av. Rio Branco, 1489 Rua Guainases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905 SÃO PAULO



ANEXO - IV REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7°, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico

Número 070/2020

A(o)

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO

Número Processo Adm / Licitatório: 139/2020

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, nos termos do § 6° do Art. 27 da Lei Federal n° 6.544 de 22 de Novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7° da Constituição Federal. Ressalva: emprega menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz (X).

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

Assinatura

PROCURADORA RG-28.543/390-8 CPF: 205.408/568-51 Andreza C. de Oliveira Valdes

Procurador(a) RG: 29.916.899-2 SSPISP

CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Av. Rio Branco, 1489 Rua Guainases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905 SÃO PAULO

SEGUROS

ANEXO - III DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico

Número 070/2020

A(o)

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO

Número Processo Adm / Licitatório: 139/2020

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Assistência Social, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

Assinatura

PROCURADORA RC: 28.543.390-8 CPF: 105.408.568-51 Assinatura

Andreza C de Oliveira Valdes Procurador(a)

RG: 29.916.899-2 SSPISP CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Av. Rio Branco, 1489 Rua Guainases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905 SÃO PAULO



PROPOSTA COMERCIAL

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

AV. RIO BRANCO, 1489 - CAMPOS ELÍSEOS - CEP: 01205 -905 RUA GUAIANAZES 1238 - CAMPOS ELÍSEOS - CEP: 01204 -001

SÃO PAULO - CAPITAL

C.N.P.J/M.F. 061.198.164/0001-60 INSC.ESTADUAL: 108.377.122.112 INSC. MUNICIPAL: 1.204.467-9

FONE: (011) 3366.3258 / FAX: (011) 3366 5263 E-Mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br

REGISTRO SUSEP Nº 05886

DECRETO Nº 20138 PUBLICADO NO DOU DE 13/12/1945

AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2020 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

UASG: 987503

OBJETO: Constitui objeto deste PREGÃO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO PARA VEÍCULO MARCA CITROEN, MODELO AIRCROSS, PLACAS BDV 4C47, DA FROTA MUNICIPAL.

Item	Quant.	Unid.	Descriminação	Indenização R\$	Valor R\$ unitário	Valor Total R\$
01	01	1 1(um) Veículo Sec. Assistência Social	CITROEN/AIRCROSS STARTMT - ANO 2019/2020 - 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040- PLACA BDV4C47.		450,00	450,00
			Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE.	Sim		
			Perda parcial do veículo 100% FIPE.	Sim		
			Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE	1.849,05		
			Danos materiais a terceiros.	200.000,00		
			Danos corporais a terceiros	240.000,00		
			Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/	20.000,00		







SEGUROS

despesas) médicos – hospitalares- hospitalares		
Assistência 24 h km ilimitado.	Sim	
Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Para- brisa e vidro traseiro.	Sim	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$: 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais).

FRANQUIA DE VIDROS MAXIMA	PARA-BRISA E TRASEIRO	LATERAIS	RETROVISORES	LANTERNA E FAROL
	725,00	725,00	725,00	725,00

Validade da proposta: Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 40;

Prazo para emissão e vigência da apólice: A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.

Prazo e pagamento: Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

O pagamento deverá ser efetuado via boleto bancário, parte integrante da apólice.

Para pagamentos via transferência bancária, é obrigatório o envio do comprovante com dados da apólice aos cuidados de cobranca.operacional@portoseguro.com.br para devida quitação de parcela.

Informações Bancárias:

Banco:

Banco do Brasil - 001

Agência:

Corporate SP (1912-7)

Endereco:

Av. Paulista, 2300

Conta Corrente nº

3.401-0

Data de Abertura da Conta: 13/03/2006.

DADOS PARA RETORNO DO CONTRATO, DAR PREFERÊNCIA PARA ASSINATURA DIGITAL

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905 R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001 CNPJ 61.198.164/0001-60 www.portoseguro.com.br







Os contratos a serem assinados devem ser direcionados para Cia, com informações do número de**Processo interno Porto Seguro** (Vide cabeçalho), pelos meios abaixo:

- 1º) via email> caixa departamental: contratos.licitacoes@portoseguro.com.br (sinalizar no email o aceite para assinatura digital) ou
- 2º) via correios> A/C Depto de Licitações Avenida Rio Branco, 1489 Campos Elíseos CEP: 01205-905 São Paulo SP.

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

OBS.: Conforme artigo 10°, Parágrafo 1° - Observando o disposto no parágrafo 5° do Ato Constitutivo, as escrituras de qualquer natureza, cito aqui os contratos, que importem em responsabilidade ou obrigações para a sociedade, serão obrigatoriamente assinados por 2 (dois) procuradores em conjunto investidos especiais e expressos poderes. Na ausência de quaisquer procuradores mencionados no Contrato, os demais têm plenos poderes p/ assinar, conforme procuração anexa ao Credenciamento.

1 - Nome do enc	arrega	do p/ assir	natura do con	trato:	Rob	erto de Souza Dias	
Endereço:					Rua	Guaianases, nº 1238	
Estado Civil:		Divorciado	Profissão:	Secur	itário)	
Cédula de Identi	dade:	18.304.5	552-X SSP/SP	CPF/	MF:	4F: 115.838.468-83	
2 - Nome do enc	arrega	do p/ assir	natura do con	trato:	Nei	de Oliveira Souza	
Endereço:	Rua	a Guaianase	s, nº 1238				
Estado Civil:		Solteira	Profissão:	Secur	ıritária		
Cédula de Identi	dade:	28.543.3	390 SSP / SP	CPF/	CPF/MF: 205.408.568-51		
3 - Nome do enc	arrega	do p/ assir	natura do con	trato:	Vi	ctor Hugo Romio	
Endereço:	Ru	a Guaianase	s, nº 1238	-			
Estado Civil:		Solteiro	Profissão:	Secur	itário		
Cédula de Identi	dade:	29.725.3	37 SSP/SP	CPF/	MF:	213.081.258-95	
4 - Nome do enc	arrega	do p/ assi	natura do	An	drez	Cristina de Oliveira Valdes	
Endereço:	Ru	a Guaianase	s, nº 1238	-			
Estado Civil:		Casada	Profissão:	Secur	ritário		
Cédula de Identi	dade:	29.916.8	99	CPF/	MF:	226.772.278-00	
5 - Nome do enc	arrega	do p/ assi	natura do con	trato:		Emerson Pinheiro Valentim	

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905 R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001 CNPJ 61.198.164/0001-60 www.portoseguro.com.br





SEGUROS

Endereço:	Rua	Guaianase	es, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:	Securit	tário	
Cédula de Ident	idade:	262.053	.974 SSP/SP	CPF/M	1F:	176.684.738-23
6 - Nome do end	arrega	do p/ assi	natura do con	trato:	Ma	uro José
Endereço:	Rua	Guaianas	es, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:	Securit	tário	
Cédula de Ident	idade:	12.959.	422	CPF/N	1F:	031.287.378-60
7 - Nome do enc	arrega	do p/ assi	natura do con	trato:	Ed	uardo Weber Neto
Endereço:	Rua	Guaianas	es, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:	Securi	tário	
Cédula de Ident	idade:	10.911.	905-5 SSP/SP	CPF/N	1F:	085.648.608-64

OBS.: O contrato deverá ser assinado por dois procuradores. Na ausência de qualquer procurador mencionados no Contrato, os demais têm plenos poderes p/ assinar, conforme procuração anexa ao Credenciamento.

Declaro para os devidos fins de direito que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta.

\$



Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905 R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001 CNPJ 61.198.164/0001-60 www.portoseguro.com.br



Declaramos que estamos cientes e concordamos plenamente com todas as cláusulas estabelecidas neste edital de licitação Nº 70/2020.

São Paulo, 18 de agosto de 2020.

Assinatura

Andreza C. & Olivaira Valdes Procurado (a) RG: 29.916.899-2 SSP/SP CPF: 226.772.278-00

PROCURADORA RG: 28.543.390-8 CPF: 205.408.568-51

Assinatura

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Avenida Rio Branco, 1485 e 1489 Rua Guaianazes, 1234/38/82 Campos Elíseos - CEP 01.205-995 SÃO PAULO - SP

9° TABELIÃO DE NOTAS MUNICÍPIO DE SAO PAULO COMARCA DE SÃO PAULO - SP PAULO ROBERTO FERNANDES



Livro:11044 Página:345

320817

= LIVRO Nº 11.044 - PÁG. Nº 345 - AM - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e outras.

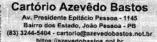
SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos dois (02) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta Cidade e Comarca da Capital, do Estado de São Paulo, em diligência, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, Campos Elíseos, perante mim escrevente autorizada do 9º Tabelião de Notas, apresentaram-se como OUTORGANTES: 1) PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, com seu Estatuto Social consolidado registrado na JUCESP sob o nº 2.595/19-9, aos 07/01/2019, que fica arquivado neste Tabelião na pasta 1414/2019, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada emitida aos 04/06/2019, autenticidade 118258174, neste ato representada de acordo com o artigo 9°, § 4° do referido Estatuto Social por seus Diretores, Srs. LENE ARAUJO DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80 e JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 047.332.458-07, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B - 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, eleitos conforme última deliberação em AGE realizada aos 20/08/2018, registrada na JUCESP sob o nº 2.595/19-9, aos 07/01/2019, arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; 2) ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.816.067/0001-00, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, Campos Elíseos, nesta Capital, com seu Estatuto Social consolidado registrado na JUCESP sob o nº 426.249/18-5, aos 06/09/2018, que fica arquivado neste Tabelião na pasta 1417/2019, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 04/06/2019, autenticidade 118259210, neste ato representada de acordo com o artigo 9°, § 4° do referido Estatuto Sociál por seus Diretores, Srs. LENE ARAÚJO DE LIMA e JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA, acima qualificados, eleitos conforme última deliberação em AGOE realizada aos 28/03/2018, registrada na JUCESP sob o nº 426,249/18-5, aos 06/09/2018, arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; 3) PORTO SEGURO PROTEÇÃO E MONITORAMENTO LTDA, sociedade com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, torre B, 2º andar, lado B, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 02.340.041/0001-52, com seu contrato social consolidado em 10/08/2018, registrado na JUCESP sob nº 478.504/18-4 aos 09/10/2018, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na pasta 1517/2019, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118818649, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10^a, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, LENE ARAUJO DE LIMA e JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA, acima qualificados, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula; 4) PORTO SEGURO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, sociedade com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, torre A, 5° andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 19.091.996/0001-16, com seu contrato social consolidado em 18/04/2019, registrado na JUCESP sob nº 247.898/19-3 aos 14/05/2019, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na pasta 1518/2019, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118821046, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 108, § 6º, do referido Estatuto Social por seus Diretores, os Srs. JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA e LENE ARAÚJO DE LIMA, acima qualificados, eleitos por prazo



R Marconi 124 Republica - Sao Paulo - SP









indeterminado conforme § 1º da referida cláusula; 5) PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A., sociedade com sede nesta Capital, na Rua Guaianases, nº 1238, Mezanino/parte, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 04.540.010/0001-70, com seu estatuto social consolidado, através da AGE realizada em 29/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 255:984/19-4 aos 14/05/2019, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na pasta 1519/2019, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118821822, neste ato neste ato representada de acordo com artigo 6°, § 4° do referido Estatuto Social por seus Diretores, os Srs. JOSE RIVALDO LEITE DA SILVA e LENE ARAÚJO DE LIMA, acima qualificados, eleitos até 31/03/2022 e, 6) PORTO SEGURO -SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA. sociedade com sede nesta Capital, na Avenida Rio Branco, nº 1489, 9º andar, Campos Eliseos, inscrita no CNPJ sob nº 00.568.696/0001-57, com seu contrato social consolidado em 07/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 151,866/19-3 aos 21/03/2019, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na pasta 1520/2019, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118822516, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, MARCELO ZORZO, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 702.331.385-6 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 412.391.640-68 e LENE ARAÚJO DE LIMA, acima qualificado, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula, os presentes capazes, e face a documentação apresentada, foram identificados como os próprios por mim Escrevente, do que dou fé. E perante mim, pelas OUTORGANTES, na forma representadas, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os Srs. EMERSON PINHEIRO VALENTIM, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 176.684.738-23; EDUARDO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.956.567-7-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 023.080.959-62; NEIDE OLIVEIRA SOUZA, brasileira, solteira, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28,543.390-8-SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 205.408.568-51; ROQUE ANTÔNIO TRONDI JUNIOR, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.543.236 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 325.150.918-73; ROBERTO DE SOUZA DIAS, brasileiro, divorciado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.304.552-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 115.838.468-83, estes com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Ribeiro da Silva, nº 740, torre A, 2º andar, Campos Eliseos; EDUARDO WEBER NETO, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.911.905-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 085.648.608-64; MAURO JOSÉ, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.959.422 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 031,287.378-60; ANGELO AUGUSTO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.142.418-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 108.762.208-55; LUCIA MONIZ LIBORIO SERPEJANTE, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15.989.127 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 089.790.588-10; RENATO HENRIQUE PINTO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.641.713 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 359.649.998-40; ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA VALDES, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.916.899-2 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 226.772.278-00; VICTOR HUGO ROMIO, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.725.337 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 213.081.258-95; e, LUANA OLIVEIRA CERRI, brasileira, divorciada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.857.887 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 276.973.488-10, estes com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP nº 01216-012, aos quais conferem poderes especiais e específicos para, SEMPRE EM CONJUNTO COM UM DIRETOR DA OUTORGANTE OU COM OUTRO PROCURADOR INVESTIDO DE IGUAIS E EXPRESSOS PODERES, representá-las perante quaisquer empresas estatais e privadas, Órgãos e Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, bem como quaisquer outros Órgãos da Administração Pública em geral, requerendo, promovendo e assinando tudo o que for de interesse das Outorgantes para participação e formalização de processos licitatórios, podendo para tanto formular ofertas e lances de preços, realizar credenciamentos, bem como praticar todos os atos pertinentes ao certame, inclusive negociar e firmar contratos relativos aos processos licitatórios; apresentar defesas, recursos e impugnações nos respectivos processos licitatório; emissão de cartas propostas e declarações, bem como quaisquer outros documentos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho dos poderes aqui outorgados.- O PRESENTE MANDATO PODERA SER SUBSTABELECIDO, NO







9° TABELIÃO DE NOTAS MUNICÍPIO DE SAO PAULO COMARCA DE SÃO PAULO - SP PAULO ROBERTO FERNANDES



TODO OU EM PARTE, DESDE QUE COM RESERVA DE IGUAIS PODERES PARA SI, E TERÁ VALIDADE POR 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DESTA DATA. O Outorgado ora constituído fica ciente de que ao se desligar do Conglomerado Porto Seguro do qual faz parte, não mais poderá exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após sua saída, sendo inclusive responsável por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados. Assim o disseram, do que dou fé, me pediram e eu lhes lavrei o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, aceitam, outorgam e assinam. Eu, (a) TAMIRIS APARECIDA LOPES RIBEIRO, Escrevente autorizada o lavrei e conferi. Eu, (a) HOMERO CAIRES FRIAS, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.a) //// HOMERO CAIRES FRIAS //// MARCELO ZORZO ///// LENE ARAÚJO DE LIMA //// JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA //// Nada mais: Trasladada na mesma data, dou fé. Eu, (Homero Caires Frias), Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

A.

EM TEST.

_DA VERDADE

9º TABELIÃO DE NOTAS Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES TABELIÃO

> Bel JOSÉ SOLON NETO TABELIÃO SUBSTITUTO

Bel. AIRTON FERNANDO POLETTO TABELIÃO SUBSTITUTO

> HOMERO CAIRES FRIAS TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Marconi, 124 - S. Paulo

EMOLUMENTOS	R\$.	404,82
ESTADO	R\$.	115,06
SEC. FAZ.	R\$.	78,68
IMP. MUNIC	R\$.	8,64
MIN. PÜBLICO	RS.	19,44
REG. CIVIL	R\$.	21,32
TRIB. JUSTIÇA	RS.	27,80
SANTA CASA	R\$.	4,06



1137871TR0000000027380197

Total

0,00

ISS

0,00

Consulte o selo no site https://selodigital.tjsp.jus.br

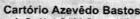


R Marconi 124 Republica - Sao Paulo - SP Fax: 11-2174-6858 Fone: 11-2174-6872



Autenticação Digital Código: 102272506207856633103-3
Data: 25/06/2020 11:09;38
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD21228-OOFD;





Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB 13) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.bi https://azevedobastos.not.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereco https://corregedoria.tipb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 25/06/2020 14:57:16 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do títular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereco de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 102272506207856633103-1 102272506207856633103-3

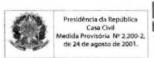
²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8,935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcac4b18582d41ef02d5394a8231bf2946a8fbf95384bd519f473e88c3ca921ac466ab9f6efc0415cc8666d9e4ee0 b4edc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e





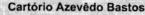
neste ato

Portio Seguro Companhia de Seguro. Certa de la companhia de la companhia de Seguro. Certa de la companhia de la companhia









Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.no.br



O referido é verdade. Dou fé.

https://azevedobastos.not.br/documento/102272408201255714915 auter A1 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 : https://selodigital.lpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos com os artigos 1º, 3º e 7º inc. acordo

presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido

Diário Official Empresarial

São Paulo, 130 (111) - 21

Accomplete
Contribuis, availando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e autoristeria, savalando seus impactos nas demonstração. Ceptitud Vr. - Assembleia Gerel. Artigo 19 - A Assembleia Contribuis, availando seus impactos nas demonstração. Ceptitud Vr. - Assembleia Correl. Artigo 19 - A Assembleia Correlatora a Mesa carações do do 31 (tinta e um do many, oso a presidencia do adorista que bo indicado por ais praigramento como participanto de caracitamento de dos 31 (tintas e um do many, oso a presidencia do adorista que bo indicado e a Mesa palação Certa. - O presidente da Assembleia Correlatora a Mesa castas, constatuíndo - a Mesa palação de caracitamento de presidencia de caracitamento de caracitamento de caracitamento de caracitamento de caracitamento de caracitamento



z renováveis

SRMN HOLDING S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS - FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Circulante auditado auditado Fornecedores impostos a pagar 67 Outros créditos

2 3,074 64 5 3 3 229 116 Adiantamentos para futuros Adjentamentos para futuros 17.617

- 33.554 6.531 17,822 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

fluxo de caixa das atividades scionais (prejuizo) antes do impos nda e da contribuição so

os em 01 de janeiro de 2018 (3) (3) (472) (471)

Filipe Domingues

(2)

(3) (469) (3)

(39

- 2.725 - 22.152 300 15 aumentos de capital 17.827 - 17.827 8.275 - - 33.554 6.531 Provisão para perda de investimento 451 3 36.783 6.647 Derivativos contratado 18.278 5 17.827 6.39 Outros resultados ab - (2.725) (51) (472) (3) (472) Prejuizo acumulado (3) (471) (2) (3.196) (53)

e participações dos (471) (2) (3.196) (53) acionistas não con Total do passivo 17.822 3 36,783 6,647

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Caixa gerado pelas atividades 1 (3) 15,578 304

(17.824)

(3) 15.578 (17.817) - (27,023) (6,531)

4 (27.023) (6.531)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reals)	Control	adora	Commi	information in
	31/12/19 31		1/12/19 31	/12/16
		não ditado	-	não ditado
Receita operacional líquida Custo do serviço de energia elétrica		_==		_
Custo com energia elétrica Custo de operação				
Lucro bruto				_
Despesas e receltas Despesas geraia e administrativas	44.00		(469)	-
Despesas Geraia e administrativas	(16)		(469)	13
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e	11			- 10
participações societárias	(16)		(469)	(3
Resultado das participações societárias	(453)	(3)		
Resultado financeiro				_
Resultado antes dos tributos sobre o lucro Resultado líquido do exercício	(469)	(3)	(469)	(3

FINDOS EM 31 DE DEZEMB

(Em milhares de Reals)				
	Contro	ladora	Con	obidado
	31/12/19 31	/12/18:	31/12/19	31/12/18
		não obatíbu		não auditado
Resultado líquido do exercício Outros resultados abrangentes imposto de renda e	(469)	(3)	(469)	(3)
contribuição social diferidos.	(489)	(3)	(2.674)	(51)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento Adiantemento 17.827 17.827

Enovafoods Participações S.A.

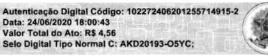
Enovaloods Participay

2019 - 10.276











Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@szevedobastos.not.bi





Autenticação Digital Código: 102272406201255714915-2 Cartório Azevêdo Bastos Data: 24/06/2020 18:00:43 Valor Total do Ato: R\$ 4,56

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ nº 61.198.164/0001-60 NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresarials e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre 8, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Roberto de Souza Santos

Diretor Presidente











CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Gualanases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

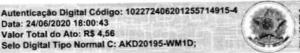
O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Marcelo Barroso Picanço

Diretor Geral - Seguros e Investimentos







Data: 24/06/2020 18:00:43 Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Selo Digital Tipo Normal C: AKD20195-WM1D;

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove días do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Eliseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Diretor Geral - Financeiro, Controladoria e Atendimento







CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

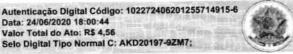
São Paulo, 29 de marco de 2019.

Araújo de Lima

Diretor Geral - Corporativo







CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

José Rivaldo Leite da Silva

Diretor Geral - Comercial









CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possul amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de marco de 2019.

Marcos Roberto Loução

Diretor Geral - Negócios Financeiros e Serviços





Cartório Azevêdo Bastos





PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ nº 61.198.164/0001-60 NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto - Automóvel











CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35,3,0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Gualanases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possul domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Fernanda Haydee Pasquarelli

Diretora de Produto - Seguros de Pessoas





Cartório Azevêdo Bastos





PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ nº 61.198.164/0001-60 NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

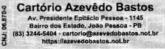
São Paulo, 29 de março de 2019.

Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico



5-11







CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria. eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possul domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Eva Vazquez Montenegro Miguel

Diretora de Produção







CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Eliseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicilio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

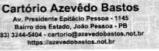
São Paulo, 29 de março de 2019.

Sônia Aparecida Belezi Rica

Diretora de Atendimento







ln

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h3D, em suá sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possul amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação







CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de marco de 2019.

Marcelo Sebastião da Silva

Diretor de Serviços







presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferdo r cumento/102272406201255714915

Documento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º ind

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

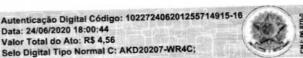
O administrador que firma o presente termo de posse declara que possul domicilio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

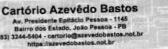
São Paulo, 29 de marco de 2019.

Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Marketing e Clientes









CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuí amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.











Selo Digital Tipo Normal C: AKD20208-P5PL;



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60 NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE

Aos vinte e um días do mês de janeiro de dois mil e vinte, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incursos em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicilio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 21 de janeiro de 2020.

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES

Diretora Jurídica

TIAGO VIOLIN

Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG Diretora de Recursos Humanos

70

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor de Produto — Ramos Elementares

RAFAEL VENEZIANI KOZMA

Diretor de Controladoria e Riscos









207

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 25/06/2020 10:14:34 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 102272406201255714915-1 102272406201255714915-18

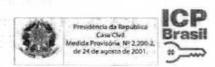
²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcac4b18582d41ef02d5394a8231bf2946d4689cf654133f0d6a85b1f01a9f28f82d537d8c0de3d6a11253d41de0e 40bac0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e









PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO N°: 2878318 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

DEFECTERFIELDONE 1974

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 18 de agosto de 2020.

PEDIDO Nº:







JUCESP - Junta Comerciel do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico



ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO 0.219.766/20-4

CAPA DO REQUERIMENTO



DADOS CADAST		1.				
rto Arquivamento de Jornal;						
OME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COM	PANHIA DE SEGUROS GER	RAIS			Normal Normal	* 1
ograpouro Avenida Rio Branco	9.50		NÚMERO 1489	COMPLEMENTO R GUAIANASES	01205-001	
nunicipio São Paulo	1	UF SP	TELEFONE	EMAIL		PR
NÚMERO EXIGÊNCIA (S)	CNPJ-SEDE 61.198.164/0001-60	NIRE - SEDE 353000410	8-9			I PR
NOME: ALINE SALEMASSINATURA:	SINANTE REQUERIMENTO CAPA DA SILVEIRA BUENO (Procu	DATA: 06/		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 104,92 DARF: R\$,00		SEQ. DOC.
	NO, SON AS PENAS DA LEI, QUE AS INF USIVO DA JUNTA CO CARIMBO DISTR	DMERCIAL				E VERSO
* 11 MAR 2000	*			DI	HAR 2020 EFERIDO Marcelo Riconii RO 10.536-524-6 Vogal)
ANEXOS: () DBE () Procuração () Alvará Judicial () Formal de Partilha () Balanço Patrimoni () Outros	() Laudo o () Jornal () Protoco	exclusivo ser entos Pessoais de Avaliação olo / Justificação			\$8,6 AR 2020	
OBSERVAÇÕES:					C-7/C2000000000000000000000000000000000000	

Versão VRE Reports : 1.0.0.0

06/03/2020 15:01:54 - Página 1 de 2









Carência de Guarda e Distribuição) Verificação CNAE Comércio de Combustiveis Venficação de Ficha Cadastral ficação de Apontamento na Ficha Cadastral AMEI sem Cadastro A STAN 1 MEI com Cadastro Realizar Pesquisa de Nome Empresarial

() vide Protocola

	SETOR DE REGISTRO
() Triar
() Deferir DBE
1) Etiquetar_ APM
() Perfurar
() Separar VIa



Autenticação Digital Código: 102272306205235257761-2 Data: 23/06/2020 11:37:15 Valor Total do Ato: R\$ 4,56 Selo Digital Tipo Normal C: AKD17058-TG03;



Cartório Azevêdo Bastos Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.no







presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.





Andreza C. de Oliveira Valdes Procurador(a) PRS: 29.915.899-2 SSP/SP CPF: 226.772.278-00





PORTO SEGURO

| Description |

PERS BUILD

8.75d

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272306205235257761-3 Data: 23/06/2020 11:37:15 Valor Total do Ato: R\$ 4,56 Selo Digital Tipo Normal C: AKD17059-9GYK;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.b



A ZITE

190 488 117 (236 24 543 (186 463) 100 316 No. (20 300) (114 320)

COMPOSITE CONTROL CONT Rodrigo Veronezzi Miqueletti Contador CRC 1SP 26923510-9



Andreza C. de Oliveira Valdes Procurador(a) RG: 28.918.899-2 SSP/SP GPF: 226.772.278-00

presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272306205235257761-4 Data: 23/06/2020 11:37:15 Valor Total do Ato: R\$ 4,56 Selo Digital Tipo Normal C: AKD17060-FJOI;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitacio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
[83] 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br





nos artigos 1º, 3º e 7º inc. 11 e 52 da Lei Federal 8,935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8,721/2008 aute. 11 presente imagem digitalizada, rep - Confira os dados do ato em https://selodigital.tipb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/1022/230620533625/761



Antieza C.de Dilveira Valdes Procusadoria) RB: 28.918.899-2 SSP/SP CPF: 226.172.278-08

g) revised 10 45 ESP. Cathed to Apprehit again At ht wife	the Profession of the seek of the bold of the profession of the seek of the se	In the Advantage of the
PARE THE BUTTO AND RELATED A THE BUTCH OF THE PARE THE PA	B3 Theores overnos B31 ANYO	Secretor Squeri
FETTSLER DISPOSITE PARA VENDA	December Garact Reporter Separates de 2319 Suight Sector (MASS)	100 miles mare
Legister Deserve	Problem imposted de communitée de Problem internation de la Problem in le partie de la Problem in l	Note the Department of American State Co. Co.
# 2015 M FO	Product or recognition to the control of the contro	Browner is annexage
		Code
1704 A 915 FM 915 FM 1015 FM 1	Frankpringstonester State 120 455 (210 100 100 100 100 100 100 100 100 100	Aretighauskia 1968 Jaki
Comment		Seed wheat to arrange for 127 o 712 and a 127
Disparie (11.10) Hel organie (11.54) 1.201.64	#13 PM2-90	THE STATE OF THE CONTROL OF THE PARTY OF THE CONTROL OF THE CONTRO
Notice that the spike spice place the structure	Entertain Cores Besentes	THE CONTROL A PROGRES THE S CHAPPE ACCRES A PAGAR
medie systemic in the control of the	Material Technic Technic Technic Technic	
235.575.598 1 rap title are families in 2015, gave to pass un garde vite mark	C C C C C C C C C C	Province to the second of the
argeprates em "Outres Presidentes Porturgantes" no par intro- Hando de PS 150 170 17 O 200 des proportos de 1854s, a un efercio de SS es EVI de proportos de SE despera	## CD cares CD cares	Provide tecephora a experience
DISTRICTS BYON AN ARREST MATERIAL TO A SECTIONS ATE & VEHICLES AT I	## 0 Cipster essentia Più e Cicri initi. 16 Ciri 16 Ci	Monthing a majoritar den ope de savanta con 11 2 20 11
_ # 91:2 _ m.201	\$2.5 EVENATIVA DE MEAL (PACE)	Contrasts
	A binnelline by medical line of your facility and the controls of duction of the man in a second of the second of	
de mersee is	tern bose on the contents are entents from a continuent feature de organizates. E	THE REPORT OF A ENCAPOCE BOOMS A RECTLIER
Desir de menante la cierca en 11 de lacordre ca 3014 por la R1 : antitar 8	MO	C - 100 - 27
Access to the property of the	805 42 10 362 9 10	CV (17.55) VI
and processed line light living, a letter to sport parents in Congrate a more	8 m	A 15 - 10 15 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16
parent mentions. Tarra era data mentions et re-miss de capacient securi en farent, semble en l	804 x 3607 5 607	
many are not referred to building facts (\$1.00 to whitely an improving his a	400 PQF 1 100 Told 10	TO EMPTREE HATE & CHARLES PROTES FALSE AS A CONTRACT OF THE PERSON OF TH
the small result of the late black is either the special content of Comparison of Comp	talls presented () and the state by the present of the state of the st	sis deposite the 2022, amilia 42% electromergia com a tesa meto de 102% m
A 2010 M 701	Multip Sco should belange to.	all custo and Chatte de Crecte Bending a Americane Menuroli de DESCRIP
AND LINE	mane as an a president to a although the imports one report and data continue labor than a remain to a feet critical as an order imports of bridge	INFERECTION COM BEOUNDE & RESOURNINGS - CORRESCIONES DE SEGUN
does the lag day (array as 1975)	These is considered with a second section of the second section of	de latine e as recognischen resiliene and gebrone resolutione. 15. Distribution
model of the Parties of a second of a Company work from his	Saurites Services	The September 2 Proceedings (September 2) and the september 2 Procee
MODEL THE MICHIGATE AT DAS AN ADADOS SPACELIMAS (1)	Land with an impact on terms (Mr.) and servine party.	Personal Printers - Fair State Co.
- 12.500 Table	Land office of regions for spring SPF plants constitution and COLD 10	Personal comparement condition
	Comprehensi Milita de Cital, e apria permitagian	Other parameters the forest
4000 - 240 400 is 80 is	138.88 ML70 138.88 ML70 138.88 ML70	Table 2 in transfer or 2015 Late 127 h
TIC THE LINE WELL	Projects de acres a constitução serial	HE PROMISES TECHENA - SECURIOR
	10 10 10 10 10 10 10 10	Street de Ligarde de Sirie de Ligarde
THE RESERVE TA SAME IN A PROPERTY CONTRACTOR IN PROPERTY HIS ASS.	TOTAL STATE 100	Franchis printer de printe
	O. St. 100 CR 100	Security of process of parties
farm in Jaye 5 in a Superfer Deserter	The property of the property o	Francis op primos vis gerins 275,53 to 100,000 427,75 to 100,000 4
	Total on Property de conde a controllande about	Princip de senant concess Pay ville
	ha data management and management an	Decade procedure 41 549 41 549 55 52 52
11 1	person network of report refere on it have represent the Companion, the paper is soon a Lai of	COLUMN ASSESS ASSESS ASSESS ASSESS ASSESS ASSESS ASSESSED ASSESSMENT ASSESSME
PAC OPING ASSESSMENT A	15. WE'VE, A SUSPENSE OF ONE STORY AND THE OR CHARGOS ON TO SE ADDRESS OF THE STORY OF THE STORY OF THE SECOND OF THE STORY OF THE SECOND OF T	Min (************************************
	NAME OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF T	there is the first of the same and the same of the sam
Trible new Appropriate of a	Description	10 10 10 10 10 10 10 10
ORTUNES DAS OFFINAÇÕES ACIO SEDIÇACE	**************************************	Perior II Alia
Service States Same to a 20 Service Se	Print Prin	Statistica Corporation
Company St 2019 Secretor in 2019 Secretor in 2019 France France Inch per France France in Secretor France France Inch per France Inch per France Inch per In	564 155 Ville	
stands the sale sales	Cities are expensive of Tital	Deliveration formation department and files of the files
	1. Option of Cours a store	Proposer's in terrocontraction 2 to 200 to 200
		60 a resignal recognitive a screek 2006 2006 2 All States are 10 size demonstrative des 2006 5 All States des
7 4-94 21-75 (2.8-5) 25-51 61-80 10 84 27-75 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	The State of the Control of the Cont	Self-sen 11 de largement de 2016 \$15,200 20 Continuation solven mais de primis 20 14 42 52 De monte de rigne d'autorité 20 40 40 50 Les la direction 20 40 40 50 50 50 50 50 5
PROPERTY OF THE CASE OF SEC. 1200 1201 1201 1201	Cremon e ordere a recetter 11 501 7 501	Distriction (see Year Case Street See See See See See See See See See
TANKETY STANKE 2 700 124 SERVICE STANKED AND RESERVE	Gredana	Pagament in the amountainment community of the PAST Service (CE)
Estreta Fair	Circulates Circulates She resulteres	Numbergier mit webigs a jume 50 20 10 50 20 10 50 20 10 50 20 10 50 20 10 50 20 10 50 20 10 50 20 10 50 20 20 10 50 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20
LE COMPRINÇÃO DIRENTO ADS VOICOMANCIDE		them advantage of Court of Supplies white
	F) I Blink A Venda - Exception F) Go so who to Compare all corporate the service to service the service of the	Service Sur
1972 1915 1972 1915 1972 1915	Desertion Exercises	5 20 5 20
Property of a Million and a Mi	No - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	Description (and April 2015) and a second control of the control o
econoti a 200m	No.	Standard Ser reserged arts
Issuer Line	TR-TR-\$100 8 20 500	Farith's annual version part PTS. 1-95
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	E)# 1010	Total in after receiving on recession in solution in 1202.18 130
3 WOMMERTICALD	Andrew an expensely	#
- No. 1018 - 144.00	TO DECEMBER ATTEMPTED OF PROPERTIES STREET, AT ATTEMPT OF BEHAVIORS	Till the (a) winds that published
THE THE PERSON OF THE PERSON O	WEAR 29.3 DESCRIP & EARLANDS HEFTHANDS! A METER & SEC. 4 SERVICE & SE	Both to both to be seen to the first too
	The reserved and the first of the control of the co	fund to allogs observings on general (f) E519.000 1.500
MAZZ	Departure on Devices	I there are a service or as service a service of the service a market do some
terns (ancorados DEL SOL SOL SOS SOS SOS SOS SOS SOS SOS SO	September September	Street or Marrier St. Peters as a re-month of the an Capital North Statement Co.
Tell		
Delle lied	F-1 100 100	30.3 COMPORTANENTIS DE PRONICACI DE SINISTRESE A WARRELANDE ESTADO
Delle lied		pills Contrate to call are what the me required of the series and the contrate of the contrate
TOTAL TOTAL STREET STRE	Impostrict of United	JOLA COMPARTIMENTA DA PROCEDATION DE PRINCIPACION DE PRINCIPAC
TOTAL TOTAL STREET STRE		pol i commentanda y roci de Predicisado de Predicisado de Sente Asigle A sugera Asigle e compresión de consecuencia de consecuencia de consecuencia de la compresión propriemante asigle esta de Carrella (Escala de Pol Artícula), deservo asigle classica colorar de de consecuencia de consecuencia de la consecuencia de la consecuencia de deservo de consecuencia de consecuencia de la consecuencia de la consecuencia de consecuencia de la consecuencia del la
1	7 m 19 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	NA 116 AN CH AN CH NA INC.
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	7 m 19 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Market St. All All All All All All All All All Al
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		ACT
J PRODUCTION OF THE PROPERTY O		201 AT AT AT AN
The state of the s	7-6 200 100 100 100 100 100 100 100 100 100	2011 202 2012 2014 2015 2014 2015 2015 2015 2015 2015 2015 2015 2015
The part of the Control of the Contr		#21 ACL ACL DATE BES BES AND DOLL DESCRIPTION OF THE PROPERTY
The state of the s		#21 ACL ACL DATE BES BES AND DOLL DESCRIPTION OF THE PROPERTY
The first section of the control of		## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ##
The first section of the control of		##1 #40 #41 #45 #15 #14 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18
Person have a complete and the complete		##1 #40 #41 #45 #15 #14 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18
The first part of the first pa		##1 #40 #41 #45 #15 #14 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #17 100 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18 #18
Person have a complete and the complete		Section





MET TO THE PART AND THE STATE OF THE







Andreza C. de Diweira Valdes Procurador(a) RG+ 29.815.099-2 SSF/SP GPF: 226.772.278-00

presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.

THE 250 PRINTS IN PROCESS OF NAME AND ADDRESS OF STATE OF	and puts are about at Every training to	an or ALE service agin when	Section 2	SE HERELIAND PRANCESO
modernoods, of Provide park produces factor As 6500 private to worse	en 2001 de 2014 junte e mis e de trons	country for consumption of the first to	n School on	dynamic from pupping public sends
en di Bulking, i princi considerante sono arrigações, repais, ad unima ser dessa ação, primitir interprime conseções, en sua grabilidada um especia, fila escendi despectores distantes alor processorates, que más a funciónidad de const de post est	and page of making a his flame the page of a 2000 a mart time section indicate and and the first desirate and page an advan- cable in page mineral for making and page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of the page of the page of the page of page of p	ment in the comment of the comment.	Carrier south	Anticopor de l'accimentation de prémise. Carridos es caronicaçõe a press es els cos pers es
ilma pritorima filozon suoi priminimalina, nyverille a ritoriorizzajan ilm inno de progis sego Politici. Travia a ritoriorizza ilminimi priminimi ilm naturniza.	receive one process and page are again.	O print the state to paramete	N. Works	Personal Person as an employed persons
Washing Stormers	Calcula e pagamento de minurarejas para	un una diserios, rais las acrossis	matter s	DAME CONTRACTOR OF THE PARTY OF
	people a der pre aggles de emitade da Sine	como Prim Segundo, es el	C Specific	Total or receive transactor
10 275 384 200 275 275 275 275 275 275 275 275 275 275	with the growing on gottom and distinct	talk tipe with a name of 12 and	C patterny	throughout the real and the security of all the bounds
ds All	A communication and artistic production of the communication of the company of the communication of the communicat	EL TELTE PEROPETE PEROPE, SIX SA PAR LICENSE PEROPETE PER PEROPE PER PER	echanica.	Total de despressa finance l'es
With A formula a larged concentration on a provider on the force on P.C. concentration of the second	STATE OF STATE A PERCENT PROCESS.	mo a foto meniorio encaga de es	Dec PSSA	Company of the Control of the Contro
THE WAY WHEN THE SERVEY I BOAR SECURITION IS A REAL TO THE JUST DESCRIPTION OF	movies of burney a fee deprise too	a hint or surveyor su sh	42 2pt 18-	ST MENY 2400 SPILINGLANT
tion artists in Permiss Drawn Commonte. To one office about 40,000 days the Library 1000 Course.		- 1	Describe.	Assume to equivalence governor (1)
is the PE will are an experience of page of the booked page a Companion accounted when			4.70	
The control date community Communitations — Ext. "In this is that if the "In" of the "In"	Shallo be denoted by the BT (1000 on a general blue DDB person on a general blue DDB person of a second on a secon	X161	3.881	SE TRANSPORTE CONTRACTOR RELACION
most extensive finally properties a progressive to and a consocial on sever	Proceedings on published the page	All stole.	1,0%	de relacione de la effection à la company
Contingüentes facultés peretions and le la contingue de la continue de la continu	Appearance of the second secon	1 C WH	-104	can som antones i genter has respectives as
il periodi in a di provincia in la grafi della per e essa ficcioni, con ci della comi e provincia della comi di	Name and address of the latest and t	and the same of th	1000	empresas de preso Perio Seguno el Despesa
name occurs toward INS office (SO WA Clause) on processor impacts by Lord Hardell As	Sinks also grown to be related to report strength on agree or agree of 2000, days of	ara re meunalo de exercico de .	2016 4: C	Vitte, Auto September & Pertir Secure 2000, 12:00
CORRESPONDE A CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF TH	property in the second property and the second	era activiridas afilias, todo cor a	Marks April 6	de decembración de comercia da Roma diesdes (vi-
entre of Englands is included years originate to differ active as selected as	Can are several as a state of the several and	the foreign and applied by Cartelly with the		The The Analogy Circle (2004 in 2015). Regular Control (2004 in 2015). Regular Control (2004 in 2015). Regular Control (2004 in 2004 i
an estimate and HE (15,10) and 100 to 100 to account disparent parties in the April 100 to 100 to 100 to 100 to			arcetore.	white the abrustation do man, the programme is over
markers to base as secur to PS x G2 no, use two transfer an	Depth or refer weight begins. The rese of a second to be designed to the property of 2019. Contract of the reservoir of 2019. Contract of the reservoir of t	ABARTON .	ERIAN.	topic de annual de Con Carral du la diudia
a a configuration tradicionare in the second and a second and the second and the	Common your ware 25 to beginning our	EW	B#2	teratorum agains and Perio School Co. or
Standard Training or an absorbance Notice St. March 2015 a large, with	Distriction on the "sending" du personal	and the second second	8.16 0.67 5.00	year the property and development in
a politica esti plendicada dere parte propare a elegi ca medici della a decisioni	Author Cartharpools, Guillings has not percent	FF9	O.691	51251 51251
еристория на Суператил в на 30 меня, викуродочного во українства во українства	21. PHILIPPIN SHEET PARKETS & DOME	E-DRAMENTO		Part Series
Crompromoted by the Highest terransport or 200 percent as for bear		201201.01	E-MILLION IN	THE PARTY IN THE PROPERTY OF THE PARTY OF TH
i control de la control partir la Control mai la control promisión. Est fut transferio de la control		Principal Principal Street Co.	per la able	Port Approved
the rate making that have a many accommon to the dark of Congression from many	Author to the second second	entonia access aniacts) nei	STATE OF	Parpetinance
and the second of Companies as the Streets and Companies Second on the Second of Companies and Compa	A goldeni paspidra include dui Ezistra include Denie 10070/08 Europeatrice engiteme	300 077 1 348 007		Page Tombride Politics and the second Profit Vol. S
A STATE AND LONG TO STATE OF THE PARTY OF THE PARTY OF THE PARTY.	Denna 10070/00	MARKET NEWS TAX	20.5	MARK STREET, S
ron, activo la Comparine è de 10 mises fincules herto as provides repossess	Desprished on a paint.	00-00 -00-00 003 00-00 -00-00 002 00-00 -00-00 001	30.8	Parties Parties To Table 1981
THE PROPERTY OF THE PROPERTY O	France Control	52 50 51	24.3	POPE INDIVISION CO.
If there is no many materials, as some is used reflection of principles content passes, and the content passes of the content passes	Compare sun management	83 E8 E	21.5	The second second
ativisme, nigo figuració como registe de promisio per a seles programas. Autore con trade- nat promisional nel ciscom maggio desagno distributação, la Actividad de Seles de presidente de la companya de	Control (Control Control Contr	100-407 (Da.124 No. 100-100-100-100-100-100-100-100-100-100	25.4	Demonstração de resolução do 30
p status appropriates or wearants on Companies pain detector decisi apide	Dental Tarightes	NO. 10 TO 10	98.8	Ray Segunts
The manufactor is a resolution on the PM ESTERN, markets, and CM Mile (A) (according	Electade race	9:17 49:209 76:1 5:400 9:304 Te4	9.8	January Spirit Der Pale Buds 14 July 100 July 1
non del munus humbraches econolism e un" esta hamera. Da Acustes de evellegar	Chrys wills	24 87 MILES - MA	25.0	Feb. Sector (1970) Feb. Sector (
this, a strongle of man place the private frameway decorrects cars forth. No dis-		Engerter Indian de	and the con-	forti de partir de la Principal de Principal
 Objetion in the above to compress control of T. (a). (g) Fragge to a manual aught. Committee of the control of th	76.4	Policina Province control	SHIP OR CHE	Seattle Objection & Philip Beguns 10-70
de par decembra a alta de malação, prilitara par priha especipações. A decembra	3000	milities _pacting case (by on	mate Dig	Project or Martinerously 17 St. St. Co. Will.
ран терито дороголого в овроеждар од орга терито и ба ве жела ругита. В други други територ	Purprise and any 246		-	Ports Corwin. 8 Y
E. D. Zer ein E. de traserous de 2016. Etres valor earlikanskadigte aus site en be	brother over the	AND DESCRIPTION OF THE PARTY OF	509:36	
mientre la missi e la compagnita de la plima nationale, derroire planes ne la	You exhause a proper	477 3695 (4132 929) 39-5	50.0	DLA TRANSAÇÕES CON FEMORALICES
TABLET (8) Reserves de latine (5) Reserve legal di tenerse esté directuals	Fid-up food to		21.2	commenced as a service of the servic
magneties as each some encountries and a single 18 on Lar 2" 6 at 1875. The	Comprehensive state and all	200 the 1011 mer 1072 200 to 201-008 20-1	200.00	
THE REPORT OF A 2012, You design this distinct 2014 REF 1/15 263 CAS AFT ST are decompled.	Denga caracta	50 400 100 ME TO 1	20.8	rerespondence was accommended to the control of the
management of the control of the control of the second of the control of the cont	Daniel Importer	TALLED THE ART COLD	44.0	
I DECEMBER FORES OF SOME OF SOME STATE OF SOME STATE OF S	Derive 1/4	St. St.T. 3x 364. 36.1.	13.8	4 Consumer a promotion is common to consumer
maken ne um ligen johr renari kan de maken and an en	Group with	提供 200 mm 200 m	31.8	service are as reconstrate on place de purble
THE RESIDENCE OF THE PARTY OF T	DO SAMOOCOUR DAS PROVINCIOS TROTAS	DAN DE FRENKOS		the per well on Proposers Hardy Department and The
material seasons, we also a property the delegation of		Turambio de 1011 - Decembro	A 2015	20. description à 18 avents (Autous 19.1 m.). A Compartie commité à glaver de discription avents en de transferênce en plans de service de la commité de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation ou particular de la commentation de la commentation particular de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la commentation de la comment
British Committee of the Committee of th		Harrier Seasonic Scharling	100	TOO, OR JUSTICE OF HEIGHER SET 1987 THE RESERVE OF SET
TOTAL THE SUPER MARKET AND SPECIAL SECTION AND SECTION ASSESSMENT OF THE SECTION AND ASSESSMENT OF THE SECTION ASSESSMENT	Provide de prêmis, sur purios	(TSBHE) BRIGHT (FRESOR)	(BR C14)	media Accomplycation and order color pro-
THE ROBERT LOTTE A PROBLEM FOR AN ADDRESS OF THE PARTY OF	Open procedure	MANY MANY MANY		control participant in an operational de participant de participant de la control de l
gament pure, agrica monocologicopier na menoria, riaciame las filiadas, facilitar par escultor que a que Las discontratos, monociale, no proporcione del Discolarioles e pursa espera a casolitar gará-	D. SANSTROS COMMISSOS	WIND WINE SHIRE	THE REAL PROPERTY.	PEDATORNIA AND ATTACKED
er De salate 25 ff i sille pla seces, dan direggrafite sep septembre in comment sec		Securior 1	September	Charles and a first discount of the control of the
Question to the female about the property of the property of the same of the s	Contraction absolute	# 187 450 F	A 701 B	Company of the open to seem of the contract of
A few Commencentries across to as Order property or Jose Action Capital Proprie	Fire States	Anne Aspet	3478.550	The state of the s
State that all the an interior report across to recover the goldenic seek appealing to	Provide or annual provides may will be	44.54T	\$614.00T1	Super species with the second
to any could be supplying a production, and markets as provided as some contents about	Security services	941.500 962.017	\$6,000	for many beyon.
A primary proposal content for the second content of the proposal content of the	Curries manager tion working -12-	2536	286 LITE	Linking recipies with the control of
S 195 DOT AT SECURITY TO A STATE OF THE SECURITY OF THE SECURI	C red decreases and tipp hold on tener	and a	CHESTE	Personal Formula disprise and to fine
Places in product a record from the 1876 and whose or Description Appears to Description	815	Charles and Commercial		de prominco morale de caración accesos
The second secon	ак, силгов из жовофёрут	-	M. Commission	for an at the terroritory de 2010 spraw as to
			8-70 B	And the street of the street o
NAME OF THE PARTY	Contractor of the Contractor o	420-167 C	F181.575	The company of the co
President of the Control of the Cont	Variable flat (largerten de La tractorio deglis	1 246 3 TH		Note the sample too earlier the PCT'S par with
Company of the Compan	Charles and the same of the same of		PACT THE	NA CAPTRAL SOFTERSON CONTROL CONTROL
CONTROL OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE	STANDARD OF STREET, COURT OF STANDARD OF			WINDS IN PERSONAL SALES OF CO.
C MONTH AND ADDRESS OF THE PARTY AND ADDRESS OF THE PARTY.	ST. GUTFAN NUTSTANK SENERALAS OF	YOUNGENING		The first about a control of the control of
to de discinicio e ICF 225 35 (e)		-34,804	BE BUSE	(a) Gamesa uso extended "5
to de discondica e JOF 255.00 HADRA Of por agita (Fig. 5.00%) COMMENT OF THE COMMENT COMMENT OF THE COMMENT OF THE COMMENT OF THE COMMENT OF THE COMMENT COMMENT OF THE COMMENT OF THE COMMENT OF THE COMMENT OF THE COMMENT	Success - (SPV4)	129 129 1014 10150 2111	\$.565 (25.664) (21.664) (31.664) (31.664)	Inflaçõe a laboración de como de POTE que acesa Traque i mais que esta Traque i mais que esta la como de como de como de laboración de como de como de como de como de laboración de laboración de laboración de laboración de laboración de laboración de laboración de laboración de laboración de laboración de laboración de labor
nues la submissi e autra apopronica de 1800, come en aceptado la será	Prepare to 1904 the said	D0.5.4	08000	Partie Seguro A.A. Partie Seguro Mai Linkson Participation S.A.
City or Depoted Sensors Employees (1986)	Drivers on Sense and	DESCRIPTION OF THE PERSON OF T	251.822	Appendix and a processing processing and a processing and
Saperbri Dere fire an 2023 - an 2018	Droffling conscions a regulation	API NA		Turk Lague Art. Dr. for on Philosopous L
OF STATE STATE OF STA	The second secon	11.07 11.07 11.07 11.07	67 147 (h: 70) (18 ta)	Author of Dictional Texts (4) page 700 UP for one Physics appear 5 A for a Text of Control of the Supplement 5 A for a page 500 SA Not the Control of SA
		Dave:	ITE SALL	the angle of the second of the
Control of Boston (\$12.75) Since the second of the second		[255.760		professional comments
	Total de d'Arme Bragitens De l'est relation à l'est resse sommers des En Digital de Armengal (1987), aug	24.69	Janes L	Faces Congruendent that of Refly Asserted 5.
Territoria States contents Full 1995		Casserian I	December	April Bas Colores
	Promise terretion alternation	- (A. 20.0)	ALTOIS	along their Comman. From Configuration that is Fig. School (A), is a great from the configuration of the Comman. From Configuration Comman. From Configuration Comman. From Comman.
100 m	Services of the services	147 528 F	1400 FE11	Group Compass Confine
CONTRACTOR OF THE STATE OF THE	Published	(367 526)		my the free time the seal
C CONTROL OF THE PARTY OF THE P	Discrinos e curretarições	OK. 150	70 at 1 at	Strang / Wilcomers 3.4
CONTRACTOR AND THE CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	Publisher District a probactor Conduct SPOY Congress recognities (%		See Jac	Sylvest Address S.A. Service Services S.A. Services S.A.

con the regard communical resolution makerial and emptor for half of the process of the communication of the commu



de 20°3 de 20°

articular ex-				3,754
	- 110	Because		
	Developer	Parameters	Concession	Decrements
umarra/Vagae de resultado	_ BN 36754	40.00	388-3018	59-2418
au Sepuria	215.042	251.975		42,00%
ac Acts a HebatesCa		21,3455	1000	0.6
With Studies		20.400	004 F18	376-3075
rking	27.479	40.600	200 8196	194,3230
SCEL KNOWNERS	71.365	82.311	09.616	750,4140
WEST CONTRACTOR TO THE PARTY OF	64.755	27.752	-	-
enegan leachtan a Pitrib Begunt				
Sealer Ottomornes	10 104	46 338	20000	11000
WY POL.	43.530	18 293	18 4 TS	14,0000
sough a Workingwood's	27.0Ex	96,767.00	61.590%	G-W75
to ta Coranta	8.148	11,000	35.005	C77.44-26
A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	48.87	948	(38.6.0)	100,000
	796/192			228.7880
EX TRANSACTIVE DOM FEMALE	M. CETROS.	As no not use	IS ASSECTEDED.	SECURITION SE
detailed acids to restrict on san salts	N 1812 WA	End - Chinese - S	and the second	On continue
PROBLEM EXECUTE			Disposition.	Securetra
			88.3515	Ex 2535
exception or some writing	SHIP COLUMN		26.759	\$1400
AND REPORT OF SPORTS OF SPORTS	7.5	and the second	15,362	25.853
DOCATORNAL A BOOKSHOW I	TRANSPORTER	THE PREMO	ENGLIS COMM	S.EMS STAR
Company and the Property of				
erefor per eig reconsciente me niere.	fin beerfelligie	in without		Marine Marin
White the service Assets about				
nd per ment in Protection - Hardy I				
· preventioning mornalisms rape shall be				
DE OR ENTERIOR PROPERTY AND PROPERTY				
an expectation is particular to the first line				
The second second				

NOT AN AD THE STATE OF THE PARTY OF THE PART		s con being	
	40227		
Appropriate the support of the first of the support of	10.75	3.32	
NO TOKEN WILLIAM	3126	9.00	
ON ON SHIP CO.	4,890	3255	
Wild Right		* 20	
and the same a sergeral scarce		-835	
Red Tolk and purchase		90,778	
September of the septem		CO. 100.00	
principal market decision on the service and the	N. Advantages in	CONTRACTO	
are all participations to 2.75 promise organization	or an incession has		
ra estillar de describili dissistancia della per e di		A 250 - 3.1%	
of the college of the		1.0%	
ação promiseros dos areas	W-5	4.0%	
Make I with the profile		5.2%	
CAPTERS OF CONSIDERATION OF COMMENTS OF SUPPLY	Section of the last	18%	

EUS HIS PROVID EMBURY IS A. A MAJISCAN DE COMPRE DE ANDRONY DE COMP	SOUTH A SOUTH SEE
E un ammentances des proces Petros Corports, corrects en eración a cierror da Pe-	THE SHOWAL S. A.
William and the company of the compa	20.00
Dreine uin autorane "	
or Desputer Disputes Sources Service	Parkinguese
(Flaggies T. A	100.00
From AA	- Performance
Sepure No. Infrares Parketwillian S.A.	20.8%
E to Dollade	24.2%
a Deligia for, Office on Participations 5.3.	Participania
p Companies governiting to Washington Day S. A.	45.5%
ey Porte puodes 15.6	251%
Migrage S.A.	12.1%
Engine an orange a Park pupils S.A.	12,8%
William Comments	5.8%
	27%
s Creamend mentiles of PerSchool Levil S.A.	Participants and a
to the p. Co. Land	323%
Ear Colleges Staffe Male	36.8%
Linux Carrenti Bantines	18.3%
y Confect Confect	18.2%
na Serprise di mentera il Parti utrastros S.A.	20020000000
N Ever School	20000
ing Preticularies S.A.	Participation in
C Nacons S.A.	75.5%



20.3

Egg

Autenticação Digital Código: 102272306205235257761-6 Data: 23/06/2020 11:37:15 Valor Total do Ato: R\$ 4,56 Selo Digital Tipo Normal C: AKD17062-2HRZ;



Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5494 - cartorio@azevedobastos.not.br



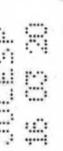




CARTÓRIO



Procurador(4) RG: 29.915.899-2 SSP/SP GPF: 226.772.278-06



certificadodigital um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

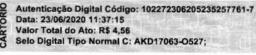




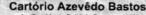




L / ##











4230UC 00 00 01

CUCESP 16 03 20





B9LT



137.865/20-0

ОІЯОТЯАЭ



Documento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Fe 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagent lizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou té. Confira os dados do ato em: https://selodigital.tipb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/102272306205235257761

Estadual 8.721/2008

41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento

inc. V 8°.

Decumento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º

referido é verdade. Dou fé.

Pelo presente instrumento particular de mandato PORTO SEGURO. COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e na Rua Gualanases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus Diretores LENE ARAÚJO DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, Inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80 e JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.332.458-07, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, nomeia e constitui seus bastantes procuradores ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF/MF sob o nº 174.320.898-76; RENATA PAULA RIBEIRO NARDUCCI, brasileira, casada, advogada, Inscrita na OAB/SP sob o nº 205.538 e no CPF/MF sob o nº 277.046.788-33; RENATA STRUCKAS, braslleira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 219.089 e no CPF/MF sob o nº 292.237.378-93; EVANILDO ANUNCIAÇÃO SOUZA, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.691.825-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 927.666.505-63; ALESSANDRA GASPAR BEVILACO DE PAULA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 194.514 e no CPF/MF sob o nº 254.472.378-58; ALINE SALEM DA SILVEIRA BUENO VOLPE, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 181.252 e no CPF/MF sob o nº 248.540.578-66; ANA PAULA VITA AFONSO MASSAVELLI, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 176.375 e no CPF/MF sob o nº 251.950.718-70; ELAINE CRISTINA BARREIRO COUTINHO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 228.019 e no CPF/MF sob o nº 254,314,508-75; ELIANA RAMOS BOMFIM, brasileira, solteira, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.367.340-0 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 267.516.218-33; ÉRICA FERNANDA VALENTIM DE ANDRADE, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 214.116 e no CPF/MF sob o nº 272.992.078-18; ÉRICA DI TILIO MATOS SABBATINI, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 234.638 e no CPF/MF sob o nº 253.129.098-23; FERNANDA DE ARAÚJO GRAMACHO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 287.753 e no CPF/MF sob o nº 011.706.235-90; GISELLE DOS SANTOS RIBEIRO, brasileira, sotteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 321.268 e no CPF/MF sob o nº 281.054.998-27; JULIA SCUR E SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 239.649 e no CPF/MF sob o nº 971.270.510-20; LAÍS APARECIDA LUQUIARI, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 289.806 e no CPF/MF sob o nº 344.508.038-09; LENICE REIKO ONIMARU, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 177.308 e no CPF/MF sob o nº 169.256.168-56; LEONEL DE OLIVEIRA MIRANDA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 245.325 e no CPF/MF sob o nº 212.688.908-47; MARIANA BARCELLOS DE SOUZA SERVUA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 253.525 e no CPF/MF sob o nº 217.351.548-90; MIRIAM LUNARO BATTISTIN TREVISAN, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 222.953 e no CPF sob o nº 271.247.968-81; PATRÍCIA LODOVICO GONÇALVES JUSTINO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 257.485 e no CPF/MF sob o nº 307.200.618-06; PATRÍCIA MARIN TINOCO SOARES, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.723.000-0 SSP/SP, Inscrita no CPF/MF sob o nº 256.158.768-16; PATRÍCIA QUEIROZ MADEIRA, brasileira, solteira, advogada; inscrita na OAB/SP sob o nº 344.082 e no CPF/MF sob o nº 404.089.278-01; PAULA CRISTINA HASS LEMOS, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 274,375 e no CPF/MF sob o nº 215.992.938-70; PAULO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 175.319 e no CPE/MF sob o nº 082.623.238-82; THAIS HELENA DOS SANTOS CORDIOLI, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 208.036 e no CPF/MF sob o nº 291.742.538-59; VANESSA DANTAS AMARAL DE MAGALHÃES, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 188.259 e no CPF/MF sob

> 3165302 TTOSE OY A ABOTUA JAN 2020 NUTENTICAÇÃO OPECLL





ng 277.094.928-43 e VIVIANE ANGÉLICA BIZULI, brasileira, casada, advogada, inscrita na OABISP sob o na

330.080 e no CPF/MF sob o nº 249.316.128.90, todos com domicílio profissional na Rua Tagipuru, nº 906, 3º andar, Torre II, Barra Funda, São Paulo/SP, aos quais confere poderes especiais e específicos para, isoladamente, representar a Outorgante na qualidade de PREPOSTO perante o foro em geral, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho dos poderes outorgados, inclusive perante autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, juízos e tribunais administrativos, bem como perante todos os órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, pedindo vistas de processos, requerendo e alegando tudo o que for de seu direito e interesse, apresentando defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsideração, podendo ademais nomear prepostos e firmar acordos extrajudiciais, bem como substabelecer os poderes aqui conferidos, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais e, de modo geral, praticar todos os demais atos que forem necessários para o fim supra, pelo prazo de 02 (dois) anos a contar desta data, sendo que, após ser juntado em autos de processos judiciais de Interesse da Outorgante, permanecerá vigente até o encerramento da demanda. Os Outorgados ora constituídos ficam cientes de que, ao se desligarem do Conglomerado Porto Seguro do qual fazem parte, não mais poderão exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após sua saída, sendo inclusive/responsáveis por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados.

São Paulo, 26 de Janeiro de 2018.

LENE ARALIO DE LIMA

Diretor Geral Suporte e Governança

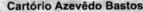
JOSÉ RIVALOO LEITE DA SILVA Diretor Garal – Corretores de Seguros e Vendas On-Line











Documento Autenticado Digitalmento de O referido é verdade. Dou fé.

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO:

0.219.766/20-4

Relatório da Análise Prévia

- SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com us formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- O SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por mão extar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- O SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Na
01	É necessario a apresentação do Documento Básseo de Entrada - DBE?	0	18
02	O Documer to Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi aprensentado?	0	0
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado polo representante da sociedade?	0	0
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	0	0
05	O nome empresarial informado na FCPI, para eventos de constituição inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, virgulas e outros caracteres especiais (simbolos)?	9	0
06	O nome empresarial no requerimento de empresario corresponde ao nome do empresario" (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedendo-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	0	0
07	A natureza juridica informada corresponde com o ato amesentado a arquivamento?	0	0
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integrafizado) constante do ato constitutivo alterador?	U	0
89	A descrição da atividade empresaria está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera mator receita para o estabelecimento)	0	0
16	O DBE está firmado por pessoa física responsável. (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administração de administração de administração de administração de apessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorque procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam eerificado digital); procuração em papel é possível, porem o procuração so poderá firmar o DHE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pesson físico responsável pérante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP	0	0
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivemento"	0	0
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s)	0	0
13	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento*	0	10

Outras exigências a expecificar (DBE):

Análise Prévia

Hilton Noredi Mazarem da Silva RG 501.020. Data: 12/03/2020

Ciência Vogais

10,170,74,133/formularioanalise/default.aspx

Autenticação Digital Código: 102272306205235257761-11 Data: 23/06/2020 11:37:15





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ARQUIVAMENTO DE JORNAL

Nº DO PROTOCOLO	NIRE	NOME EMPRESARIAL
027390459-1	3530004108-9	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

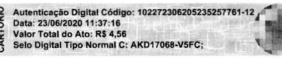
The second secon	All .	
DATA DA ATA	TIPO DA ATA	
31/12/2019	Outros	

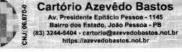
DATA DA PUBLICAÇÃO	JORNAL
27/02/2020	D.O.E. (Diário Oficial do Estado)

DESCRIÇÃO DOE 27/02/2020 O ESTADO DE SP 31/12/2019

06/03/2020 16:02:11 - Página 1 de 1











Documento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. O referido é verdade. Dou fé.

Tresente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste i noumento/1022/230620523257761

41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autei

Versão VRE Reports : 1.0.0.0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS

FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes3.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 23/06/2020 11:55:27 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

*Código de Autenticação Digital: 102272306205235257761-1 102272306205235257761-12

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b1748597f830d19ec1efa5e3976e8ee2954125b4598b0ba85116c299ed870b12705ba9c78957b1908b69ace64f733 e887c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e







Presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. .umento/102271206202738862859

41 e 52 da Lei Federal 8:936/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8:721/2008 auten https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.t

Balanço encerrado em 31 de Dezembro 2019

(valores em milhares de reais)

-			
n.	t۱	ν	_

Ativo Circulante – A C (*)	6.901.612
Realizável a Longo Prazo – R L P	2.360.494
Investimentos, Imobilizado e Intangível	2.703.674
Ativo Total – AT	11.965.780
Passivo E. SHURBE	
Passivo Circulante – P C	6.297.232
Passivo Não Circulante – P N C	1.703.046
Patrimônio Líquido – P L	3,965,502
Passivo Total – PT	11.965.780

Indicador de Análise Econômico-Financeiro

Índice de Liquidez Geral (ILG):

AC+RLP	±	9.262.106	=	1,16
PC+PNC		8.000.278		1,10

Índice de Solvência Geral (ISG):

Indice de Liquidez Corrente (ILC):

Grau de Endividamento (GE):

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)



Andreza C. de Oliveira Valdas Procurador(a) RG: 29.916.899-2 SSP/SP CPF: 226.772.278-00







PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



Balanço encerrado em 31 de Dezembro 2019

(*) A Companhia considera, para efeito do cálculo de índice de liquidez, que as aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento no ativo não circulante, no montante de R\$ 1,359,644 em dezembro de 2019 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente por suas características, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTNb), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis:

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

> Rodrigo Veronezzi Miqueletti Contabilidade CRC 1SP 269235/O-9

Andreza C. de Oliveira Valdas Procurador(a) RG: 29,916,899-2 SSP/SP CPF: 228.772.278-00









Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Selo Digital Tipo Normal C: AKC82065-1HEC;

22:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 12/06/2020 15:55:17 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 102271206202738862859-1 102271206202738862859-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b114ad36d706b8bf86b026ccffa119d208c6e29b17068ab282b2b8158f4ad65f59d1f843d75d15ad205cf309f403e 3b72c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL



O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Certidão nº: 2020/058583

Nome: RODRIGO VERONEZZI MIQUELETTI

Registro: SP-269235/O-9 Categoria: CONTADOR

Validade: 12/10/2020

Finalidade: Licitações e Concorrência

CPF/CNPJ: 346.009.028-66

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 0235.6584.5228.9380



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

			一种一种一种一种	EMPRESA		531		anti-	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH
NIRE 35300041089	REGISTRO		DATA DA CONSTITUIÇÃO 21/12/1945	21/12/1945	DES	PRAZO DE	DURAÇÃO		
NOME COMERCIAL PORTO SEGURO	CIA. DE SEGUI	ROS GERA	ıs	X					O JURÍDICO OCIEDADE POR AÇÕE
C.N.P.J. ENDEREÇO 61.198.164/0001-60 AV. RIO B		BRANCO, 1489 E RUA	GUAIANASES		18	NÚMERO 1238	CON	MPLEMENTO	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS		MUNICIPIO UF SAO PAULO SP		GEP 01205-0	001	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 2.272.441.354.91		

	OBJETO SOCIAL	
SOCIEDADE SEGURADORA DE SEGUROS NÃO VIDA		
(1)(87)		(84)

	DIRETOR, COM TÉRMINO	DE MANDATO EM	30/04/2	2022	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
NOME ADRIANA PEREIRA CARV	ALHO SIMOES		D _A		F)	
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIR	ACICABA	NÚMERO 618	1000	PLEMENTO		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 01216-012	RG 258725266
CPF 174.320.898-76	DIRETOR, COM TÉRMINO DE MANI	DATO EM 30/04/202	2	Silver	SAN	QUANTIDADE COTAS
	C A NACO	21/1	9 1	10	No. of Street, or other Persons	

DIRETOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/04/2022								
NOME CAROLINA HELENA ZWARG								
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICABA				COMPLEMENTO 634-T.B-10 AN				
BAIRRO CAMPOS ELISEOS		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SI	P	CEP 01216-012	RG 278436869	
CPF 292.135.838-77	CARGO DIRET	OR, COM TÉRMINO DE N	MANDATO EM 30/04/2022	2			QUANTIDADE COTAS	

DIRETOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 30/04/2022							
NOME JARBAS DE MEDEIROS BA	ACIANO						
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICABA		NÚMERO 618	634-T.E	-11.00			
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	GEP	RG		



CAMPOS ELISEOS	SAO PAULO	SP	01216-012	265912209
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS
246.784.718-71	DIRETOR, COM TÉRMINO D	E MANDATO EM 30/04/2022		

		DIRETOR, COM TÉR	MINO	DE MA	ANDATO EM	30/04/20	22		
NOME RAFAEL VENEZIANI KOZ	MA								
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICABA			1	Married World	NÚMERO 618	634-7		El arto	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS		MUNICIPIO SAO PAULO		Ł			JF SP	CEP 01216-012	RG 253977265
CPF 200.476.918-16	CARGO DIRET	OR, COM TÉRMINO DE	MAND	ATO I	EM 30/04/202	2		c	DUANTIDADE COTAS

NOME TIAGO VIOLIN	12/11/11	ABT		1		
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICABA		NÚMERO 618				
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	O1216-012	RG 281588405	
CPF 283.416.528-97	CARGO DIRETOR FINANCEIRO, COM TÉRM	INO DE MANDATO	EM 30/04/20	11 30 7	DUANTIDADE COTAS	

	FILIAIS				
NIRE 29900075150	CNPJ 61.198.164/0006-74	-011/2/5/	824		
ENDEREÇO AV. ANTONIO CARLOS MAGAI	.HAES, 2719	NÚMERO 1 A	ED.PORTO SEG	U	
BAIRRO PQ. BELA VISTA	MUNICIPIO SALVADOR	1	uf BA	40280-000	
NIRE 41901430688	61.198.164/0292-22	TAP			
ENDEREÇO RUA NESTOR GUIMARAES	a de la companya della companya della companya de la companya della companya dell	NÚMERO 111	COMPLEMENTO CONJUNTO 103		
BAIRRO ESTRELA	MUNICIPIO PONTA GROSSA		ur PR	CEP 84040-130	
NIRE 54900268951	CNPJ 61.198.164/0240-00			1	
ENDEREÇO RUA CUIABA		NÚMERO 2129			
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO DOURADOS		UF MS	79802-030	
NIRE 22900116739	CNPJ 61.198.164/0198-55			*:	
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	1	

AVENIDA DOM SEVERINO	2351	LOJA 06			
BAIRRO HORTO	MUNICIPIO TERESINA		UF PI	GEP 64052-535	
NIRE 41900107590	CNPJ 61.198.164/0013-01				
ENDEREÇO AVENIDA PRESIDENTE GETULIO VAR	GAS	NÚMERO 3753	COMPLEMENTO		
BAIRRO VILA IZABEL	MUNICÍPIO CURITIBA		UF PR	80240-041	
NIRE 35901408564	CNPJ	7			
ENDEREÇO LARGO DA MISERICORDIA		Número 24	COMPLEMENTO 1 AO 9 ANDA		
BAIRRO SE	MUNICÍPIO SAO PAULO	A. 悬影	UF SP	O1012-020	
NIRE 15999804513	CNPJ	The	43		
ENDEREÇO TRAVESSA PIEDADE		NÚMERO 651	COMPLEMENTO 1 ANDAR		
BAIRRO	MUNICIPIO BELEM		ur PA	CEP	
NIRE 26999807261	CNPJ	A	関わ		
ENDEREÇO AVENIDA ANTONIO DE GOES	AN IN I	NÚMERO 617	COMPLEMENTO		
PINA	MUNICIPIO RECIFE		UF PE	CEP	
NIRE 24999802801	CNPJ 61.198,164/0043-19		MIA!		
ENDEREÇO AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS		NÚMERO 4055	COMPLEMENTO		
BAIRRO LAGOA NOVA	MUNICIPIO NATAL	A POT STATE	UF RN	CEP	
NIRE 33999826538	CNPJ				
ENDEREÇO RUA ANFILOFIO DE CARVALHO, 29		NÚMERO SALAS	COMPLEMENTO 1211 E 1216		
BAIRRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		ur RJ	CEP	
NIRE 33999024784	CNPJ				
ENDEREÇO RUA BENJAMIN CONSTANT		NÚMERO 222	COMPLEMENTO		
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO PETROPOLIS	4.0	u _F RJ	СЕР	
NIRE 35900747179	CNPJ 61.198.164/0038-51				

Documento Gratuito Proibida a Comercialização



ENDEREÇO					
AVENIDA DOUTOR MORAES SALLES		NÚMERO COMPLEMENTO 2494			18
BAIRRO JARDIM GUARANI	MUNICÍPIO CAMPINAS			uF SP	CEP 13100-201
NIRE 35901206678	CNPJ				
ENDEREÇO RUA AZEVEDO SOARES	A	NÚMERO 1043	COMPLE	MENTO	
BAIRRO TATUAPE	MUNICÍPIO SAO PAULO			ur SP	O3322-000
NIRE 33999826546	CNPJ				
ENDEREÇO RUA MARECHAL DEODORO	MENAN	NÚMERO 752	SALA		
BAIRRO	MUNICIPIO CIDADE DE PARAIBA DO SUL			uf RJ	CEP
NIRE 35901501718	CNPJ				
ENDEREÇO AV. CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES		NÚMERO 5090	COMPLE	MENTO	
BAIRRO JAGUARE	MUNICIPIO OSASCO		W	UF SP	CEP
NIRE 32999804851	CNPJ	MAR		7	
ENDEREÇO RUA DESEMBARGADOR SANTOS NEVES		N ÚMERO 1479	1485	MENTO	
BAIRRO	MUNICIPIO VITORIA			UF ES	CEP
NIRE 35901516022	CNPJ				
ENDEREÇO RUA VERENA	18 6 6 6	NÚMERO S/N	COMPLE	MENTO	
BAIRRO VILA SANTANA	MUNICIPIO SAO PAULO			uf SP	03614-010
NIRE 35901516031	CNPJ	1			
ENDEREÇO AVENIDA JOSE MUNIA		NÚMERO 4445	COMPLE	MENTO	
JARDIM REDENTOR	MUNICÍPIO SAO JOSE DO RIO PRETO			UF SP	15085-350
NIRE 35901516049	CNPJ				\
ENDEREÇO RUA DUQUE DE CAXIAS		NÚMERO 19-31	QD 19		
BAIRRO VL CARDIA	MUNICÍPIO BAURU			uF SP	17011-066
NIRE	CNPJ				

1	-31	1
7	7	•
		0
	N	NV

35901516057					
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLE	EMENTO	
AVENIDA PORTUGAL		1013			
BAIRRO	MUNICIPIO			UF	CEP
JD. CRISTINA	RIBEIRAO PRETO			SP	
NIRE	CNPJ				
42999005922					
ENDEREÇO	A	NÚMERO	COMPLE	EMENTO	
RUA DAS MISSOES	//	378			
BAIRRO	MUNICIPIO	Wester		UF	CEP
PONTA AGUDA	BLUMENAU			sc	
NIRE	CNPJ	150			
35901532681	1000 1 / 1 X	11 / Will			
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLI	EMENTO	
AVENIDA DOMINGOS JULIO	(3027)	755	O Sale E	LINERTO	
BAIRRO	MUNICÍPIO	18	PAS.	UF	CEP
PARQUE CAMPOLIM	SOROCABA		434	SP	18047-645
1.00	407 M 1 / 1 M				
NIRE	CNPJ				
35901544506	THE THE				
ENDEREÇO		NÚMERO		EMENTO	
AVENIDA ATLANTICA		646	656 E	OT T	
CAPELA DO SOCORRO	MUNICIPIO SAO PAULO	6	WI S	SP	CEP
CAPELA DO SOCORRO	SAU PAULU		30 740 16	SP	
NIRE	CNPJ	Swall B	120	101	
35901544492	A STANSACTOR OF THE STANSACTOR	ALEX B		JEST.	
ENDEREÇO	Washing III	NÚMERO	COMPL	EMENTO	
RUA VIEIRA DE MORAES, 410, LOJA 03 E	420	CJS.	136/1	137 E 85	
BAIRRO	MUNICIPIO		A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	UF	CEP
154	SAO PAULO		11	SP	
NIRE	CNPJ		820		
31999832251	160 B O 18 O	100	1	and the state of the state of	
ENDEREÇO	MANY CO. S. C. SALES SALES	NÚMERO	COMPL	EMENTO	
RUA AUGUSTO CESAR		641	Nagara		
BAIRRO	MUNICÍPIO	h- Tarati		UF	CEP
GENERAL OSORIO	UBERLANDIA	17		MG	
License		-			
25999000951	CNPJ				
ENDEREÇO		Taring-			
RUA JOAO BERNARDO DE ALBUQUERO	UF	NÚMERO 62	COMPL	EMENTO	
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP
TAMBIA	JOAO PESSOA			PB	GEP
				1.0	
NIRE	CNPJ 1				
35900986955	61.198.164/0050-48			Light .	
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPL	EMENTO	
AV. PORTUGAL, 1285 E RUA CAMINHO D	T	S/N			
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP
CENTRO	SANTO ANDRE			SP	09040-011

NIRE 33900511670	CNPJ 61.198.164/0002-40	The state of the s			
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO	Early te	NÚMERO 147	COMPLE 15 Al	MENTO NDAR	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF CEP RJ 20040-0			20040-006
NIRE 35901341419	CNPJ	CNPJ			
ENDEREÇO AV. DR. RENATO DE ANDRADE MA	AIA	núмеrо 1325	COMPLE	MENTO	
BAIRRO PQ. RENATO MAIA	MUNICIPIO GUARULHOS	7		UF SP	O7114-000
NIRE 35900789114	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA DOUTOR NELSON DAVIL	LIA VANDALIA MARIANTANIA	NÚMERO 560	COMPLE	EMENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO SAO JOSE DOS CAMPOS			uF SP	12200-000
NIRE 35901359199	CNPJ 61.198.164/0046-61				
ENDEREÇO AVENIDA CASTRO ALVES		NÚMERO COMPLEMENTO 1745			
BAIRRO POLON	MUNICIPIO MARILIA	- A1		UF SP	CEP
NIRE 33999024709	CNPJ		MA	E)	
ENDEREÇO AV. RIO BRANCO	A State of the Sta	NÚMERO 147	Service Services	EMENTO NDAR	
BAIRRO	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO			ur RJ	CEP
NIRE 31999021791	ČNPJ				
ENDEREÇO AV. BARAO DO RIO BRANCO	SYLIA. WI	NÚMERO 3859	COMPLE	EMENTO	
BAIRRO	MUNICÍPIO JUIZ DE FORA			ur MG	CEP
NIRE 54900093697	CNPJ				
ENDEREÇO RUA DOM AQUINO		NÚMERO 1641	COMPLI	EMENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO CAMPO GRANDE			uf MS	79002-184
NIRE 33900356551	CNPJ 61.198.164/0032-66				
ENDEREÇO RUA ANFILOFIO DE CARVALHO		NÚMERO 29	COMPL	EMENTO	
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP

	RIO DE JANEIRO			RJ	
NIRE 41999016427	CNPJ 61.198.164/0065-24				
ENDEREÇO AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBI	PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK			LEMENTO	
BAIRRO JD. LOS ANGELES	MUNICÍPIO LONDRINA	v .		ur PR	CEP
NIRE 42999005981	CNPJ				
ENDEREÇO RUA BLUMENAU		NÚMERO 2628	SALA		
SANTO ANTONIO	MUNICIPIO JOINVILLE	The Mark		UF SC	CEP 89218-055
NIRE 33900242148	GNPJ 61.198.164/0069-58	A Zell	1		
ENDEREÇO RUA DR. BORMAN		NÚMERO 43	SLS.1	MENTO 501/1502	
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO NITEROI			u _F RJ	24020-320
NIRE 35901782971	CNPJ		M		
ENDEREÇO AVENIDA NOVA CANTAREIRA	JANA III	núмеrо сомри 746 764		MPLEMENTO 34	
BAIRRO TUCURUVI	MUNICIPIO SAO PAULO	Alg A		SP	CEP
NIRE 35900747187	CNPJ	AVOVE TO	(Lui	4	
ENDEREÇO RUA BOM PASTOR	PROVIDENCE	NÚMERO 975/	985	MENTO	
BAIRRO IPIRANGA	MUNICIPIO SAO PAULO	TO THE		SP SP	CEP
NIRE: 28999802503	CNPJ 61.198.164/0026-18	TAM	The state of the s		
ENDEREÇO AVENIDA IVO DO PRADO		NÚMERO 904	COMPLE	EMENTO	
BAIRRO SAO JOSE	MUNICIPIO ARACAJU			UF SE	CEP
NIRE 35901792763	CNPJ			81	
ENDEREÇO AV. GOIAS		NÚMERO 2621	COMPLE	EMENTO	
BARCELONA	MUNICÍPIO SAO CAETANO DO SUL	Part II		UF SP	09550-051
NIRE 33999024733	CNPJ				
ENDEREÇO RUA ANFILOFIO DE CARVALHO		NÚMERO 29	10000000	EMENTO D.SL.1216	

Documento Gratuito Proibida a Comercialização

Página 7 de 28



BAIRRO				uf RJ	CEP
NIRE 33900511696	CNPJ 61.198.164/0072-53				
ENDEREÇO RUA IRACEMA SOARES PEREIRA JUNQU	JEIRA	NÚMERO 85	COMPLE		
BAIRRO	MUNICIPIO NOVA IGUACU			ur RJ	CEP 26210-260
NIRE 15900031479	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA ALMIRANTE BARROSO		NÚMERO 425	COMPLE	MENTO	
BAIRRO. SAO BRAS	MUNICIPIO BELEM	AMO		UF PA	CEP
NIRE 42900185303	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA	7/1-X 1/1\1	NÚMERO 2449	COMPLE	MENTO	
BAIRRO CAPOEIRAS	MUNICIPIO FLORIANOPOLIS			UF SC	CEP
NIRE 35900815948	CNPJ 61.198.164/0044-08	124701			
ENDEREÇO RUA GUAIANASES	Yana III	NÚMERO 1446/	COMPLE		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO. SAO PAULO	A.V.		UF SP	01204-001
NIRE 35901857008	CNPJ				
ENDEREÇO AV. JURUA	0.15	NÚMERO 390	COMPLE	MENTO	*
BAIRRO ALPHAVILLE	MUNICIPIO BARUERI			UF SP	06455-010
NIRE 21999804194	CNPJ				
ENDEREÇO RUA TREZE DE MAIO	0	NÚMERO 71	COMPLE	MENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO SAO LUIS			uf MA	CEP
NIRE 35901911517	CNPJ 61.198.164/0083-06	100			2 A
ENDEREÇO AVENIDA WASHINGTON LUIZ		NÚMERO 2570	COMPLE	MENTO	H.
BAIRRO JARDIM PAULISTA	MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE			uF SP	19023-450
NIRE 35901911525	CNPJ 61.198.164/0084-97			-X-101	
ENDEREÇO	Post region and the second sec	NÚMERO	COMPLE	MENTO	1 -11-

AVENIDA FRANCISCO FERREIRA I	LOPES	600		Y V
BAIRRO VILA RUBENS	MUNICÍPIO MOGI DAS CRUZES			
NIRE 35901911533	CNPJ			
ENDEREÇO RUA BRIG, GAVIAO PEIXOTO	A	NÚMERO 383	COMPLEMENTO	
BAIRRO LAPA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	05078-000
NIRE 35901911541	CNPJ			
endereço AL. NOTHMANN	(CONT	NÚMERO 563	COMPLEMENTO	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO	1 1 1 1 1 1 1	UF SP	01216-000
NIRE 35901911550	CNPJ		23/	
ENDEREÇO RUA GUAIANASES		NÚMERO 1087	COMPLEMENTO	70.10
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		ur SP	O1204-001
NIRE 35901911568	CNPJ	As.		
ENDEREÇO AL. BARAO DE PIRACICABA	TRY Was II	NÚMERO COMPLEMENTO 634		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01216-010
NIRE 31900083676	CNPJ		TAIN	
ENDEREÇO AVENIDA CARANDAI		NÚMERO 930	COMPLEMENTO 938	
BAIRRO FUNCIONARIOS	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		UF MG	CEP
NIRE 53900041220	CNPJ			
ENDEREÇO SETOR COMERCIAL NORTE - QUA	ADRA 2	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO BL B, LJ 120	
BAIRRO ASA NORTE	MUNICIPIO BRASILIA		UF DF	CEP
NIRE 35901940436	CNPJ 61.198.164/0089-00		1.2	Ta Ta
ENDEREÇO AVENIDA COMENDADOR LUCIANO	O GUIDOTTI	NÚMERO 1070	COMPLEMENTO	
BAIRRO CAXAMBU	MUNICÍPIO PIRACICABA		UF SP	CEP 13416-240
NIRE 35901940452	CNPJ 3 E			



ENDEREÇO RUA HUMAITA		NÚMERO 835	COMPLEMENTO	
BAIRRO VL. MENDONCA	MUNICIPIO ARACATUBA	4.2.	UF SP	16015-090
NIRE 31999021899	CNPJ			
endereço RUA MARANHAO	A.	núмеrо 921	COMPLEMENTO	
BAIRRO PQ.JD. NOVA AMERICA	MUNICIPIO DIVINOPOLIS		uf MG	CEP
NIRE 35901968110	CNPJ 61.198.164/0093-88			
ENDEREÇO AVENIDA BRASIL	MESS / L	NÚMERO 1640	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM AMERICA	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	01430-001
NIRE 43999011818	ONPJ ONPJ	1174		
ENDEREÇO RUA BENTO GONCALVES		NÚMERO 1110	COMPLEMENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CAXIAS DO SUL		uf RS	95020-412
NIRE 42999005957	CNPJ 61.198.164/0098-92	A John T		
ENDEREÇO RUA RUI BARBOSA	177129	NÚMERO 474-E	COMPLEMENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CHAPECO		ur SC	CEP
NIRE 11900075481	CNPJ 61.198.164/0100-41			
ENDEREÇO AVENIDA CAMPOS SALES	TO STATE OF THE PARTY OF THE PA	NÚMERO 3033	COMPLEMENTO	
BAIRRO OLARIA	MUNICIPIO PORTO VELHO	TAL	UF RO	76801-243
NIRE 43999011834	CNPJ	The same of the sa		
ENDEREÇO RUA PEDRO ADAMS FILHO		núмеrо 3271	COMPLEMENTO	
BAIRRO INDUSTRIAL	MUNICIPIO NOVO HAMBURGO		UF RS	CEP
NIRE 13999001753	CNPJ			
endereço AV.MARIO YPIRANGA		NÚMERO 1906	COMPLEMENTO	
BAIRRO ADRIANOPOLIS	MUNICÍPIO MANAUS		UF AM	79000-000
NIRE	CNPJ			

ml

35902067426	61.198.164/0108-07				
ENDEREÇO AVENIDA DOMINGOS DE SOUZA MARQUES		número 164	COMPLET 282	MENTO	
BAIRRO VILA JAGUARA	MUNICÍPIO SAO PAULO			uF SP	05106-010
NIRE 33999024768	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA LOBO JUNIOR	Λ	NÚMERO 1502	COMPLE	MENTO	
BAIRRO PENHA	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO	7		ur RJ	CEP
NIRE 33900523481	CNPJ 61.198.164/0118-70	The sales			
ENDEREÇO ESTRADA DA CACHAMORRA, 350	(189)	NÚMERO BL.01	LJS.10	MENTO 01 A 103	
BAIRRO CAMPO GRANDE	MUNICÍPIO RÍO DE JANEIRO	The	MA.	RJ	23040-150
NIRE 33900523503	CNPJ 61.198.164/0119-51		PAY)		
ESTRADA DOS TRES RIOS	1/9/1	NÚMERO 1200	LOJA	V 8	
BAIRRO FREGUESIA (JACAREPA	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO			RJ	22745-005
NIRE 35902100946	CNPJ 61.198.164/0116-09	AND	Not	A	
ENDEREÇO AVENIDA SAO PAULO		NÚMERO 1239	COMPLE	MENTO RITORIO	
BAIRRO GUILHERMINA	MUNICIPIO PRAIA GRANDE	划步公司	A Second	SP SP	11701-665
NIRE 35902100938	CNPJ	70			
ENDEREÇO RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO		NÚMERO 105			
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO SAO PAULO	LINE		SP	01037-001
NIRE 41999017041	CNPJ E				
ENDEREÇO RUA NOBERTO DE BRITO		NÚMERO 1435	COMPLEMENTO		
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO SAO JOSE DOS PINHAIS			PR	GEP
NIRE 35901206694	CNPJ			114	
ENDEREÇO AVENIDA PACAEMBU		NÚMERO 35	COMPLE	MENTO	
BAIRRO	MUNICÍPIO SAO PAULO	14.1		ur SP	CEP

Documento Gratuito Proibida a Comercialização

Página 11 de 28

		the state of the s			
NIRE 35903688688	CNPJ	138			
endereço AV GIOVANI GRONCHI	21 (F ₂ 2) = 15	NÚMERO 5420	COMPLE	MENTO	
BAIRRO MORUMBI	MUNICIPIO SAO PAULO			UF SP	O5724-020
NIRE 35902268227	CNPJ	1 1-0			
ENDEREÇO AVENIDA RIO DAS PEDRAS	//\	NÚMERO 3597	COMPLE	MENTO	
BAIRRO JD. ARICANDUVA	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP
NIRE 17999802563	CNPJ				
ENDEREÇO 104 N - I RUA NE 05, 02 / AV. NS		NÚMERO 02	SALA	MENTO S 01 E 02	
BAIRRO	MUNICIPIO PALMAS			UF TO	CEP
NIRE 35903642351	CNPJ			1	
ENDEREÇO AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK	(DE OLIVEIR	NÚMERO 1260	COMPLE	MENTO	
BAIRRO CAMPO DO GALVAO	MUNICIPIO GUARATINGUETA	A		SP	CEP
NIRE 35903642343	CNPJ 61.198.164/0134-90				
ENDEREÇO TRAVESSA DO RAFAEL		NÚMERO 259	COMPLE	MENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO TAUBATE			UF SP	12080-270
NIRE 35903642378	CNP1				
ENDEREÇO RUA SENADOR CESAR LACERDA DE	VERGUEIRO	NÚMERO 1300	COMPLE 1 AND		
BAIRRO JD ANA MARIA	MUNICÍPIO JUNDIAI			UF SP	CEP
NIRE 35905193066	CNPJ 61.198.164/0142-09				
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICABA, 6	618/634	NÚMERO 1 AN.	COMPLE	MENTO B, PAR.1	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO		UF SP	CEP	
NIRE 35902348298	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO		NÚMERO 1489		EMENTO D/PARTE	
BAIRRO	MUNICIPIO	•		UF	CEP

CAMPOS ELISEOS	SAO PAULO SP (01205-001
NIRE 35902451846	CNPJ			
ENDEREÇO ALAMEDA RIBEIRO DA SILVA		NÚMERO 275	COMPLEMENTO 2AND. PARTE	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		uF SP	O1205-001
NIRE 51999804962	CNPJ 61.198.164/0036-90			
ENDEREÇO AVENIDA MIGUEL SUTIL		NÚMERO 7707	COMPLEMENTO	
BAIRRO DUQUE DE CAXIAS	MUNICIPIO CUIABA	The Walt	uf MT	CEP
NIRE 29900587401	CNPJ	ALEGI		
ENDEREÇO RUA DO PARAISO	经 第 1 A	NÚMERO 148	COMPLEMENTO	
BAIRRO SANTO ANTONIO	MUNICIPIO JUAZEIRO		ur BA	CEP
NIRE 35903697059	CNPJ		SAN	
ENDEREÇO ALAMEDA RIBEIRO DA SILVA		NÚMERO 275	COMPLEMENTO TERREO/PARTE	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	CEP
NIRE 35902446541	CNPJ	AN 2014		
ENDEREÇO AV. BRASIL	"ROVERNING	NÚMERO 664	COMPLEMENTO 680	
BAIRRO CENTRO	MUNICIPID MOGI-MIRIM	100 M 101	UF SP	13806-000
NIRE 32999007561	CNPJ	TANK	Sant Sant Sant Sant Sant Sant Sant Sant	
ENDEREÇO AV. DESEMBARGADOR SANTOS NE	ves	NÚMERO 753	COMPLEMENTO	
BAIRRO PRAIA DO CANTO	MUNICÍPIO VITORIA		UF ES	CEP
NIRE 21999002489	GNPJ			
ENDEREÇO AVENIDA PROF. CARLOS CUNHA, 3	000, LOJAS	NÚMERO 20	21, 22 E 23	
BAIRRO JARACATY	MUNICÍPIO SAO LUIS	10 Table 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	ur MA	CEP
NIRE 35900747161	CNPJ TTS		Si Si	
ENDEREÇO AVENIDA FRANCISCO GLICERIO		NÚMERO 551	555 E 557	4



BAIRRO JOSE MENINO	MUNICIPIO SANTOS			
NIRE 35902578358	CNPJ	41		
ENDEREÇO AVENIDA ALPHEU GRIMELLO	nd' n	NÚMERO 600	COMPLEMENTO	
BAIRRO TABOAO	MUNICÍPIO BRAGANCA PAULISTA	-	uF SP	CEP
NIRE 35902560386	CNPJ			
ENDEREÇO AVENIDA FRANCISCO GLICERIO	o, 551, 555 E	NÚMERO 557	COMPLEMENTO PARTE	
BAIRRO POMPEIA	MUNICIPIO SANTOS		UF SP	CEP
NIRE 35902582843	CNPJ		h	
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO		NÚMERO 1448	COMPLEMENTO	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO	The state of the s	uf SP	01206-001
NIRE 52999804963	CNPJ	(0)		
ENDEREÇO AVENIDA MEIA PONTE	NEW I	NUMERO	COMPLEMENTO	
BAIRRO SANTA GENOVEVA	MUNICIPIO GOIANIA		UF GO	CEP
NIRE 35902611614	61,198,164/0184-50			
ENDEREÇO RUA TIRADENTES	- 40, 1	NÚMERO 195	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM MACARENGO	MUNICÍPIO SAO CARLOS		ur SP	13560-430
NIRE 52900127948	CNPJ	TAL		
ENDEREÇO AV. MEIA PONTE	Con the same	NÚMERO 410	COMPLEMENTO	
BAIRRO SANTA GENOVEVA	MUNICÍPIO GOIANIA		UF GO	74670-010
NIRE 31901495595	CNPJ 61.198.164/0189-64			
ENDEREÇO RUA ANTONIETA BARROS COBI	RA	NÚMERO 70	COMPLEMENTO	
BAIRRO JD. GUANABARA	MUNICÍPIO POUSO ALEGRE		UF MG	GEP 37554-117
NIRE 42999019770	CNPJ			
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	



RUA PAULO ZIMMERMANN		163		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO BLUMENAU		uF SC	CEP
NIRE: 33900770802	CNPJ 61.198.164/0194-21			
NDEREÇO RUA DO OUVIDOR	- A	NÚMERO 54	3 AND/PARTE	
CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		UF RJ	20040-030
1900688801	CNPJ	- Andrews		
NDEREÇO AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO	KUBITSCHEK	NÚMERO 1180	COMPLEMENTO	
ARDIM LOS ANGELES	MUNICÍPIO LONDRINA	1 300	UF PR	CEP
IRE 05903182954	CNPJ		937	
NDEREÇO AVENIDA SAO JOAO	(F/)	NÚMERO 313	COMPLEMENTO 18 AND	
AARRO CENTRO	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	O1035-000
DIRE 05903214694	61.198,164/0197-74	A		
NDEREÇO AVENIDA VISCONDE DE INDAIATUE	BA NO	NÚMERO 1612	COMPLEMENTO	
AIRRO /ILA VITORIA I	MUNICÍPIO INDAIATUBA	A 6 0 1 7 1	UF SP	13338-010
PRE 2999002765	CNPJ		TAIR	
NDEREÇO NV. JOAO XXIII	TO THE STATE OF TH	Número 1979	COMPLEMENTO	
AIRRO SAO CRISTOVAO	MUNICÍPIO TERESINA	3452	UF PI	CEP 64049-010
P9900861031	CNPJ 61.198.164/0202-76			
NDEREÇO LVENIDA OTAVIO SANTOS		NÚMERO 769	COMPLEMENTO	
AIRRO RECREIO	MUNICÍPIO VITORIA DA CONQUISTA	-	UF BA	CEP 45020-210
9999040388	CNPJ TO			
NDEREÇO PRACA GIL MOREIRA			COMPLEMENTO LOJA 17	
AIRRO RECREIO	MUNICIPIO VITORIA DA CONQUISTA		UF BA	CEP
NIRE 35903279699	CNPJ : :	121	19-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-1	1-1-

Documento Gratuito Proibida a Comercialização

Página 15 de 28

/						
ENDEREÇO RUA MARIA BIBIANA DO CARMO		NÚMERO 305	COMPLEMENTO			
BAIRRO PQ. INDUSTRIAL	MUNICIPIO CAMPINAS	UF CEP			CEP	
NIRE 33900923595	CNPJ 61.198.164/0203-57	120 Suprage 200 (200 April 200 April				
ENDEREÇO AV. DAS AMERICAS, 1215, SALA	S 201 E 301	NÚMERO LJ. A	COMPLE	MENTO		
BARRA DA TIJUCA	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO			uF RJ	22631-000	
NIRE 35903379065	CNPJ 61.198.164/0208-61					
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICA	BA, 618/634	NÚMERO 1 AN.	LADO	MENTO B, PAR.3		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		1	UF SP	01216-012	
NIRE 35903379138	61.198.164/0205-19		33			
ENDEREÇO RUA ARMINDO TANK	A VCA	NÚMERO 59	COMPLE	MENTO		
BAIRRO VILA ANITA	MUNICIPIO LIMEIRA	G.	M	UF SP	CEP 13484-299	
NIRE 35903379413	CNPJ	49		4		
ENDEREÇO AVENIDA DE CILLO	The state of the s	NÚMERO 606	COMPLE	MENTO		
BAIRRO VILA FREZZARIM	MUNICIPIO AMERICANA		BL	UF SP	CEP	
NIRE 35903381680	CNPJ		TAIL	1		
ENDEREÇO ALAMEDA DINO BUENO		NÚMERO 266	COMPLE	EMENTO		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO	TAR	100	ur SP	01217-000	
NIRE 35903435348	CNPJ	0				
ENDEREÇO RUA GUAIANASES		и́мего 1239	COMPLI	COMPLEMENTO		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO	uclpio		UF SP	O1204-001	
NIRE 42900824489	CNPJ 61.198.164/0218-33					
ENDEREÇO AVENIDA GETULIO VARGAS		NÚMERO 465	SALA	EMENTO		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CRICIUMA	- L		uf SC	CEP 88801-500	
NIRE	CNPJ					

me

29900898920	61.198.164/0217-52			
ENDEREÇO AVENIDA MARIA QUITERIA		NÚMERO 2026	COMPLEMENTO TERREO	
BAIRRO KAILANDIA	MUNICÍPIO FEIRA DE SANTANA		UF BA	CEP 44050-228
NIRE 35903513772	CNPJ			
ENDEREÇO AV SENADOR LACERDA FRANCO	Λ	NÚMERO 860	COMPLEMENTO LT 05-870/LT4	
MAIRRO ID SALESSI	MUNICIPIO ITATIBA	7	u _F SP	13250-400
NIRE 35903518316	CNPJ	TOTAL		
ENDEREÇO RUA GENERAL NESTOR PASSOS	(V2)	NÚMERO 226	COMPLEMENTO	
BAIRRO	MUNICIPIO SAO PAULO		ur SP	CEP
NIRE 35903558822	CNPJ			
ENDEREÇO RUA BARRA FUNDA		NÚMERO 301	COMPLEMENTO	
BARRA FUNDA	MUNICIPIO SAO PAULO	AND.	ur SP	CEP
NIRE 35903567988	CNPJ	AND	A 6/ (A)	
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE LIMEIRA	LANGS WE	NUMERO 1175	COMPLEMENTO E 1185	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		ur SP	CEP
NIRE 35903622717	CNPJ 61.198,164/0228-05	TO A	- Committee of	
endereço AV IPIRANGA		NÚMERO 324	COMPLEMENTO FDS CJ 701	3
BAIRRO REPUBLICA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	01046-010
BIRE: 35903688581	CNPJ		112	
ENDEREÇO ALAMEDA RIBEIRO DA SILVA		NÚMERO 717	COMPLEMENTO 721	
CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	01217-010
NIRE 35903710527	CNPJ - I	mana a		
ENDEREÇO AVENIDA DR. CAMPOS MOURA		и́мего 290	COMPLEMENTO	
BAIRRO ARTUR ALVIM	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 03568-970

Documento Gratuito Proibida a Comercialização

Página 17 de 28

NIRE 35903710535	CNPJ	- A			
ENDEREÇO RUA CONDE DE PORTO ALEGRE	To the Page	NÚMERO 1884	COMPLEMENTO		
BAIRRO CAMPO BELO	MUNICIPIO SAO PAULO			O4608-003	
NIRE 35903710543	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA ENGENHEIRO CAETAN	O ALVARES	NÚMERO 5411	COMPLE	EMENTO	
BAIRRO IMIRIM	MUNICIPIO SAO PAULO			ur SP	02413-100
NIRE 35903710551	CNPJ	1 REMED			
ENDEREÇO AVENIDA INDIANOPOLIS	J. Hardinakan merekan m	NÚMERO 1307	COMPLI	EMENTO	
BAIRRO INDIANOPOLIS	MUNICÍPIO SAO PAULO		41	uF SP	04063-002
NIRE 35903710560	CNPJ			^	
ENDEREÇO RUA DAS CAMELIAS		NÚMERO 644	COMPLI	EMENTO	
BAIRRO MIRANDOPOLIS	MUNICIPIO SAO PAULO	& l		SP	04048-061
NIRE 35903710586	CNPJ		199	(F)	
ENDEREÇO ALAMEDA RIBEIRO DA SILVA		NÚMERO 777	The second	ЕМЕNTО Е 789	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO	Mass P	MI	ur SP	01217-010
NIRE 54999037085	CNPJ	1	1	and the same of	
ENDEREÇO AVENIDA MARCELINO PIRES	TO IA.	NÚMERO 3066	SALA	EMENTO A 04	
BAIRRO VILA HELENA	MUNICIPIO DOURADOS	The same of the sa		MS	79820-010
NIRE 33901054744	GNPJ 61.198.164/0241-82				
ENDEREÇO RUA DO OUVIDOR			COMPLEMENTO 3 ANDAR		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	MUNICIPIO			CEP 20040-030
NIRE 35903784547	CNPJ 61.198.164/0242-63				
ENDEREÇO RUA GUAIANASES, 1446		NÚMERO 1448			
BAIRRO	MUNICIPIO			UF	CEP

CAMPOS ELISEOS SAO PAULO SP 29999057744 NÚMERO COMPLEMENTO AVENIDA PRAIA DE ITAPOAN 612 QD. 4 LT. 17 MUNICIPIO UF CEP VILA ATLANTICO LAURO DE FREITAS BA NIRE 35903828714 ENDEREÇO NÚMERO COMPLEMENTO RUA BORBA DO CAMPO 11/15 BAIRRO UF CEP VILA SONIA SAO BERNARDO DO CAMPO SP GNPJ NIRE 43999070920 ENDEREÇO NÚMERO COMPLEMENTO AVENIDA PERIMETAL BRUNO SEGALLA 11033 MUNICIPIO UF CEP SAO LEOPOLDO CAXIAS DO SUL RS 35903828668 61.198.164/0245-06 ENDEREÇO COMPLEMENTO RUA SIQUEIRA BUENO 2431 BAIRRO MUNICIPIO BELENZINHO SAO PAULO SP 03172-010 NIRE 35903828676 ENDEREÇO NÚMERO COMPLEMENTO **AVENIDA AQUIDABA** 591 1AD MUNICÍPIO CEP CENTRO CAMPINAS SP 13100-000 35903828684 COMPLEMENTO AVENIDA REPUBLICA DO LIBANO 2200 1 ANDAR BAIRRO MUNICÍPIO UF CEP CENTRO **CAMPINAS** SP 04501-000 NIRE CNPJ 31999145652 ENDERECO NÚMERO COMPLEMENTO AVENIDA AFONSO PENA 1700 1 AD MUNICÍPIO CEP CENTRO **BELO HORIZONTE** MG CNPJ 26900114551 ENDEREÇO NÚMERO COMPLEMENTO AVENIDA ANTONIO DE GOES 617

Documento Gratuito Proibida a Comercialização

Página 19 de 28

cisi

BAIRRO PINA	MUNICÍPIO RECIFE		uf PE	51110-000
NIRE 42900322688	CNPJ			
ENDEREÇO AVENIDA GOVERNADOR IVO SILV	VEIRA	NÚMERO 2449	COMPLEMENTO	
BAIRRO CAPOEIRAS	MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS		UF SC	CEP
NIRE 33900523490	CNPJ	11 710		
ENDEREÇO AV. LOBO JUNIOR	W.	NÚMERO 1502	COMPLEMENTO	
BAIRRO PENHA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		uf RJ	21020-123
NIRE 43999074925	CNPJ			
ENDEREÇO AVENIDA BRASIL OESTE	(4)// (\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	núмеrо 1823	COMPLEMENTO	
BAIRRO BOQUEIRAO	MUNICÍPIO PASSO FUNDO		UF RS	90000-000
NIRE 43900200044	CNPJ 61.198.164/0021-03			
ENDEREÇO AV.IPIRANGA	SOM I	NÚMERO 5790	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM BOTANICO	MUNICIPIO PORTO ALEGRE		ur RS	90000-000
NIRE 35903954736	CNPJ			
ENDEREÇO RUA TIJUCO PRETO	- TO. N. STEEL	NÚMERO 1.248	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA CARRAO	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP
NIRE 41999121425	CNPJ	MANAS		
ENDEREÇO RUA CARLOS DE CARVALHO	4	NÚMERO 4.290	COMPLEMENTO	
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CASCAVEL		UF PR	CEP
NIRE 41901207113	CNPJ 61.198.164/0262-07			
ENDEREÇO AVENIDA PARANA		NÚMERO 1080	COMPLEMENTO LOJA 01	
BAIRRO PQ. IND. BANDEIRANT	MUNICÍPIO MARINGA	MUNICÍPIO UF		ST070-130
NIRE 43999076189	CNPJ			No.
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	1)

R: PINTO BANDEIRA		475		
BAIRRO	MUNICÍPIO UF CEP PORTO ALEGRE RS			CEP
NIRE 35904032743	CNPJ			
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE LIMEIRA	4	NÚMERO 621	COMPLEMENTO 627	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	01202-001
NIRE 54999044847	CNPJ 61.198.164/0001-60			
ENDEREÇO AVENIDA RICARDO BRANDAO	1657	NÚMERO 646	COMPLEMENTO	
JD. SANTA CATARINA	MUNICIPIO CAMPO GRANDE	11 5000	UF MS	CEP
NIRE 35904143995	CNPJ		37	
ENDEREÇO AVENIDA JUNDIAI		NÚMERO 1400	COMPLEMENTO	
BAIRRO JD ANA MARIA	MUNICIPIO JUNDIAI		UF SP	CEP
NIRE 35904157759	CNPJ	A. I	進力	
ENDEREÇO RUA 14	RANGE I	NÚMERO 350	AVENIDA 31 -	
BAIRRO DO ESTADIO	MUNICIPIO RIO CLARO	ATTOMATION	UF SP	12200-000
NIRE 21900150448	CNPJ		/AIN	
ENDEREÇO AVENIDA PROFESSOR CARLOS CUNH	A	NÚMERO 3000	COMPLEMENTO LOJAS 20,21,1	
BAIRRO JARACATY	MUNICIPIO SAO LUIS		UF MA	65076-820
NIRE 35901245240	CNPJ 61.198.164/0030-02			
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICABA, 618/634		NÚMERO 1 AN.	COMPLEMENTO LADO B, PAR.2	
BAIRRO CAMPO ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	O1216-012
NIRE 35904233382	CNPJ 61.198.164/0270-17			
ENDEREÇO RUA DOUTOR ALFREDO DE CASTRO		NÚMERO 299	PARTE	
BARRA FUNDA	MUNICIPIO SAO PAULO	10	UF SP	O1155-060
NIRE 23999800212	CNPJ S		× 1	

ENDEREÇO AVENIDA ANTONIO SALES		NÚMERO COMPLEMENTO 3120			
BAIRRO DIONISIO TORRES	MUNICÍPIO FORTALEZA	15.05		UF CE	CEP 60135-102
NIRE 35904403199	CNPJ	150			
ENDEREÇO RUA CINCO DE NOVEMBRO	A	NÚMERO 678	COMPLI	EMENTO	
BAIRRO VL RUBENS	MUNICÍPIO ITAPETININGA			UF SP	CEP
NIRE 35904403202	CNPJ				
ENDEREÇO AV 13 DE MAIO	ARS/I	NÚMERO 901	COMPL	EMENTO	
BAIRRO JD LOYOLA	MUNICIPIO SAO JOAO DA BOA VISTA	The State of the S		ur SP	CEP
NIRE 35904403229	CNPJ	0			
ENDEREÇO AV SAO JOAO		Número 313	200 May 120 3	EMENTO 18 AND	
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO SAO PAULO			UF SP	CEP
NIRE 35904404896	CNPJ 61.198.164/0278-74	20.		2	*
ENDEREÇO RUA DOUTOR ALFREDO DE CASTRO		NÚMERO 299	PAR	EMENTO TE	
BARRA FUNDA	MUNICÍPIO SAO PAULO	-000 576	6	UF SP	01155-060
NIRE 35904421596	CNPJ	Marie Sala	MI	12	
ENDEREÇO RUA GUAIANASES	16000	NÚMERO 1227	COMPL	EMENTO	1 =
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO	TAT		uF SP	CEP
NIRE 35904421600	CNPJ	The same of the sa			W-4 4-9
ENDEREÇO RUA BOM PASTOR	DEREÇO		NÚMERO COMPLEMENTO		
BAIRRO IPIRANGA	MUNICÍPIO SÃO PAULO			UF SP	CEP
NIRE 35904483036	CNPJ				
ENDEREÇO RUA SANTANA DO PARAISO		NÚMERO 62	COMPL	EMENTO	
BAIRRO LIBERDADE	MUNICIPIO SAO PAULO			ur SP	CEP 01504-030
NIRE	CNPJ				

248 Wl

35904523747	61.198.164/0282-50				
ENDEREÇO RUA GUAIANASES		núмеrо 1446	COMPLEMENTO N 1448 PARTE		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	01204-002	
NIRE 35904541281	CNPJ				
ENDEREÇO RUA ALVARES PENTEADO	Λ	NÚMERO 231	COMPLEMENTO		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF CEP		CEP	
NIRE 31900685315	CNPJ 61.198.164/0049-04	TOWN			
ENDEREÇO AVENIDA RONDON PACHECO	(VB)	NÚMERO COMPLEMENTO 5443			
BARRO BRASIL	MUNICIPIO UBERLANDIA		uf MG	38400-655	
NIRE 31900651984	ONPJ 61.198.164/0003-21				
ENDEREÇO AVENIDA NOSSA SENHORA DO CA	ARMO TO THE TENT OF THE TENT O			MPLEMENTO	
BAIRRO CARMO	MUNICIPIO BELO HORIZONTE	1.4	ur MG	30320-000	
NIRE 35904882933	CNPJ 61.198.164/0285-01	ATU	(6/D)		
ENDEREÇO AVENIDA RIO BRANCO		NÚMERO COMPLEMENTO 1457 1 ANDAR			
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	01205-001	
NIRE 33999237702	CNPJ	100 A	2		
endereço RUA JACEGUAI		NÚMERO 07	COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO VILA ISABEL	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	I.P.	ur RJ	CEP 20550-150	
NIRE 35904907243	CNPJ				
ENDEREÇO RUA ALVERENGA	NÚMERO 1653		COMPLEMENTO PARTE		
BUTANTA	MUNICIPIO SAO PAULO		u _F SP	O5509-003	
NIRE 33999235190	CNPJ				
endereço AVENIDA PELINCA		NÚMERO 360	COMPLEMENTO		
BAIRRO PQ. TAMANDARE	MUNICIPIO CAMPOS DOS GOYTACAZES	- In the second	UF RJ	CEP 28035-053	

Documento Gratuito Proibida a Comercialização

Página 23 de 28

m

NIRE 33999234967	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA ERICO VERISSIMO		NÚMERO 130	COMPLEMENTO PARTE		
BARRA DA TIJUCA	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO		UF CEP RJ 22621-180		
NIRE 31999239339	CNPJ	1 a			
ENDEREÇO AV RONDON PACHECO		núмеrо 5443	COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO CUSTODIO PEREIRA	MUNICÍPIO UBERLANDIA		u _F MG	38400-655	
NIRE 26999063644	CNPJ				
ENDEREÇO AV ANTONIO DE GOES		NÚMERO COMPLEMI 617 PARTE			
BAIRRO PINA	MUNICIPIO RECIFE		uF PE	51110-000	
NIRE 41999168642	CNPJ				
ENDEREÇO AV PRESIDENTE ARTUR DA SIL		NÚMERO 391	COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO PORTAO	MUNICIPIO CURITIBA		UF PR	80320-300	
NIRE 35904990094	CNPJ 61.198.164/0289-27				
ENDEREÇO RUA GUAIANASES, 1238	TRUMPING T	NÚMERO 3 AN.	COMPLEMENTO LADO B		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO	MUNICIPIO:		01204-002	
NIRE 41999171821	CNPJ .				
ENDEREÇO RUA AUGUSTO RIBAS	TO STATE OF THE ST	NÚMERO 190	COMPLEMENTO		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO PONTA GROSSA	MUNICIPIO		CEP 84010-300	
NIRE 54999054915	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA JOAQUIM TEIXEIRA ALVES		NÚMERO 1.280	COMPLEMENTO PARTE		
BÁIRRO CENTRO	MUNICÍPIO DOURADOS		uf MS	79801-014	
NIRE 42999130514	CNPJ		7		
ENDEREÇO AVENIDA GOVERNADOR IVO S	ILVEIRA	и́мего 2.449	COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	

*				250	
				250	
				1	
CAPOEIRAS	FLORIANOPOLIS		sc	88085-001	
NIRE 31999218579	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA AFONSO PENA		número 1700	PARTE		
BAIRRO CENTRO	BELO HORIZONTE		MG CEP 30130-005		
NIRE 51999047762	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA MIGUEL SUTIL		NÚMERO 7.707	PARTE		
DUQUE DE CAXIAS	MUNICIPIO CUIABA	alest	ur MT	78040-070	
NIRE 33999238989	CNPJ	A Zell			
ENDEREÇO ESTRADA DO TINDIBA	(E19) (1) A	NÚMERO 2,545	COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO TAQUARA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO		uF RJ	22730-261	
NIRE 33999239098	CNPJ		SFA		
NDEREÇO AVENIDA LOBO JUNIOR		NÚMERO 1,502	COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO PENHA	MUNICIPIO RIO DE JANEIRO	AND	UF RJ	21020-122	
NIRE 33999239284	CNPJ		WIZ		
ENDEREÇO ALAMEDA SAO BOAVENTURA	ECO PARA TENE		COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO FONSECA	MUNICÍPIO NITEROI	30	ur RJ	24130-005	
NIRE 52999067632	CNPJ	TEL TO	Sales Control of the		
ENDEREÇO AVENIDA T7, 661, PARTE,	a San	NÚMERO QD.39	COMPLEMENTO LOTES 1 E 2		
BAIRRO SETOR BUENO	MUNICÍPIO GOIANIA		UF GO	74210-260	
NIRE 43999116679	CNPJ				
ENDEREÇO AVENIDA IPIRANGA		NÚMERO 5790	COMPLEMENTO PARTE		
BAIRRO AZENA	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE		ur RS	90610-000	
NIRE 53999057778	CNPJ :				
ENDEREÇO Q 508, PARTE, SCR/S, BL. B, LOJ/		NÚMERO	COMPLEMENTO	-	

BAIRRO RECANTO DAS EMAS	MUNICIPIO BRASILIA			CEP 72660 000	
NEOANTO DAS EMAS	BRASILIA	V	DF	72660-000	
35905026721	CNPJ				
ENDEREÇO AV DOM LUCIO		NÚMERO 27	COMPLEMENTO LJ 11		
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO BOTUCATU		UF SP	18602-092	
NIRE 32999045403	CNPJ				
ENDEREÇO AV. NICOLA BIANCARDI		NÚMERO 650	Account of the Committee of the Committe		
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO LINHARES	THEND	UF ES	29900-206	
NIRE 53999044960	GNPJ		h		
ENDEREÇO SIA TRECHO 17, RUA VIA IA-4		NÚMERO S/N			
BAIRRO ZONA INDUSTRIAL	MUNICIPIO BRASILIA	David !	uf DF	71200-260	
NIRE 33901361256	CNPJ 61.198.164/0299-07	100	NY		
ENDEREÇO RUA 33		número COMPLEMENTO 117 LOJA 03			
BAIRRO VILA SANTA CECILIA	MUNICIPIO VOLTA REDONDA	116	UF RJ	27259-350	
NIRE 35905089471	CNPJ 61.198.164/0298-18		5		
ENDEREÇO RUA NESTOR PESTANA	40.XC3mala	NÚMERO 101	COMPLEMENTO BOX 180 - TER		
BAIRRO CONSOLACAO	MUNICIPIO SAO PAULO		uF SP	01303-010	
NIRE 35905085620	CNPJ 61.198.164/0297-37	TAL			
ENDEREÇO RUA FORMOSAE PRACA RAMOS DE AZEVEDO,206		NÚMERO 367	CJ 710/740		
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01037-910	
NIRE 35905125443	CNPJ 61.198.164/0300-77				
ENDEREÇO RUA GUAIANASES, 1238		NÚMERO 3 AN.	COMPLEMENTO LADO B, PARTE		
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01204-002	
NIRE 27900039496	CNPJ 61.198.164/0027-07				
ENDEREÇO	3		COMPLEMENTO		

NIRE 35905931318	61.198.164/0309-05				
		42	JSF	01217-010	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		UF SP	CEP	
ALAMEDA RIBEIRO DA SILVA		115	N 121		
35905912976 ENDEREÇO	61.198.164/0308-24	NÚMERO	COMPLEMENTO		
NIRE	CNPJ				
CENTRO	RIO DE JANEIRO		RJ	20040-030	
RUA DO OUVIDOR BAIRRO	MUNICÍPIO	54	TERREO	CEP	
ENDEREÇO PLIA DO OLIVIDOR		NÚMERO COMPLEMENTO			
NIRE 33999822303	CNPJ	To the same of the			
IGUACU	IPATINGA	TAT TAY	MG	35162-036	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	
ENDEREÇO AVENIDA BRASIL		NÚMERO 330			
31999828563	TAO ASSAULT	12-47	A Land		
NIRE .	CNPJ	AND THE PARTY OF		10.0.012	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		ur SP	CEP 01216-012	
ENDEREÇO ALAMEDA BARAO DE PIRACICAE	1.37. VEL 49. 19.37.1		TORRE A-8 AND		
35905751891	130/1-6x III				
NIRE	CNPJ	Allen A	3 H (b)		
BAIRRO CENTRO	MUNICIPIO PETROLINA		UF PE	56302-380	
RUA CICERO POMBO	NAT TO III	186-A	COMPLEMENTO	MPLEMENTO	
26999808101 ENDEREÇO	- (X 1//) - (A - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	NÚMERO COMPLEMENTO			
NIRE	CNPJ	10000	431		
GUANABARA	CAMPINAS	M LANG	SP	13076-260	
RUA OSWALDO CRUZ	MUNICÍPIO	505	UF	CEP	
ENDEREÇO	ASTA	NÚMERO	C. Service and C. Ser		
35905608363	61.198.164/0303-10	61.198.164/0303-10			
- other f		St. Company	10,	10.2.0012	
BAIRRO CAMPOS ELISEOS	MUNICIPIO SAO PAULO		SP	GEP 01216-012	
ALAMEDA BARAO DE PIRACICABA		653			
ENDEREÇO	01.130.104/0302-33	NÚMERO	COMPLEMENTO		
NIRE 35905223771	CNPJ 61.198.164/0302-39				
JATIUCA	MACEIO		AL	57035-780	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	
RUA MARIO PALMEIRA JUNIOR					



ENDEREÇO AVENIDA IBIRAPUERA		NÚMERO 2033	COMPLEMENTO 1,8 E 9 AN	
BAIRRO INDIANOPOLIS	MUNICIPIO SAO PAULO	165	UF SP	CEP 04029-901
NIRE 35905931300	CNPJ 61.198.164/0310-49	1 H (0)		
ENDEREÇO AVENIDA BRASIL	A	NÚMERO 1640	COMPLEMENTO PARTE	
BAIRRO JARDIM AMERICA	MUNICIPIO SAO PAULO	\	UF SP	CEP 01430-001
NIRE 35905948130	CNPJ 61.198.164/0312-00			
ENDEREÇO AVENIDA SAO MIGUEL	NEAL	и́шего 6257	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA NORMA	MUNICÍPIO SAO PAULO	A EST	UF SP	08070-002

e energy	ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO								
DATA 30/07/2020	NÚMERO 282.643/20-5	1199							
	ARQUIVAMENTO	DE A.R.D., DATADA DE:	05/03/2020. ATA						
	INCLUSÃO/ALTER	RAÇÃO DE CNPJ: NIRE 4	1900107590, CNPJ 61.198.164/0	013-01					
				ERADO PARA AVENIDA PRESIDEN E A.R.D., DATADA DE: 05/03/2020.	TE GETULIO				

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300041089 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 30/07/2020







Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 137640353, sexta-feira, 31 de julho de 2020 às 15:32:27.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.198.164/0001-60 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DATA DE ABEI 09/02/1966					
NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COMP	PANHIA DE SEGUROS GERAIS						
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)				PORTE DEMAIS		
	VIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL seguradora de seguros não vida						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT 65.11-1-01 - Sociedade s	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS seguradora de seguros vida						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 205-4 - Sociedade Anôn	UREZA JURÍDICA I ima Fechada						
LOGRADOURO AV RIO BRANCO		NÚMERO 1489	COMPLEMENTO RUA GUAIAN	NASES, 1238			
CEP 01.205-001	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP		
ENDEREÇO ELETRÓNICO SOLICITACOES.SOCIET	TARIO@PORTOSEGURO.COM.BR	TELEFONE (11) 2393-676	32				
ENTE FEDERATIVO RESPONSA	VEL (EFR)	or Abres	erlie, J	Date 1.79			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	342/11/14			ATA DA SITUAÇÃO C 3/11/2005	ADASTRAL		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL						
	10 4 4 4						

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 31/07/2020 às 10:38:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:19:13 do dia 18/12/2019 <hora e data de Brasília>. Válida até 15/06/2020.

Código de controle da certidão: 6ACD,8CE5,A4AD.5C1C Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

MS n° 5021097-18.2019.4.03.6100 da 7° Vara Cível Federal de São Paulo.

the first territory and a summer in the





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/03/2020 | Edição: 57 | Seção: 1 | Página: 33 Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

PORTARIA CONJUNTA Nº 555, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no § 5º do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolvem:

Art. 1º Fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

Procurador-Geral da Fazenda Nacional

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº SFP-CER-2020/02366

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Inscrição Estadual: 108.377.122.112 CNPJ: 61.198.164/0001-60

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO, 1489, CAMPOS ELISEOS, SÃO PAULO - SP, CEP: 01205-001

Situação Cadastral: Ativo

Posto Fiscal de vinculação: DRTC II/PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

REF. PROTOCOLO SFP-EXP-2020/106334

Não constam débitos fiscais não inscritos em dívida ativa relativos a ICMS até a presente data.

OBSERVAÇÕES:

Este documento não pode ser considerado como certidão negativa para todos os tributos estaduais, uma vez que o contribuinte solicitou a realização de pesquisa apenas para débitos relativos ao(s) tributo(s) ICMS. Assim, débitos relativos ao IPVA e ITCMD não foram objeto de pesquisa para esta certidão.

Finalidade: Licitação | Concorrência Pública

- Esta certidão NÃO versa sobre: (a) Eventuais débitos fiscais de outros estabelecimentos do interessado; (b) Outros débitos de tributos eventualmente não mencionados acima; (c) Débitos inscritos em dívida ativa do estado. Certidão para este último fim deverá ser emitida por meio eletrônico no endereço: http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br;
- 2 Esta certidão só se aplica ao estabelecimento (matriz ou filial) acima indicado, não incluindo outros estabelecimentos da mesma empresa, ficando ressalvado o direito da Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados. Tratando-se de certidão emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados a existência de débito para pessoa jurídica da qual o interessado possa ser sócio.
- 3 A taxa de fiscalização e serviços diversos foi devidamente recolhida nos termos da legislação vigente.
- 4 Prazo de validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT nr. 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98).

DRTC II/PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

Data:

29 de junho de 2020.

Responsável:

TOMAS BOLOGNANI MARTINS AGENTE FISCAL DE RENDAS

Certidão emitida nos termos das Portarias CAT 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98) e CAT 135 de 18/12/2014 (DOE de 19/12/2014).

EMITIDO POR:

TOMAS BOLOGNANI MARTINS CHEFE DRTC II/PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

as R Wallett MD : Enforce is a.

CELSO ESPINDOLA PINHEIRO AGENTE FISCAL DE RENDAS

n estabalacimento (m. riz cu Classif. documental 018.02.02.071



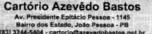
Assinado com senha por CELSO ESPINDOLA PINHEIRO - 29/06/20 às 14:11:31 e TOMAS BOLOGNANI MARTINS - 29/06/20 Documento Nº: 6099092-5909 - consulta à autenticidade em

www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6099092-5909

SIGA

















Assinado com senha por CELSO ESPINDOLA PINHEIRO - 29/06/20 às 14:11:31 e TOMAS BOLOGNANI MARTINS - 29/06/20 às 14:47:31.

as 14.47.31.

Documento Nº: 6099092-5909 - consulta à autenticidade em

www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6099092-5909



Autenticação Digital Código: 102270207205898372651-2 Data: 02/07/2020 15:00:53 Valor Total do Ato: R\$ 4,56 Selo Digital Tipo Normal C: AKD78647-L2JA;









2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL **ESTADO DA PARAÍBA** CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS

FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

> Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc..

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes^a.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paralba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 02/07/2020 15:08:47 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 102270207205898372651-1 102270207205898372651-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10,406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13,105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b8f5b38ba760bc3525d596b0f11fec42371c9978660d37e25e1046fe02804ae4a8d9f9b1483d702cdafa520efa459 d9f0c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e











PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Divida Ativa

CNPJ BASE:

61198164

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dividas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

> Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 61.198.164/0001-60 Situação

CDA

1.046.425.343, 1.046.425.365, 1.046.425.376, 1.046.425.387, 1.046.425.398, 1.046.425.432, 1.046.425.443, 1.046.425.498, 1.046.425.510, 1.046.425.521, 1.046.425.532, 1.046.425.543, 1.046.425.598, 1.046.425.810, 1.046.425.821, 1.046.425.832, 1.046.425.843, 1.046.425.854, 1.046.425.865, 1.046.425.876, 1.046.425.887, 1.046.427.608, 1.046.427.620, 1.046.834.052, 1.053.362.937, 1.053.363.291, 1.053.363.514, 1.053.364.468, 1.056.094.404, 1.056.095.269, 1.056.095.414, 1.063.671.244, 1.063.671.255, 1.063.671.277, 1.063.671.322, 1.063.671.377, 1.063.671.388, 1.063.671.499, 1.063.671,755, 1.063.671.844 1.063.671.933, 1.063.671.966, 1.063.671.977, 1.063.672.187, 1.063.690.408, 1.063.690.485, 1.063.690.541, 1.063.690.808, 1.063.691.084, 1.063.691.140. 1.063.691.184, 1.063.691.240, 1.063.691.351, 1.063.691.440, 1.063.695.080, 1.063.695.091, 1.063.695.170, 1.063.695.403, 1.063.695.425, 1.063.695.547, 1.063.695.614, 1.063.695.770, 1.063.695.791, 1.063.695.814, 1.063.695.847, 1.063.695.869, 1.063.695.947, 1.063.695.980, 1.063.695.980, 1.063.695.814, 1.063.6 1.063.696.124, 1.063.696.168, 1.063.696.190, 1.063.696.202, 1.063.696.468, 1.063.696.524, 1.063.696.657, 1.063.700.356, 1.063.700.456, 1.063.7 1.063.700.634, 1.063.700.734, 1.063.700.823, 1.063.700.890, 1.063.700.912, 1.063.700.989, 1.063.701.233, 1.063.701.244, 1.063.701.277, 1.063.701.322 1.063.701.422, 1.063.701.466, 1.063.701.611, 1.063.701.633, 1.063.701.733, 1.063.701.899, 1.063.705.551, 1.063.705.851, 1.063.705.895, 1.063.705.805, 1.065.805, 1.065.805, 1.065.805, 1.065.805, 1.065.805, 1.065.805, 1.065.805, 1.065.805, 1.065.805 1.063.706.240, 1.063.706.283, 1.063.706.339, 1.063.706.528, 1.063.706.639, 1.063.706.640, 1.063.706.828, 1.063.706.840, 1.063.706.840, 1.063.706.972, 1.063.706.983 $1.063.707.016,\ 1.063.707.150,\ 1.063.707.205,\ 1.066.893.642,\ 1.066.893.731,\ 1.066.896.883,\ 1.066.896.950,\ 1.066.897.127,\ 1.066.897.193,\ 1.066.897.193,\ 1.066.897.193,\ 1.066.89$ 1.066.932.396, 1.066.932.519, 1.066.932.641, 1.066.932.685, 1.066.932.730, 1.066.932.908, 1.066.932.941, 1.066.932.952, 1.066.932.963, 1.066.932.908, 1.066.932.908, 1.066.932.908, 1.066.932.963, 1.066.932.963, 1.066.932.968, 1.066.968, 1.06 1.066.933.230, 1.066.933.351, 1.066.933.362, 1.066.933.451, 1.066.933.618, 1.066.933.630, 1.066.933.784, 1.066.934.028, 1.066.934.039, 1.066.934.250, 1.066.934.383, 1.066.934.428, 1.066.934.450, 1.066.934.617, 1.066.934.661, 1.066.934.672, 1.066.934.717, 1.066.934.772, 1.072.115.400, 1.072.115.433, 1.072.115.455, 1.072.115.466, 1.072.115.588, 1.072.115.600, 1.072.115.633, 1.072.115.644, 1.072.115.700, 1.072.115.711, 1.072.115.733, 1.072.115.766, 1.072.115.800, 1.072.115.944, 1.072.115.977, 1.072.115.988, 1.072.115.999, 1.072.116.043, 1.072.116.165, 1.072.116.210, 1.072.116.454, 1.072.116.465, 1.072.116.600, 1.072.116.665, 1.072.116.676, 1.072.116.721, 1.072.116.798, 1.072.116.821, 1.072.116.832, 1.072.116.921, 1.072.116.954, 1.072.116.976, 1.072.117.031, 1.072.117.064, 1.072.117.086, 1.072.117.153, 1.072.117.397, 1.072.117.609, 1.072.117.820, 1.072.117.897, 1.072.117.953, 1.072.118.285, 1.072.118.296, 1.072.118.320, 1.072.118.341, 1.072.118.352, 1.072.118.374, 1.072.118.563, 1.072.118.603, 1.072.118.708, 1.072.118.700, 1.072.118.701, 1.072.1 1.072.118.896, 1.072.118.985, 1.072.118.996, 1.072.119.030, 1.072.119.195, 1.072.119.229, 1.072.119.295, 1.072.119.307, 1.072.119.407, 1.072.119.440, 1.072.119.473, 1.072.119.562, 1.072.119.640, 1.072.119.718, 1.072.119.751, 1.072.119.762, 1.072.119.818, 1.072.120.036, 1.072.120.280, 1.072.120.591, 1.072.120.769, 1.072.120.814, 1.072.120.858, 1.072.120.869, 1.072.121.124, 1.072.121.313, 1.072.134.496, 1.072.134.796, 1.072.134.830, 1.072.134.896, 1.072.134.919, 1.072.135.151, 1.072.135.162, 1.072.135.195, 1.072.135.251, 1.072.135.473, 1.072.135.540, 1.072.135.618, 1.072.135.730, 1.072.135.762, 1.072.136.040, 1.072.136.161, 1.080.865.760, 1.080.866.070, 1.080.866.081, 1.080.866.104, 1.080.867.858, 1.080.867.869, 1.080.867.870, 1.080.868.246, 1.083.718.547, 1.091.673.568, 1.091.673.579, 1.091.673.590, 1.128.134.703, 1.128.134.714, 1.128.681,258, 1.128.681.269, 1.128.681.270, 1.129.415.015, 1.129.415.059, 1.130.614.141, 1.130.616.561, 1.132.229.171, 1.132.229.182, 1.132.229.205, 1.132.229.216, 1.132.229.288, 1.132.229.249, 1.132.229.250, 1.133.495.451, 1.133.495.462, 1.133.495.473, 1.136.598.444, 1.136.598.544, 1.136.598.555, 1.136.598.588, 1.138.881.170, 1.138.881.180, 1.156.047.071,

Relativos a: Multa Ipca

1 157 283 624

Origem:

DRTC - I

CNPJ: Inscrito / Suspenso

CDA

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON 61.198.164/0001-60 108377122112

Local de emissão : Responsável:

CRDA nº 26158441

Folha

2 1 de

Data e hora da emissão 14/07/2020 12:20:14 (horário de Brasilia)

Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS)

mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998

(DOE de 02/04/1998).







PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Divida Ativa

CNPJ BASE:

61198164

1.265.649.133

Relativos a: IPVA

Origem:

SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 61.198.164/0034-28 Situação: Inscrito / Suspenso

CDA

1.073.243.755

Relativos a: IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 61.198.164/0155-15

Situação: Inscrito / Suspenso

CDA

1.063.367.100, 1.056.096.668, 1.063.677.716, 1.063.677.816, 1.063.677.827, 1.063.677.882, 1.063.677.893, 1.063.677.960, 1.063.678.004, 1.063.678.015, 1.063.678.037, 1.063.678.081, 1.063.678.081, 1.063.678.148, 1.063.678.204, 1.063.678.25, 1.063.678.25, 1.063.678.260, 1.063.678.281, 1.063.678.281, 1.063.678.292, 1.063.678.481, 1.063.678.492, 1.063.678.559, 1.063.678.670, 1.063.678.681, 1.063.678.737, 1.063.678.748, 1.063.678.792, 1.063.678.281, 1.063.678.281, 1.063.678.281, 1.063.678.281, 1.063.678.792, 1.063.678.281, 1.063.67

Anotação SEFAZ:

A CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA PARA OS DÉBITOS ACIMA CITADOS CONFORME MANIFESTAÇÃO DA D. SUBPROCURADORIA FISCAL PF-5 EXARADA EM 13/07/2020 NO PGE-EXP-20568/2020.

PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ A PRESENTE DATA.

Final de Codidão		

Local de emissão : DRTC - I	Responsável :
CPDA 20 20150444	A KARA TARIKA RAKA MARA TARIKA 2 da 2

Data e hora da emissão 14/07/2020 12:20:14 (horário de Brasilia)

Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998

(DOE de 02/04/1998).







ml

PREFEITURA DE SÃO PAULO

FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número:

0302971 - 2020

CPF/CNPJ Raiz:

61.198.164/

Contribuinte:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Liberação:

09/04/2020

Validade:

06/10/2020

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Servicos - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Residuos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITB

Unidades Tributárias:

CCM 1.204.467-9- Inicio atv :21/12/1945 (AV RIO BRANGO, 01489 - CEP: 01205-001)

CCM 8.258.319-6- Inicio atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)

CCM 4.105.384-2- Inicio atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200)

CCM 4.599.172-3- Inicio atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051)

CCM 4.599.169-3- Inicio atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001)

CCM 5.774.569-2- Inicio atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010)

CCM 2.924.848-5- Inicio atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)

CCM 3.910.998-4- Inicio atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003)

CCM 6.573.036-4- Inicio atv :02/10/2019 (AV SAO MIGUEL, 6257 - CEP: 08070-002)

CCM 2.006.668-6- Inicio atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00059 - CEP: 04655-000 - Cancelado em: 15/05/2018)

CCM 2.426.705-8- Inicio atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)

CCM 9.660.535-9- Inicio atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SQUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)

CCM 3.414.141-3- Inicio atv :27/04/2005 (AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 05090 - CEP: 05340-002)

CCM 2.240.455-4- Inicio atv :29/04/1993 (R VERENA, 99999 - CEP: 03614-010)

CCM 9.713.239-0- Inicio atv :31/01/1990 (R AZEVEDO SOARES, 01043 - CEP: 03322-001)

CCM 9.713.176-8- Inicio atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 - Cancelado em: 12/06/2015)

CCM 9.713.175-0- Inicio atv :31/01/1990 (AV PACAEMBU, 00035 - CEP: 01155-000)

CCM 9.566.847-0- Inicio atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)

CCM 9.566.850-0- Inicio atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)

CCM 2.103.343-9- Inicio atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 10:41:04 horas do dia 09/04/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: A17A53E6





PREFEITURA DE SÃO PAULO

FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.722.285-6- Inicio atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)

CCM 9.772.192-1- Inicio atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)

CCM 9.796.356-9- Inicio atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020)

CCM 9.324.577-7- Inicio atv :14/07/1986 (R BOM PASTOR, 00975 - CEP: 04203-051)

CCM 9.324.581-5- Inicio atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 - Cancelado em: 27/07/2018)

CCM 2.424.702-2- Inicio atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010)

CCM 9.412.797-2- Inicio atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001) ...

CCM 2.196.364-9- Inicio atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)

CCM 2.196.358-4- Inicio atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)

CCM 9.403.257-2- Inicio atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

CCM 9.507.503-8- Inicio atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001.)

CCM 9.511.680-0- Inicio atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100)

CCM 2.024.555-6- Inicio aty :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP, 08070-002 - Cancelado em: 03/11/2015)

CCM 2.031.982-7- Inicio atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020)

CCM 2.420.487-0- Inicio atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001)

CCM 9.545.153-6- Inicio atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)

CCM 9.550.197-5- Inicio atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)

CCM 9.550.192-4- Inicio atv :18/08/1988 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

CCM 2.243.010-5- Inicio atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)

CCM 2.437.324-9- Inicio atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)

CCM 2.499.542-8- Inicio atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)

CCM 2.532.515-9- Inicio atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000)

CCM 2.531.864-0- Inicio atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000)

CCM 2.531.867-5- Inicio atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001)

CCM 2.531.869-1- Inicio atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-011)

CCM 2.597.485-8- Inicio atv :30/04/1997 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250)

CCM 2.681.522-2- Inicio aty :05/03/1998 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00164 - CEP: 05106-010)

CCM 2.705.146-3- Inicio atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)

CCM 2.692.501-0- Inicio atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)

CCM 2.711.762-6- Inicio atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001)

CCM 2.850.825-4- Inicio atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 - Cancelado em: 22/10/2015)

CCM 2.851.979-5- Inicio atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002)

CCM 2.878.007-8- Inicio atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310)

CCM 2.911.318-0- Inicio atv :09/05/2000 (AL Barão de Piracicaba, 00618 - CEP: 01216-012)

CCM 2.942.029-6- Inicio atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001)

CCM 2.942.053-9- Inicio atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010)

CCM 3.005.872-4- Inicio atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 10:41:04 horas do dia 09/04/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: A17A53E6



PREFEITURA DE SÃO PAULO

FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.057.201-0- Inicio atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000)

CCM 3.065.489-0- Inicio atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 22/07/2015)

CCM 3.097.288-4- Inicio atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000)

CCM 3.140.905-9- Inicio atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)

CCM 3.149.170-7- Inicio atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001)

CCM 3.466.062-3- Inicio atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021)

CCM 3.671.260-4- Inicio atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100)

CCM 3.737.075-8- Inicio atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00266 - CEP: 01217-000.)

CCM 3.782.376-0- Inicio atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001)

CCM 3.793.695-6- Inicio atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)

CCM 3.798.860-3- Inicio atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 - Cancelado em: 24/09/2012)

CCM 3.846.507-8- Inicio atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140)

CCM 3.856.884-5- Inicio atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000)

CCM 3.886.857-1- Inicio atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 - Cancelado em: 04/07/2012)

CCM 3.967.729-0- Inicio atv :11/05/2009 (AV IPIRANGA, 00324 - CEP: 01046-010)

CCM 3.970.662-1- Inicio atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010)

CCM 3.992.228-6- Inicio atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 91307 - CEP: 04063-002)

CCM 3.992.225-1- Inicio atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP; 01217-010)

CCM 3.992.218-9- Inicio atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061)

CCM 3.992.220-0- Inicio atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 - Cancelado em: 03/07/2013)

CCM 3.992.223-5- Inicio atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100)

CCM 3.992.219-7- Inicio atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003)

CCM 3.994.203-1- Inicio atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010)

CCM 4.043.011-1- Inicio atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)
CCM 4.043.008-1- Inicio atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012)

COM 4.040.000-1- IIIIGID ALV . 100012010 (AE BAI 040 BE 1 II 040 IDABA, 00014 - CE1 . 0

CCM 4.101.634-3- Inicio etv :01/06/2010 (R TURIASSU, 00770 - CEP: 05005-000)

CCM 4.101.631-9- Inicio atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 12/12/2012)

CCM 4.237.676-9- Inicio.atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 - Cancelado em: 15/05/2018)

CCM 4.237.670-0- Inicio atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000)

CCM 4.294.695-6- Inicio atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001)

CCM 4.332.047-3- Inicio atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 - Cancelado em: 01/08/2018)

CCM 4.464.247-4- Inicio atv :18/01/2012 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000)

CCM 4.577.624-5- Inicio atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 - Cancelado em: 28/08/2018)

CCM 4.577.625-3- Inicio atv :04/07/2012 (AV S JOAO, 00313 - CEP: 01035-000)

CCM 4.578.935-5- Inicio atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)

CCM 4.660.688-2- Inicio atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030)

CCM 4.685.191-7- Inicio atv :16/01/2013 (AV TTE JOSE JERONIMO DE MESQUITA, 00402 - CEP: 02146-000)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 10:41:04 horas do dia 09/04/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: A17A53E6



PREFEITURA DE SÃO PAULO

FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 4.719.551-7- Inicio atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001)

CCM 6.443.965-8- Inicio atv :17/10/2014 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001)

CCM 5.686.992-4- Inicio atv :22/12/2014 (R Alvarenga, 01653 - CEP: 05509-003)

CCM 5.686.986-0- Inicio atv :22/01/2016 (R Nestor Pestana, 00101 - CEP: 01303-010)

CCM 5.252.452-3- Inicio atv :08/05/2015 (R GUAIANASES, 01238 - CEP: 01204-002)

CCM 5.483.272-1- Inicio atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001)

CCM 5.610.121-0- Inicio atv :02/01/2017 (AL Barão de Piracicaba, 00653 - CEP: 01216-012)

CCM 6.437.282-0- Inicio atv :07/02/2019 (AL BR DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)

CCM 6.530.316-4- Inicio atv :20/08/2019 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00115 - CEP: 01217-011.

CCM 6.438.562-0- Inicio atv :05/09/2019 (AV BRASIL, 01640 - CEP: 01430-001)

CCM 6.438.561-2- Inicio atv :05/09/2019 (AV IBIRAPUERA, 02033 - CEP: 04029-901)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dividas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: REGULAR. CERTIFICO QUE A PRESENTE CERTIDÃO É EMITIDA POR FORÇA DE LIMINAR OBTIDA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 1503815-54.2020.8.26.0090.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 10:41:04 horas do dia 09/04/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: A17A53E6



mo

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número:

0000266760-2020

Número do Contribuinte:

008.016.0054-5

CEP: 01205-001

Nome do Contribuinte:

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Local do Imóvel:

AV RIO BRANCO

, 01475.

CAMPOS ELISIOS

Cep:

01205-001

Liberação:

26/03/2020

Validade:

22/09/2020

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dividas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: REGULAR. . CERTIFICO MAIS QUE CONSTAM DÉBITOS RELATIVOS ÀS NL-1 DOS EXERCÍCIOS DE 2014 A 2019. HÁ MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PGM FISC DE QUE NÃO HÁ ÓBICE PARA EMISSÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL, CONFORME SEI 6017.2020/0012444-1.***

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

e roon. Taur de Crimatria

Certidão emitida às 09:14:26 horas do dia 26/03/2020 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 8F07BAAF

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.198.164/0001-60

Razão Social:PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Endereço: AV RIO BRANCO 1485/9 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO

PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:30/07/2020 a 28/08/2020

Certificação Número: 2020073008460243025322

Informação obtida em 30/07/2020 08:57:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.198.164/0001-60 Certidão nº: 13487601/2020

Expedição: 12/06/2020, às 10:51:28

Validade: 08/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

* Lead & Bar Territor





MINISTÉRIO DA FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61198164000160, está autorizada a operar, conforme DECRETO N°20138, publicado(a) no D.O.U. de 13/12/1945, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

MINISTELO DE LAZADA.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: CR05886_27072020_152619_888

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 27 de Julho de 2020.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com sede na cidade São Paulo, CNPJ 61198164000160, possui os seguintes diretores:

	Nome	Car	go
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES		Diretor	
CAROLINA HELENA ZWARG		Diretor	
CELSO DAMADI		Diretor	
EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL		Diretor	
FÁBIO OHARA MORITA		Diretor	
FERNANDA HAYDEE PASQUARELLI		Diretor	
JAIME SOARES BATISTA		Diretor	
JARBAS DE MEDEIROS BACIANO		Diretor	
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA		Diretor	
LENE ARAUJO DE LIMA		Diretor	
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES		Diretor	
MARCELO BARROSO PICANÇO		Diretor	
MARCELO SEBASTIAO DA SILVA		Diretor	
MARCELO ZORZO		Diretor	
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO		Diretor	
MARCOS ROGÉRIO SIRELLI		Diretor	
RAFAEL VENEZIANI KOZMA		Diretor	
ROBERTO DE SOUZA SANTOS		Presidente	
SONIA APARECIDA BELEZI RICA		Diretor	
TIAGO VIOLIN		Diretor	

Código da Certidão: CA05886_27072020_152732_027 Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 27 de Julho de 2020.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

SES - SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA SUSEP

versão 4.0

Opção escolhida: Seguradoras: Limite de Retenção

Empresa: 05886 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Valores válidos para o período de agosto até outubro de 2020

Exporta para Ms Excel®

Voltar

Obs: O arquivo exportado terá terminação .xls, mas por dentro será escrito em html. Esse fato poderá gerar uma mensagem de erro do Ms Excel®, que deverá ser ignorada.

Ramo	Limite de Retenção (R\$)
0111 - INCÊNDIO TRADICIONAL	1.453.066
0112 - Assistência - Bens em Geral	1.453.066
0114 - Compreensivo Residencial	5.812.265
0115 - ROUBO	1.453.066
0116 - Compreensivo Condomínio	5.812.265
0118 - Compreensivo Empresarial	10.000.000
0141 - LUCROS CESSANTES	10.000.000
0167 - RISCOS DE ENGENHARIA	5.283.705
0171 - RISCOS DIVERSOS	5.812.265
0173 - GLOBAL DE BANCOS	1.453.066
0195 - Garantia Est./Ext.Gar-Bens em Geral	1.453.066
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	1.453.066
0234 - RISCOS DE PETRÓLEO	1.453.066
0310 - R.C.Administradores e Diretores-D&O	1.453.066
0313 - R. C. Riscos Ambientais	1.453.066
0351 - R. C. Geral	5.812.265
0378 - R. C. Profissional	4.096.255
0433 - Marítimos	1.453.066
0435 - AERONÁUTICOS	1.453.066
0437 - RESPONSABILIDADE CIVIL HANGAR	1.453.066
0457 - D. P. E. M.	1.453.066
0520 - Acidentes Pessoais Passageiros-APP	5.812.265
0524 - Garantia Est./ Exten. Garantia–Auto	1.453.066
0525 - Carta Verde	2.753.296
0531 - Automóvel - Casco	5.812.265
0542 - Assistência e Outras Cobert Auto	5.812.265
0544 - R.C.T.Viagem Intern-Pes Trans ou ñ	1.453.066
0553 - R. C. Facultativa Veículos - RCFV	5.812.265
0621 - TRANSPORTE NACIONAL	40.000.000
0622 - TRANSPORTE INTERNACIONAL	40.000.000
0627 - Resp. Civil do Transp. Intermodal	1.453.066

0628 - RCTR-P Municipal/Intermunicipal	5.812.265
0632 - R.C.Trans.Carga Viag.IntRCTR-VI-C	40.000.000
0638 - R.C.Trans. Ferroviário Carga–RCTF-C	1.453.066
0644 - R.C. Viag.Int. Pessoas - Carta Azul	40.000.000
0652 - R. C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	40.000.000
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga–RCTR-C	40.000.000
0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga–RCF-DC	40.000.000
0656 - R.C. Trans. Aquaviário Carga–RCA-C	40.000.000
0658 - R.C.Operador Transp. MultiRCOTM-C	1.453.066
0739 - Garantia Financeira	2.600.000
0740 - Garantia de Obrigações Privadas	2.600.000
0745 - Garantia de Obrigações Públicas	2.600.000
0746 - FIANÇA LOCATÍCIA	21.000.000
0747 - Garantia de Concessões Públicas	2.600.000
0750 - Garantia Judicial	2.600.000
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	2.600.000
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	2.600.000
0860 - Crédito Doméstico Risco Comercial	1.453.066
0870 - Crédito Doméstico Risco P.Física	1.453.066
0929 - Funeral 1752 (APR 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	5.812.265
0969 - Viagem	1.453.066
0977 - Prestamista (exceto Habit e Rural)	5.812.265
0980 - Educacional Wash Charles ACA C	1.453.066
0981 - ACIDENTES PESSOAIS - INDIVIDUAL	1.453.066
0982 - Acidentes Pessoais	5.812.265
0987 - Desemprego/Perda de Renda	5.283.705
0990 - Eventos Aleatórios	5.812.265
0991 - Vida CATÍCIA	5.283.705
0993 - VIDA EM GRUPO	5.812.265
1101 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	5.000.000
1102 - Seguro Agrícola com cob. do FESR	5.000.000
1103 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR	5.000.000
1104 - Seguro Pecuário com cob. do FESR	5.000.000
1107 - Seguro Florestas sem cob. do FESR	5.000.000
1108 - Seguro Florestas com cob. do FESR	5.000.000
1130 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	5.000.000
1162 - Penhor Rural (1164 Habit c Fatral)	5.000.000
1164 - Seguros Animais	1.453.066
1329 - Funeral PLESS AND AVIDAGE	5.812.265
1369 - Viagem 6 60018	5.812.265
1377 - Prestamista (exceto Habit. E Rural)	5.812.265
1380 - Educacional	1.453.066

27:

1381 - Acidentes Pessoais	5.812.265
1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal	5.812.265
1390 - Eventos Aleatórios	5.812.265
1391 - Vida	5.812.265
1433 - Marítimos (Cascos)	1.453.066
1457 - DPEM	1.453.066
1528 - R. C. Facult. para Aeronaves - RCF	1.562.534
1535 - Aeronáuticos (cascos)	1.562.534
1597 - Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-RETA	1.562.534
Total	607.878.615

Empresas selecionadas	05886
Mês	202005

275 me

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.:

61.198.164/0001-60

Razão Social:PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Endereço:

AV RIO BRANCO 1485/9 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO

PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/08/2020 a 16/09/2020

Certificação Número: 2020081801195494604081

Informação obtida em 31/08/2020 08:40:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

276

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

Relação das certidões emitidas por data de emissão

CNPJ: 61.198.164/0001-60 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Período: 18/12/2019 a 30/08/2020

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Informações complementares	Segunda via
6ACD.8CE5.A4AD.5C1C	Positiva com efeitos de negativa	18/12/2019 11:19:13	15/06/2020	Válida Prorrogada até 13/10/2020		(/Servicos/certidaointernet/PJ/Con

Válida Promogada: O prazo de validade desta certidão foi promogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar)

987503.702020 .3456 .4534 .3971448



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00070/2020

Às 09:12 horas do dia 18 de agosto de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 534/2019 de 01/01/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 139/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00070/2020. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Apólice de Seguro Para Veículo Marca Citroen, Modelo Aircross, Placas BDV 4C47, da Frota Municipal.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriuse em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: Pagamento Coberturas Seguro Veículo

Descrição Complementar: Seguro para veículo tipo CITROEN/AIRCROSS STARTMT ANO 2019/2020 5 LUGARES CHASSI 935SUNFN1LB529040 - PLA-CA BDV 4C47, demais características conforme Anexo I - Termo de Referência.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1

Valor Máximo Aceitável: R\$ 1.821,2900 Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: -

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pelo melhor lance de R\$ 450,0000 .

Histórico

Item: 1 - Pagamento Coberturas Seguro Veículo

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Globa	ora ro
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Não	Não	1	R\$ 1.675,7600	R\$ 1.675,7600 1	-,, 56,2020 10:01:08
	Descrição Det 2019/2020 5 LI Anexo I - Termo	JGARES CH	IASSI 935SUNFN1L	: Seguro para B529040 - PLA	veículo tipo CITR -CA BDV 4C47, d	OEN/AIRCROSS STA lemais característica	ARTMT ANO
61.074.175/0001-38	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	Não	Não	1	R\$ 1.820,0000	R\$ 1.820,0000 1	7/08/2020 15:29:02
	CITROEN/AIRCE	ROSS STAR	do Objeto Ofert TMT – ANO 2019/3 secretaria de Assista	2020, placas: P	ição de apólice PLACA BDV 4C47,	de seguro para para uso dos aten	o veículo dimentos e
90.180.605/0001-02	GENTE SEGURADORA SA	Não	Não	1	R\$ 1.821,2900	R\$ 1.821,2900 1	7/08/2020 08:45:36
	STARTMT ANO	2019/202	O Objeto Ofertad 0 5 LUGARES Ci nexo I - Termo de R	HASSI 935SUN	Seguro para vei IFN1LB529040 -	culo tipo CITROEN PLA-CA BDV 4C4	/AIRCROSS 17, demais
33.065.699/0001-27	SEGUROS SURA S.A.	Não	Não	1	R\$ 1.821,2900	R\$ 1.821,2900 1	7/08/2020 14:54:47
	Descrição Det	alhada do	Objeto Ofertado	: Seguro para	veículo tipo CITR	OEN/AIRCROSS ST	*T ANO

2019/2020 5 LUGARES CHASSI 935SUNFN1LB529040 - PLA-CA BDV 4C47, demais caracter

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Anexo I - Termo de Referência.

Valor do Lance R\$ 1.821,2900 CNPJ/CPF 90.180.605/0001-02 Data/Hora Registro

18/08/2020 09:12:36:297

https://www.comprasnet.gov.br/seguro/indexgov.asp

me.

	COMPRASNET - O SITE DE COMP	PRAS DO GOVERNO
R\$ 1.821,2900	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:12:36:297
R\$ 1.820,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:12:36:297
R\$ 1.675,7600	61.198.164/0001-60	18/08/2020 09:12:36:297
R\$ 1.600,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:15:46:920
R\$ 1.500,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:16:35:997
R\$ 1.450,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:17:21:280
R\$ 1.449,0000	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:18:17:527
R\$ 1.440,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:19:08:050
R\$ 1.400,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:19:08:687
R\$ 1.390,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:19:31:660
R\$ 1.389,0000	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:20:13:900
R\$ 1.380,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:20:31:107
R\$ 1.300,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:23:16:323
R\$ 1.370,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:23:35:397
R\$ 1.200,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:23:53:803
R\$ 1.190,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:24:01:090
R\$ 1.185,0000	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:24:15:887
R\$ 1.180,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:24:28:440
R\$ 1.150,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:24:59:193
R\$ 1.100,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:25:10:633
R\$ 1.101,0000	61.198.164/0001-60	18/08/2020 09:25:56:043
R\$ 1.090,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:26:11:980
R\$ 1.100,0000	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:26:26:087
R\$ 1.091,0000	61.198.164/0001-60	18/08/2020 09:26:37:740
R\$ 1.090,0100	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:27:01:867
R\$ 1.050,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:27:15:043
R\$ 1.049,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:27:36:063
R\$ 1.049,5000	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:29:09:730
R\$ 1.048,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:29:36:910
R\$ 1.000,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:30:00:203
R\$ 1.001,0000	61.198.164/0001-60	18/08/2020 09:30:17:093
R\$ 1.030,0000	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:31:02:863
R\$ 999,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:31:55:373
R\$ 998,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:32:05:5
R\$ 999,9900	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:34:03:5
R\$ 999,9800	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:34:29:34,
R\$ 997,5000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:34:55:010
R\$ 996,0000	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:35:14:840
R\$ 770,0000	33.065.699/0001-27	18/08/2020 09:38:15:000
R\$ 699,9700	61.074.175/0001-38	18/08/2020 09:38:52:597
R\$ 495,0000	90.180.605/0001-02	18/08/2020 09:39:04:547
	The second in the production of the control of the	

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

61.198.164/0001-60

Eventos	do	Item

R\$ 450,0000

Evento	Data	Observações
Aberto	18/08/2020 09:15:00	Item Aberto.
Início 1a Etapa da Disputa Fechada	18/08/2020 09:37:38	Início da etapa fechada. Fornecedores convocados: Fornecedores que apresentaram lance entre R\$ 996,0000 e R\$ 1.001,0000.
Encerrada Disputa Fechada	18/08/2020 09:42:38	Encerrada etapa fechada do item.
Encerrado	18/08/2020 09:42:38	Item encerrado.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo		Convocado para envio de anexo o fornecedor PORTO SEGURO COMPAN ¹ SEGUROS GERAIS, CNPJ/CPF: 61.198.164/0001-60.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo		Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor PORTO! COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ/CPF: 61.198.164/0001-60.
Aceite	18/08/2020 10:18:01	Aceite individual da proposta. Fornecedor: PORTO SEGURO COMPANHI, SEGUROS GERAIS, CNPJ/CPF: 61.198.164/0001-60, pelo melhor lance de κ\$



18/08/2020 09:42:05:923

Habilitado

450,0000.

18/08/2020 Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: PORTO SEGURO COMPANHIA DE 10:18:07 SEGUROS GERAIS - CNPJ/CPF: 61.198.164/0001-60

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

Troca de Mensage	ens	
	Data	Mensagem
Pregoeiro	18/08/2020 09:12:45	Senhores participantes, bom dia.
Pregoeiro	18/08/2020 09:13:14	Estamos iniciando a fase de lances do Pregão 702020.
Pregoeiro	18/08/2020 09:14:00	Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fecha-do", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
Pregoeiro	18/08/2020 09:14:12	A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o perío-do de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
Pregoeiro	18/08/2020 09:14:22	Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela pos-sam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramen-to deste prazo.
Pregoeiro	18/08/2020 09:14:33	Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os auto-res dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
Pregoeiro	18/08/2020 09:14:45	Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances se-gundo a ordem crescente de valores.
Pregoeiro	18/08/2020 09:15:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	18/08/2020 09:37:38	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 996,0000 e R\$ 1.001,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 09:42:37 do dia 18/08/2020.
Sistema	18/08/2020 09:42:38	A etapa fechada do item 1 foi encerrada.
Sistema	18/08/2020 09:42:38	O item 1 está encerrado.
Sistema	18/08/2020 09:42:38	Todos os itens estão encerrados. Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade".
Pregoeiro	18/08/2020 10:05:49	Para PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Senhor participante, pode melhorar seu preço?
Sistema	18/08/2020 10:07:28	Senhor fornecedor PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ/CPF: 61.198.164/0001-60, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	18/08/2020 10:08:01	Para PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Solicito o envio da proposta ajustada, conforme item 10.1 do Edital.
61.198.164/0001- 60	18/08/2020 10:08:42	Sr. Pregoeiro chegamos no nosso minimo.
Pregoeiro	18/08/2020 10:12:48	Para PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Ok. Obrigado pelo retorno e fico no aguardo da proposta ajustada.
Sistema	18/08/2020 10:16:22	Senhor Pregoeiro, o fornecedor PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ/CPF: 61.198.164/0001-60, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	18/08/2020 10:18:07	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	18/08/2020 10:18:26	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 18/08/2020 às 10:40:00.

F	ve	n	tos	d	0	D	ro	-	ã	^	
	ve	211	LUS	u	U	r	re	ч	a	u	

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	18/08/2020 10:18:07	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de	18/08/2020 10:18:26	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 18/08/2020 23 10:40:00.



Prazo

280 me

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 10:57 horas do dia 18 de agosto de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ONERIO CAMBRUZZI FILHO Pregoeiro Oficial

MICHELI LETICIA DIETRICH Equipe de Apoio



Voltar





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 Telefone (46) 3242-8600 85.560-000

e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel **CHOPINZINHO**

PARANÁ

ADJUDICAÇÃO

REF. Pregão Eletrônico Nº 70/2020

Tendo em vista o resultado do Pregão Eletrônico nº 70/2020, de 03 de agosto de 2020 e não havendo interposição recursal, eu, Onerio Cambruzzi Filho, Pregoeiro, ADJUDICO o procedimento licitatório em epígrafe da seguinte forma:

Item	Valor Total – R\$	Empresa(s)		
1	450,00	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS		

CHOPINZINHO, PR., 31 de agosto de 2020

Onerio Cambruzzi Filho Pregoeiro





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60
Telefone (46) 3242-8600 Rua Mi 85.560-000

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Eletrônico Nº 70/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Item - Serviços nº 70/2020, de 03/03/20, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)		Valor Total - R\$
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS		450,00
	TOTAL HOMOLOGADO	450,00

Que apresentou o Menor Preço por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR. 31/08/20.

Alvaro Dênis Ceni Scolaro Prefeito

ESTADO DO PARANÁ

Telefone (46) 3242-8600 85.560-000

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel CHOPINZINHO PARANA

Espécie: Extrato de Contrato Pregão Eletrônico nº 70/2020. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Apólice de Seguro para Veículo Marca Citroen, Modelo Air Cross, Placas BDV 4C47, da Frota Municipal. Fundamento Legal: Lei 10520/02. Elemento de despesa 1730/F936. Data da assinatura: 31/08/2020. Vigência: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura. Contratante: Município de Chopinzinho. Contrato nº 276/2020. Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. Valor: R\$ 450,00. Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito.



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2020 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

ANEXO - VI

TERMO DE CONTRATO Nº 276/2020

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, inscrito no CPF sob o nº 009.378.889-40, RG nº 8.124.995-4 SSP/PR, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica do direito privado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1489, Bairro Campos Elíseos, CEP: 01.205-001, telefone: (11) 3366-3258 - FAX (11) 3366-5263, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ nº 61.198.164/0001-60, Inscrição Estadual nº 108.377.122.112, neste ato representada legalmente pela Senhora Neide Oliveira Souza – Procuradora, CPF nº 205.408.568-51 e RG nº 28.543.690-8 e Andreza Cristina de Oliveira Valdes – Procuradora, CPF nº 226.772.278-00 e RG nº 29.916.899, ora denominado CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do Pregão Eletrônico nº 70/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Tem por objeto o presente Instrumento, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGUROS PARA 01 (um) VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL.

Item	Quant.	Unid.	Descriminação	Indenizaçã o R\$	Valor R\$
			CITROEN/AIRCROSS STARTMT – ANO 2019/2020 – 5 LUGARES - CHASSI 935SUNFN1LB529040– PLACA BDV-4C47.		
			Indenização integral (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% FIPE.	Sim	
			Perda parcial do veículo 100% FIPE.	Sim	450,00
01	Veío Se		Valor máximo a ser pago para a Franquia não poderá ultrapassar 7% da tabela FIPE.	1.849,05	
			Danos materiais a terceiros.	200.000,00	
			Danos corporais a terceiros.	240.000,00	
		Social	Acidentes pessoais por passageiros (morte/ invalidez/ despesas) médicos – hospitalares- hospitalares.	20.000,00	
			Assistência 24 h km ilimitado.	Sim	
			Assistência de vidros: Retrovisores, farol de milha, laterais, faróis e lanternas. Para-brisa e vidro traseiro.	Sim	
			VALOR DO SEGURO R\$		450,00

1.2 Todos os serviços deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.



My Co

me



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **PREGÃO nº 70/2020**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO PARA EMISSÃO E VIGÊNCIA DA APÓLICE:

- 2.1 A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes.
- 2.2 O veículo deverá estar segurado contra os riscos previstos na apólice desde a data de HOMOLOGAÇÃO do presente certame, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.
- 2.3 O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da Contratante e em caso de comprovada vantajosidade para esta Administração.
- 2.4 A adjudicatária ficará obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apresentadas pelos serviços executados, e em caso de não atendimento, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato.
- 2.5 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
- 2.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 3.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- 3.2 Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a prestação de serviços.
- 3.3 Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 3.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.
- 3.5 Rejeitar, no todo ou em parte, as apólices em desacordo com as obrigações assumidas pelo agente de seguros ou empresa especializada no ramo de atividades de seguros.
- 3.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, sendo o preço fixo e irreajustável.
- 3.7 Cumprir todas as normas e condições do presente edital.
- 3.8 Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado.
- 3.9 Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.
- 3.10 Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato, na hipótese da contratada não cumprir as cláusulas estabelecidas.
- 3.11 Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qual quer anormalidade constatada com o serviço ora contratado para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1 Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante.
- 4.2 Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 4.3 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Chopinzinho-PR;
- 4.4 Prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pela Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento da comunicação pela Contratada, indicando, inclusive, o tempo aproximado de solução.
- 4.5 Realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega, à Contratada, de toda a documentação exigida por esta no Contrato.
- **4.6** Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Município de Chopinzinho-PR e atendendo às reclamações formuladas.
- **4.7** Colocar à disposição do Município de Chopinzinho-PR, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 4.8 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

4.9 – Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato com o Município de Chopinzinho-PR (endereço, telefone, e-mail), para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto da presente licitação.

4.10 – Afastar qualquer empregado ou preposto seu que embarace a fiscalização ou, ainda, que conduza de modo inconveniente ou incompatível o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

4.11 – Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade decorrente da execução do objeto desta licitação a terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entida-des.

4.12 – Fornecer, em relação a cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informa-ções relativas à regulamentação do seguro contratado.

4.13 — Fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo, contendo as informações necessárias para atendimento.

4.14 – Entregar a apólice, tão logo emitida, à Secretaria de Assistência Social do Município de Chopinzinho – PR.

4.15 - O proponente contratado fica obrigado, no prazo de vigência do contrato, a aceitar, nas condições apresentadas na licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente, Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Fica estipulado o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), no valor Total do Contrato, com todas as despesas inclusas (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas relativas aos serviços a serem contratados, etc...).

5.2 - Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pagará em Reais (R\$), conforme preço unitário contratado, conforme o resultado do processo licitatório, mediante a entrega da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, correspondente aos serviços efetivamente executados.

5.3 - Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO em até **30 (trinta) dias** após a apresentação da Apólice e da Nota Fiscal ou Boleto, que serão atestadas pela Secretaria solicitante e encaminhadas para a Divisão de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

5.3.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

5.4 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal ou Boleto, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

5.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

5.6 - A Nota Fiscal ou Boleto deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

5.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

5.8 - Os preços não serão reajustados durante a vigência contratual.

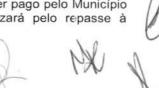
5.9 - Os valores só poderão ser revistos nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso "II", do Art. nº 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.10 - Na hipótese de renovação do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

5.11 - Os recursos para pagamento do fornecimento do referido objeto, será das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social: 08.01.082430019.2.059.3.3.90.39 (1669/F000).

5.12 - Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

5.12.1 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho – PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.



me



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.13.2 - Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.

CLÁUSULA SEXTA - ENDOSSO:

- **6.1** Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município de Chopinzinho PR e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.
- **6.2** Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.
- **6.3** A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo responsável indicado para esses fins pela Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRANQUIA:

- 7.1 A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- **7.2** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio/apólice).
- 7.3 Os valores das franquias deverão seguir o máximo previsto no Termo de Referência e constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 7.4 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município de Chopinzinho PR à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 7.5 Caso a Seguradora contratada emitir Carta de Anuência expressa, autorizando o pagamento para terceiros, o Município poderá efetuar o pagamento da franquia diretamente à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. A liberação dos pagamentos a terceiros ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório pela Seguradora.
- 7.6 Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito na Conta bancária de titularidade da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS SINISTROS:

- 8.1 Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- **8.2** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- 8.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- **8.4** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- **8.5** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- **8.6** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de eventuais sinistros é de 30 (trinta) dias após a entrega da documentação básica.
- **8.7** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA INDENIZAÇÃO:







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

- 9.1 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 9.1.1 Da Indenização Integral:
- 9.1.1.1 Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.
- **9.1.1.2** Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 9.1.1.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.
- 9.1.2 Da Inclusão e Substituição:
- 9.1.2.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame.
- **9.1.2.2** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o premio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- 9.1.2.3 A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho-PR.
- **9.1.2.4** Caberá ao Município de Chopinzinho-PR, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.
- 9.1.3 Da Exclusão:
- 9.1.3.1 Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veiculo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

 $X \div 12 = Y e Y x Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses:

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato:

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

- 9.1.3.2 O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município de Chopinzinho à operadora do referido seguro.
- **9.1.3.3** Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
- 9.1.3.4 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
- **9.1.3.5** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo, devidamente quitado, ao Município de Chopinzinho.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

- 10.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do(s) Contrato(s), gerados a partir desta licitação podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 10.2 A gestão do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Rosani Checelski, CPF: 020.039.019-81.
- 10.3 A responsabilidade pela fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo da Servidora Senhora Márcia Rejane Niendicker, CPF: 813.289.159-72, e Fiscal Substituto a cargo do Servidor Senhor Jorcélio Farias,



a Márcia o Farias,



ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CPF: 828.740.269-72, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

10.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor da ARP/Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da ARP/Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

10.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor da ARP/Contrato proceder conforme os itens 11.8 e 13.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a

serem apurados.

10.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da ARP/Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1 - O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):

1.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

11.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

11.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial da ARP/Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

11.2 – A ARP e o(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

11.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

11.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

11.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente a ARP/Contrato ccorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

11.7 - A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

11.7.1 - A n\u00e3o entrega dos produtos contratados;

11.7.2 - Inexecução do objeto da ARP/Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

11.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP/Contrato.

11.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor da ARP/Contrato;

11.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;







ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

11.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível:

11.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 11.7 deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93):

12.1 - O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

12.2 - Aplica-se ao(s) Contrato(s), sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

13.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

13.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

- a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;
- b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
- c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
- d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
- e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
- IV suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
- V rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
- VI A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
- VII O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 30 da Lei nº 8.666/93.
- 13.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.









ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

13.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

- 13.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
- 13.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
- 13.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
- 13.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- 13.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
- **13.7.3** Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
- 13.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
- 13.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
- 13.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
- **13.7.7** As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

- **14.1** Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 14.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
- 14.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
- **14.4** Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS:





ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gcv.br
Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

15.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação ao presente Edital e seus Anexos, poderão ser realizados pela forma eletrônica, através do e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou pelo Correio, via SEDEX, ou protocolizados no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE:

16.1 - Uma vez firmado, o extrato do Contrato será publicado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, pelo Contratante, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

17.1 - A presente Licitação e o instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 — Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:

18.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUCESSÃO E FORO:

19.1 - As partes elegem como Foro a Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro. O Instrumento Contratual será firmado em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ficar ajustado.

Chopinzinho,31 de agosto de 2020.

Município de Chopinzinho Álvaro Dênis Ceni Scolaro – Prefeito Contratante

> NEIDE OLIVEIRA SOUZA:2054085685

Assimption for form of the CONCURS
SOUTA CONCURS SIGNATURE
ON THE THE CONCURS SIGNATURE
ON THE CONCURS SIGNATURE
SIGNATURE OF THE CONCURS SIGNATURE
SIGNATURE OF THE CONCURS SIGNATURE
SIGNATURE SIGNATURE
SIGNATURE SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIGNATURE
SIG

Porto Seguro Cia De Seguros Gerais Neide Oliveira Souza – Procuradora Contratada

> ROBERTO DE SOUZA

THE CHIEF, NATIONAL SECRET, STUDIOS SECRET, SECRET SERVICE SER

DIAS:11583846883

Porto Seguro Cia De Seguros Gerais Andreza Cristina de Oliveira Valdes – Procuradora Contratada

Rosani Checelski

Gestora

Márcia Rejane Niendicker

Fiscal

Jorcelio Farias Fiscal Substituto

Testemunhas:

WELTON MOREIRA DOS SANTOS:0388 8930529

PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO DO SUDOESTE 3 de setembro de 2020

181201 - I'nicii e Valtir (Adrescino) - Termo de Cortrato
Additivo: 7
ARANTES E SCHIRR SERVIÇOS MÉDICOS LIDA. EPP
11.580,564/001-04
82/2017 N Processo: 130/2017 Modalidade: Inexigibilidade de ficitação
Alteração da vigência contratual. Tipo de Instrum N° Contrato: Contratado: CNPJ/CPF; N° Licitação: Objeto: Data do Aditivo: Valor:

798,814,04

Valor: Vigéncia: Tipo de Instr N° Contrato Contratado: CNPJ/CPF: N° Licitação: 796.81.40; 330082071 Nova data final de contrato:3008/2021
7.4881va de Prizco v Valor (Arciscimo) - Tarmo de Covinalo
1682019 Adélivo: 3
8ARAR OBRAS E SERVIÇOS LOTA - EPP
06.2287.7230001-06
302019 N Processor-642019 Modafidade: Prepão elebônico
Alheração da vegliona contratusta.
170680200

Vigência: Tipo de Instrum

N° Contrato: Contratado: CNPJ/CPF: N° Licitação:

40.019.88
15006/2019 a 16512/2020 Nova data final do centrato 18/12/2020
16.Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato
167/2019
Aditivo: 2
VAÇÃO MANIATUR LTDA
02.255.4140001-97
31/2019 N Processo-68/2019
Modalidade: Pregao eletrônico
Alteriação da vigência contratual.

N° Licitação:
Objeto:
Data do Aditivo:
Vajor:
Vigência:
Tipo de Instrum:
N° Contrato:
Contratado:
CNPJ/CPF:
N° Licitação:
Objeto:
Data do Aditivo:
Vajor:
Vigência; 220.334,40
250.02/2019 a 2000/2021 Nova data final do centrato:26/08/2021
25.48/filty de Prazo - Fermo de Contrato
143/2017 Additive: 7
143/2017 DE POLICI, NICA DE PATO BRANCO LTDA - MATRIZ
77.122.73/7001-01
58/2017 N° Processo:110/2017 Modalidade: Inevigibilidade de Sofação
Alteração do vigência contratual.
19/08/2019

0.00
2/2008/2017 a 22/08/2021 Nova data final do contrato/2/2/08/2021
tráditivo de Prazo e Valer (Acréscimo) - Termo de Contrato;
18/20218 Additivo: 2
C.DALASTRA - ME
2/1.166.097/2001-02
50/2018 M Processo/3/2018 Modafidade insuigibilidade de licitação
Alteração da rigência contratual e exclusão dos procedimentos de Fisiotera
18/08/2020

Vajor.
Tipo de InstrumN° Contrato:
Contratado:
Contratado:
CNPJ/CPF:
N° Licitação:
Objeto:
Data do Aditivo:
Valor:
Valor:
Valor:
Valorios 21.596.16

Valor:
Vigência:
Tipe de Instr
N° Contrato:
Contratado:
CNP.J/CPF:
N° Licitação:

21.596,16
23/08/2018 a 28/08/2021 Nova date final do centrato:29/08/2021
cAditivo de Prazo e Valor (Acrescino) - Termo de Contrato
160/2017
Aditivo: 5
CUBICIA PRISCILLA DE CASSIA SA VA HAAS BORDIN ERBELLI - MATRIZ
07.233.63/30/301-44
88/2017 N Processor:129/2017 Modalidade: Inexigibilidade de licitação
Alteração da vigência confuntual.

69.507.00
30082017 a 30082021 Nova data final do centrato:30.0082021 o Aditico de Prazo e Valor (Acreccimo) - Termo de Cocreto 15/2017 - COMPANHA DE SECUROS ALANÇA DO BRASII 25.168.889001-4.3
15/2017 N° Processo: 16/2017 Nodalidade: Dispensa de Icitação Alexação do Alex Vigência: Tipo de Inst Tipo de Instrum N° Contrato: Contratdo: CNPJICPF: N° Licitação: Objeto: Data do Aditivo Valor: Vigência:

Adfilho de Albração de outras Cláusulas 1º fermo de Contrala: 2072/018 Adfilho: 15 INSTITUTO MÉDICO MOSSA VIDA DE CORONEL VIVIDA 17,348.484/2001-85 58/2018 N° Processo:110/2018 Modalidade: Inexigibilidade de licitação CNPJ/CPF: N° Licitação

Objeto: Data do Aditivo

ici, Aditivo de Alteração de outras Clâusulas - Termo de Contraio 215/2019 Aditivo: 1 CLEVOE ELIZANDRA MATOS BORDIGNON - FILIAL 05.038.35/20002-30 49/2019 N° Processo: 103/2019 Modalidade: Inexigibilidar Tipo de Instr N° Contrato: Contratado: CNPJ/CPF: N° Licitação

Vigência: Tipo de Ins N° Contrat

ABIN-0 de Altimique va 270/2018 INSTITUTO POLICLÍNICA PB 12.85.1 9/100001-76 58/2018 Mº Processe: 112/2018 Modalidade; Inexigibilidade de licita; Indicisão de procédimento. Objeto: Data do Aditivo

Valor: Vigência: Tipo de Instr N° Contrato: Contratado: CNPJ/CPF: N° Licitação:

0811/2018 a 0801/2021

Additive de Affango de outres Clâusulas - Termo de Confrato 206/2018

Additive de Affango de outres Clâusulas - Termo de Confrato 206/2018

MARX CURIOCA DE DIAGNOSTICO POR IMACIEM L'TOR - ME 27.566

Nº Contrato

5.7/2014 N° Processos 108/2016 Modalidade; Inexigibilidade de licitação Exclusão de procesimentos. 31/08/2020 (0,00 or 0.00 or

Objeto: Data do Aditivo:

Vigéncia: Tipo de Inst N° Contrato Contratado:

177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204
177/00/204 CNPJ/CPF: N° Licitação: Objeto: Data do Aditir

Vigência:
Tipo de Instr
N° Contrato:
Contratado:
CNP.J/CPF:
N° Licitação

183/2017

Adithivo: 4

CLINICA DE PISIOTERAPIA DE PEABILITAÇÃO C P LTDA
10.382.837/001-53

87/2017 N Processo: 114/2017 Modalidade: Inexigibilidade de licitação
Altesação ca vigitoria contratual,
28/08/2020
21.296,20

01/08/2017 a 01/08/2021 Neva data final de centrate:01/08/2021

ancoPR, 01 de Setembro de 2020 Objeto: Data do Aditiv



EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVENÇÃO MUNICIPAL

O Presidente lo Pardo Social Cristile-PSC do Mannion de Hondrio Senie PR, ne forma de loga apla eleboral injente e de Estando delabra Agreniação Partistira, convoca es Comencionas devidenmente habitados ao servicio de vido, para compansocema a "convenção Mansiona" de 1000/05 Senie, a Ser institutad e os di 15 de semento do 2020, com inicia 11960, e el revieno as 2000, com inicia 11960, com inicia 1196

ORDEN DO DIA

- 1. Deliberrações sobre Collegações de Preteto e Vize-probeto para disputar as insições insurançais de 15 de romenter de 2020. Deliberações obtire a cardidatura de versaciones do partir o para desputar as elegões insurançais de 15 de romenter de 2020. Deliberações obtire a cardidatura de versaciones do partir o para desputar as elegões insurançais de 15 de novembro de 2020.

 5 Exocita de constatatora e versación in para disputar as eleções municipais de 15 de novembro de 2020.

 5 disputações de 2020.

 5 disputações de 2020.

 5 disputações de 2020.

 6 disputações de 2020.

 7 disputações de 2020.

 7 disputações de 2020.

 6 disputações de 2020.

EUCIA 40 DIASI Presidente de Consistão Provindos PSC de Honóno Serpia.

HOMOLOGAÇÃO

REF.; LICITAÇÃO NA MODOLOGAÇÃO Pregão Eletrônico Nº 70/2028

Tendo em vista o Pareçer da Comisaão do Jugamento, que apuraram o resultado do processo licitatirio, na modalidade Pregão Eletrônico, ligo Menor Prego Item - Serviços nº 70/2020, de 30/30/20, de apos expriando o paran recursal, cal vánoro Delhis Cer Estadan, Prefeito, incre público a RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epigrafa, indusiva o Ato da ADJUDICAÇÃO do objeto átis)

Empresa(s)
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS TOTAL HOMOLOGADO Due apresentou o Menor Preço por item.

Apris constitutada a regularidade dos atos procedimentus, autorizo e elaboração do Contrato.



NÃO COLOQUE SUA FAMÍLIA EM RISCO.ELIMINE O MOSQUITO DA SUA CASA













PUBLICAÇÕES LEGAIS



Edição nº 7715

MUNICIPIO DE DUDAS ANDIA

PONTARIA NE OZOZZO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuções legais considerando a la rif 13.03 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. PNE-o da outras providências.

Ar. 1º Instatur a Comissão Coordenadora e Equipa Técnica, com a finalidade de orienter e coordenar o processo de adequação do Plano Municipal de Educação.

1-Secretária de Educação do Nativação de Plano Municipal de Educação.

1-Secretária de Educação do Nativação.

2-Acquiramento de Poder Executivo JUÃO ADMABETO CAMPETE.

3-Acquiramento do Poder Executivo JUÃO ADMABETO CAMPETE.

3-Representante do Poder Executivo JUÃO ADMABETO CAMPETE.

3-Representante do Poder Executivo JUÃO ADMABETO CAMPETE.

3-Regreserárido dos Professores de Educação Infantil: e do Ensino Fundamental da Rei Municipal de Foliação, ALL/GOSSI NERRELI DE CULVERIO. ALL/GOSSI Professor de Carlo de

JESSICA LISBOA

6-Representantes dos Senvidores Técnico-administrativo das Escolas Públicas Municipo
GESMERY PLORES

7-Representantes das hadutações de Educação Especial:
WAQNER LUE MONE

WAGNER LUIZ MCNR

8. Argamentarie do Conselho Municipal dos Direllos da Chiança e do Addiescente:
CAMILA LOTOLA DANELUZ

A Conselho Lotola Danello Danello

A Conselho Lotola

Tolaler

10-Representante da Camara Municipal de Veresdoros:
LUCIANO LOVOR.

11-Representante das Instituciose de Ensino Superior.

11-Representante das Instituciose de Ensino Superior.

ROMILIA DE FATTIRA BRUACE.

1-WAGNERI LUZ MONR.

2-REPIRELLI DE CILVERRA DILUGOSS.

3-ROMILIA DE FATTIRA BRUACO.

4-CLECI CANCIAN DE CILVERRA DILUGOSS.

3-ROMILIA DE FATTIRA BRUACO.

4-CLECI CANCIAN DE CILVERRA DILUGOSS.

5-RATIRA ANTONIA SENNON.

5-FATTIRA ANTONIA SENNON.

5-FATTIRA ANTONIA SENNON.

1-SENDESCO SEM CONTRABIO.

CIEVELÁNDIA DE DE SETEMBRO DE 2020.

ANGELITA DO CARMO CORA DE ÁVILIA.

ASCRIPTATA DO CARMO CORA DE ÁVILIA.

ITA DO CARMO CORA DE AVILA. ria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

BECKETTING MUNICIPAL OF BOM SUCCESS OF SIX - BARANA **ΠΟΜΟΙ.Ο**ΘΑÇÃΟ Ε ΑΒΙΤΙΣΙΚΑÇÃΟ

HONOLOGICAÇÃO E ADJUDRICAÇÃO

PREGÃO ELETRÓNICO Nº 33/2020. - ENGITUTO DE PROÇOS Nº 30/2020. "Ornessos únhelicius nº 30/2020."

De acrada com a resultada por formessour, tambiem de acorda com a plancer juddaca, e em comprehente com as acrado se programa de programa de acrado se acrado se programa de acrado se acrad rica datarminindo que seja AOSUDICADO o seu objeto a finor das proponentes, valores e de

Itum	Descrição dos Itens	Unid, Hed.	Qtds.	Valor Unit, (Rk)	Value Tetal (Rs)
1	Carritación empresa especializado na cialización de aruntaria. Hiplicano, para edificios publicas, patrido de mengla, arrufación de reche e durante proteínas y mismas, por parte deservado e perio (CAPE), are midificación a reviena e trantales una activación e mentantes, dose aumigantes e projeto rentración desarrona, especialista de la companion del companion del companion del companion de la companion del companion del companion del companion del companion del companion d	per f	1.000	P3 1,00	R# 45,000,00
4	Contrarrigito de empresas especialmente para sesteração de sendagom gentrensia de sendar entrensia entrensia de selas la percursão (SPF - Stangelor Penetration Tourit,) para travesta minis antis artistadas entre públicas, como vinidização e disseriológico, de conjugamentos e fuzzarantes, funcionaria de stando licitora se tenedispor, conclusios, inflorenciario de stando licitora se tenedispor, conclusios, microso o sobo di También, por desta forma com compresario la apraismatis, and ministra medicina en materialme de bem illustrato de Sid - Pri.	Eurne	50	84.793,13	R& 29,188.53
1	Treite de parmissibilitatis de prin lecture destocamente e dadoración de relativiste, paramiento de ART e/m. RRT, ternestriarios de relativiste vas fisada e deptió, popularde de hybrina Pertinentes, os porveyes melitrativos no Municipio de Bum Securiario de 24 de 19.	Dold.	.50	48 600,00	R4 18.000,00
	Valor Yotal Homologado	parts o Fore	ecedor		\$ 103,166,50

Item	Descrição dos Dems	Unid. Hed.	Qtide.	Valor Unit.	Valor Total (MS)
2	Comtratação empresas ospociálicais na efectorição de profitor de provincia de inscrindas, os projetant bisante aor aprimato palo Carpo de Berblerina. Com Parrocimiento de registración de laces com a CREA a firmocomento de 1 que des projetan espresados, em edificações novas à registração de definações explantação, de veria compresa de registração de como compresa de compresa d	- mer	7,000	86 7,25	Rs 50,750,0
1	Commandação de empresa segundademen na subseração es- propistan habit spáces o enforces referenças entidações ente- ciores respectos aprovação parto a concessoraria, o ressen- tavar a ser conseque aprovação parto a concessoraria, o ressen- davar a ser conseque aprovação parto a concessoraria, o ressen- tavar a consequença de concessoraria de la concessoraria de la concessoraria de concessoraria de la concessoraria del concessoraria del la concessoraria de	aq2	1,000	66 2,25	R\$ 7.258,00
	Valor Total Homologado	para o Forn	ecodor		A\$ 58,000,80
ROPO	NENTE FORNECEDORA: KOLF SERVIÇOS DE ENGENHARIA -	EUSELL - ME	- CNP2		
Item	Descrição dos 21ems	Unid. Med.	Qtds.	Valor Unit.	Velor Total (R\$)
ė	Committação de empresa especialização na eleporação de projecto de visjos mentamentento para misladação de Câlmado da Hamiltoniação de Pertinario Unique de Barri Sizrega no Sid, gratamente and project de CPU de uma Central de Hamiltoniação de LPU de uma Central de Pedida Manuferenciado a ser Histolica do Obstantamento de Pedida Mistar, deve acompanham o porteito memoral desarrior, relación Mistar, deve acompanham o porteito memoral desarrior, relación porteinos de la companham de profesio de la companham de la companham de porteinos de la companham de porteino memoral desarrior estado.	Pontos de Instalação	90	Rs 38,90	ME 1.942,00

Valor Yotal Homologado para o Forn VALOR IDTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO 85 167.131,50 (Cento e Besente a Dois Mil a Cento a Onzo Resis a Cinquenta Centavos)

R\$ 1.945,00

NILSON ANTONIO FEVERSANI Prefero Municipol

PRESETTURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANA

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 139/2020 TOMADA DE PRECOS Nº 09/200 - Ponesses Linfationo SE/12(7), MONOLOGADO EM 01/09/2028.

CONTRATAVITÉ HUNICÉPIO OS RON SUCESSO DO SUL - CRIP3: 80.87A-1,00/0001-86.

CONTRATAVITÉ HUNICÉPIO DE RON SUCESSO DO SUL - CRIP3: 80.87A-1,00/0001-86.

DOISTO: commission de compress para a secución de obres, em secimen de americado alcobal, relativa à obres de fluminação do Cristo de Luca e Revitalização de Alexa de Laber Circla Rossa Serbara de Laberdal. En empresa de Serbara de Serbara de Laberdal. En empresa de Serbara de

remonated describio, anexos se oddisi.

PRIZAD DE EXCENÇÃO E VISIÓNICA DO CONTRATO; a CONTRATADA tará a prizad de 19 (dars) dias conpeiror miser a execução dos serviços, contados da embedição da Orden de Sarviço pilos CONTRATADATE. O o
misero para procurso dos serviços dos of clinicos) maises consecutivas, contrados de dará de exploração.

O ordem de Sarviços, a empresa dicurso apresentidor a ART un RRT de asequição com compresentador

contrador de serviços. O contrado de serviços dos presentidor a ART un RRT de asequição com compresentador

contrador de serviços. O contrado de serviços de serviços de serviços com contrador de la contrador de serviços de serviços de serviços. O contrado teta vigilações de serviços de compresa de contrador de serviços. O contrado teta vigilações de serviços de compresa de contrador de serviços. O contrado teta vigilações de serviços de compresa de

AUGOR GLOBAL E RECURSOS PERANCEIROS (hile secuçõe da algem em sentralada o Cultividada paça à la Cultividada o vidar OLAS 28/05/94/96 (Dusento e passanta a Nova Mil e Obsectoto à Novanta e Quarto Recursos de la seguinte de Carlo de Car

NILSON ANTONIO FEVERSANI Pretalto Municipal

CONSÓRCIO INTEMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS

CONSÓRCIO INTEMUNICIPAL DE SAUDE - COMINGA ATO DE CONSÓRCIO INTEMUNICIPAL DE SAUDE - COMINGA ATO DE CONSÓRCIO PESOLUÇÃO N° 155 DE 2 DE SETEMBRO DE 2020 Súmula: Dispõe sobre a conclusão dos trabalhos da Comissão de Avallação de Desempenho dos empregados do CONIMS, estabelece os procedimentos subsequentes e da curias providencias.

A integra encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.conims.com.br/ e http://www.clanoguanicipal.com.br/emp/

Espécie Estrato de Contrato Progão Eletônico nº 70/2020. Óbjistis: Contratoção de Empresa Especializado para Forniciamento de Aplicia de Seguro para Velicia Marca Citicon, Modelo de Cross, Placias BDV 4CAT, la Ficia Municipal. Prodiciamento Legal ce il 10/5/302. Elemento de despersa 17/3019 80. Dicta de selevidado la Ficia Municipal. Triplini 20, 2000 de selevida como ficia su assistatura. Contratarios Marcapida de Coudente 10/400 (Centra Scholar). Prefetato.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 142/2020

OBJETO. Registro de Pregos para futuras a aventuais aquinições da pacas u astruiços de mão de obra boro manutancido preventos, corretiva ou recuperativa das mácelmas pasades da frota menicipal de acodo com os caracterios en acessificación de "acodo a facilidad de acodo de

- 60	LOTE 02 - MAQUINAS CASE	CV2.24300000000	WYSBOUGH
23204	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/OU RECUPERATIVA, INCLUINDO MÃO DE OBRA MECÂNICA E SUBSTITUIÇÃO DE PECAS	PECAS E MÃO DE OBRA (RE)	VALDR TOTAL PRCAS E MÃO DE OBBA (RS)
*	AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA, MECÁRICAS, ELÉTRICAS, ELETRÓMICAS, HISTAGUICAS E ACESSÓRICOS: LINHA DE MÁSQUINAS PESADAS CASE MOTONIVILADORA CASE MAS "ALFOLA" - ANO [0.10.2016]	89 20,000,00	38%
1	AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUTARS DE MECÂNICAS, ELÉTRICAS, ELETRÓNICAS, HIDRÁULICAS E ACESSÓRIOS LINHA DE MÁQUINAS MESADAS CASE MOTUMPELADORA TASE DAS "PATRICIA", AMO 2012015.	A\$ 20,000.00	45%
8	SERVIÇOS MECÂNICOS: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETINATOR VERTINATOR DES DAS PARTES A SERVIM ENCLUPIDAÇÃO E TROUBIDA.	R# 10,000,00	37%
	HALOR TOTAL RECALL WAS DE ORDER COM O	DESCRIPTO 1883	W4 39, Y00,00

-	VALOR TOTAL PECAS E MÃO DE OBRA COM O	DESCONTO (RS)	R\$ 29,700,00
жен	HANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/OU RECUPERATIVA. INCLUINDO MÃO DE OBRA MECÂNICA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS	VALOR UNIT, PECAS E MÃO DE OBRA (RS)	PECAS F MÁD DE OBRA (RS
7	AQUISIÇÃO DE PECA ORIGINAIS DE 1º LINHA, NECÁNICAS, ELÉTRICAS, ELTRÓNICAS, MIDRÁLILACAS E AZESÁCITOS: LINHA DE HAQUINAIS PESADAS CATERPILLAIS: BETROSCAVADENA MORSO 450 - AND 2011/2011 - WOTENICA CADAS 1/3 Nº - AND 2011/2013 - BAD, CHIMPILLAIS CADA 500 WOTENICA CADAS 1/3 Nº - AND 2011/2013 - BAD, COMPACTAÇÃO DE SOLO MODELO CE 1-88 - AND 2011/2018.	## 50,000,00	37%
	AQUIDIÇÃO DE PIÇAS CEMUTAS DE MECÁNICAS, ILÉTRICAS, ELITADONICAS, HITRÁNILLES E ACESSOCIOS. LUNHA DE HAQUITASS FERNAS CATERITALEM, RETROESCANSCERA MEDILO 400 2014/2011 - NOTONUM-TACOS 120 % - AND DOTAZOOS - RODO CHEMPACÇUMO CO SOCIO MODIO, CS 123 - AND 1009/2009 - BOLD COMPACTADOR DE SOCIO MODELE CO 48 % - AND JUNEZOUS.		56%
,	SERVIÇOS MECÁNICOS: SERVIÇOS DE MANUTRIÇÃO CURRETTVALVENHANTRANÇÃO AS TRANSTRANÇÃO LIMPEZA QUÍMICA DAS FAVORS A DESEMBLIA DESEMBLIADAS E TROUCASAS.	AS 40,000.00	43%
	VALOR TOTAL PECAS E MÃO DE OBRA COM O	DESCONTO (AS)	R\$ 85,100,00
ITEM	LOTE D'S MAGUIMA HUSQYARNA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/OU RECUPERATIVA, INCLUINDO MÃO DE OBRA MECÂNICA E SUBSTITUEÇÃO DE PEÇAR	PECAS E MÃO DE ORBA (RE)	VALOR TOTAL PECAS E MÃO DE ORRA (RS.)

ATEM	INCLUINDO MÃO DE OBRA MECÂNICA E SUBSTITUIÇÃO DE PECAS	DE OBBA (RE)	DE ORRA (RS)
19	AQUIDIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LIMHA, MECÂNICAS, RIÉTRICAS, ELITRÔNICAS, HIDRÁQUITAS I ACESSORIOS LIMHA DE MAQUINA HUSQVARNA; CONTADOR DE GRAMA DIRO ZERO - MODELO HIZDWARNA - AND TURAZZOIS.	R\$ 10.000,00	27%
211	AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENERAS DE MECÂNICAS, ELETRICAS, ELETRÓNICAS, HIDRÁNICAS E ACESSORIOS: LINHA DE MÁQUINA HUSQVARNA (DATACOR DE GRAMI GORG ZERO - MODELO HISQVARNA - AND 2018/2018	R\$ 10,000.00	32%
21	SERVIÇOS RECARCODS: SERVIÇOS DE HARACTERIÇÃO CORRETTINOPERISANTINA REPRESENTA, INCLUSO LIMPELA QUÍMICA DAS PARTES A SERVIR RECUERDAÇÃOS E INDICADAS.	mg 5,000,00	15%
	VALOR TOTAL PEGAS E MÃO DE OBRA COM O	DESCONTO (RS)	R\$ 18,350,00
	LOTE 19 - MAQUINAS FIATALLIS		OF SAME OF SAME
STEM	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETTVA 0/00 RECUPERATIVA, INCLUTNDO HÃO DE OBRA HECÂNICA E SUBSTITUTÇÃO DE PECAS	VALOR UNIT. PECAS E MÃO DE OBRA [AS]	PECAS E MÁO DE OBRA (NE)
21	AQUISTCÂD DE PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA, MECÂNICAS, ELFTRICAS, ELETRÔNICAS, HIDRÁNICAS E ACESSÓRIOS: LINHA DE MÁQUIMAS PERADAS FIATALLES: 18-7/DE DE ESTEMA DE A AND 1985/1985	RS 15.000,00	56%
	ACCUPATION OF PRICE CERCITARS OF MECANICAS ENTRECAS		

PERAGE PARALISE TRATOS DE ESTERO DEL MOS DELOS EN TRATOS DE ACONOMISMO DE CETADO DE ESTERO DE MOSTO.

AQUESÇÃO DE CETADO DE ESTERO DE MOSTO.

SE PARA DE COMPANION DE CONTROL DE LA CONTROL DE MOSTO.

PERADA FRANCIS TRATOS DE CONTROL DE LA CO

Treatment accustes accusated in Traccalouria, segais selato se casa, como a pascontro (as). Bili 1,000,000

In vaste trait a final ha Regularia de Pressa de de R. 1920,000 (condo e collegoria del e disserbent maria).

A ca queridadem describa sidam accidadas, poetida invisi varioquia, condomira a disserben accidada e describada de precisio se procede de viginacio de plugiblo de Procede, emperidade con entre e de se de la publica de procede de viginacio de plugiblo de Procede emperidade de la resultada de procede accidade de la publicação de Procede emperidade para en accidadade de procede para se contratada em servicio de procede de la publica de la contração de procede emperidade de la contração de Procede emperidade de la contração de la

Warn Surveyer do Sul. 02 dy Agestre de 2020.

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ; 80.674.109/0001-86 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 141/2020

12 (DOZE) MESES (de 28/08/2020 à 27/08/2021) 1: ABM TRATORPEÇAS EIRELI - EPP - CNP): 78-804.143/0001-43.

OBJETO Spelistro de Precos para futuras a numbrais equincidas de secas o servicos de mão de obra obra manufamença preventiva, corretiva ou resuperativa das máquinos preventivas de modo com se quantidades o apositulações de Termo de Sefecio-Co-Ameril Co Cotato de Prespui Deferitor de 17/2023, con ver parte

te de transcrição o conforma descrito a sispoi LOTO DI MÁQUINAS KOMATRU

TTEM	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/OU RECUPERATIVA, INCLUENDO MÃO DE OBRA MECÂNICA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS	PECAS E HÃO DE OBRA (RS)	DESCONTO %
i:	AQUISÇÃO DE PIÇAS ORIGINARIA DE 1º LINHA, HICÂNICAS, ELÉTRICAS, ELETRÓNICAS, MIDEÁNILASSE E ACESSÓNICOS. LINHA OS HAQUINAS PESADAS KOMATSU: TRATOS DE ESTURA DEL 10º 12º 1400 2013/2013 ESCAMPERS HITRÁDUICA DUAIS 186 LE - 1800 7015/2013 - CARSIGAMENTA DE RODAS 120º 3 WA - AND 2012/2013 - ESCAMPORRA HIDRÁULICA ORAÇAS 150 LINE - AND 2018/2018.	R\$ 50.000,00	20%
2	AQUISIÇÃO DE PECAS DENUMAS, MICÂNICAS, ELÉTRICAS, ENFERÔNCIAS, NIEMÁRILA ELAS E ACESSORIOS: LIMMA DE MAQUIMAS PENADAS XOMATSU. "MATUR DE PETERA TO: 158-77. AMO 7017/013 - ECCAMOTEMA HIDRÁLICA DORANA ES DE LA MO 1017/014 CENTROLOGIA DE NODO 310-1 WH - MO 2017/0911 - ESCAMOTEMA HIDRÁNICA ORAGA 160 LCC - MAO 7018/1018.	Re 70,000,00	25%
3	SERVICOS PECÁNICOS SERVICOS DE MARUTENÇÃO COMIESTIVA TRECUPENTATIVA DE PROCUPERTA DE PROCUPERTA DE PROCUPERTA A SESEM RECUPENDADAS E TROCUPERTA A SESEM RECUPENDADAS E TROCUPERTA DE PROCUPERTA DE PRO	Rs 30,000,00	10%
	VALOR TOTAL PECAS E MÃO DE OBRA COM O O	ESCONTO (Its)	R\$ 73.100.00
200		WALDE DRIT.	VALOR TOTAL
THEM	HANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETEVA E/OU RECUPERATIVA, INCLUINDO MÃO DE OBRA HNCÂNICA E NURSTITUIÇÃO DE PEÇAS	DE GRRA (RS)	
10	AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LUNIA, MECANICAS, ELTRICAS, ELETRÓRICAS, MEDRALICAS E ACESSÓRIOS: LINHA DE MÁQUINAS PESADAS PERMINIANO: TRATOR ADRÍCOLA DE REDAG REY IDELAND TAIO 13/00/2004/TOM TIATOR ADRÍCOLA DE RODAR DEM MEDIAND TAIO 2009/2004 - TRATOR ADRÍCOLA DE RODAR PERMINICADO 1.22 2007/2007.	R\$ 20.000,00	20%
ŧi.	AQUISTICÃO DE PEÇAS CENUTRAS DE MECÂNICAS, ELPTRICAS, ELFRÓNICAS, HIDRÁILICAS Y ACESSÓRIOS: LINHA DE MAQUIDAS PESADAS NEW MOLLAND: TRATOR ACRICOLA DE ROMÁS NEM HOLLAND 7610 51000 2004/2006 - TRATOR ACRICOLA DE ROMÁS MEM HOLLAND 7610 2004/2006 - TRATOR ACRICOLA DE ROMÁS MEM HOLLAND 71. UN 2004/2006 - TRATOR ACRICOLA DE ROMÁS MEM REJALAND 11. UN 2004/2007.		25%
	SERVIÇOS MEGÁNICOS SERVIÇOS DE HAMITENÇÃO		4 000
12:	CORRETTIA/PREVENTIVA/ROTUPERATIVA, INCLUSIO LIMPEZA QUÍMICA DAS PARTES A SERSEN RECUPENAÇÃO E TROCADAS.		10%
12	CORRETTION/PRINCENTINA, SECURIFICATION, PROLLEGE LIMPEZA QUÍMICA DAN PRAFIER A SEFERI RECUERAÇÃO DE TORA COM O SE VALOR TOTAL PECAS E HÃO DE DERA COM O SE LOTE OU MODULINAS JUES		

12	SERVIÇOS MECANICOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COMBETTA A PREMIONATIVA RECUPRIATIVA DECLESO LIMPEZA QUÁMICA DAS PARTES A SERVIM RECUPRIALISES E TROCATAIS.	R\$ 20,000,00	10%
	VALOR TOTAL PECAS E MÁD DE DERA COM O D	ESCONTO (RS)	R\$ 35,100,00
	LOTE OF - MAQUINAS JCB	3 AT 1	A STATE OF THE STA
пин	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/OU RECUPCRATIVA, INCLUIRDO MÃO DE OBRA HECÂNICA E BUBNITULÇÃO DE PEÇAS	PECAS E MÃO DE DERA (RE)	PECAS E MÁD DE ORRA (HS)
22	AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIUINAIS DE 1º LUNHA, MECÂNICAS, ELÉTRICAS, ELETRÓNICAS, HIDRÁNISCAS E ACESSORIOS: LIMHA DE MÁQUIMAS PESADAS JOB ETROFSCAVADERA MUNEJO 3C THAÇÃO KM 2012/2012 - RETROESCAVADERA MODELO 3CO THAÇÃO 4XX 2012/2013	#\$ 30,000,00	20%
71	SERVICOS MEDÁRICOS REPUBDOS DE HAMITENÇÃO CONTUTTAVASENTATAS PEDIFICIANA, INCLUSO LIMPEZA QUÓMICA DAS HAMITES A SERVIM RECUMPIADAS E TROCATOS.	#\$ jo.660,00	10%
	VALOR TOTAL PECAS E MÃO DE OBRA COM O D	ESCONTO (83)	Rs 20,900.00

1. O vero rosal da 2n da legarir de Preços é la \$5.133.100,00 (carties tristats e tyles sité a com resiste.)

2. As quantidates risertas justas sin atomicales, gondello haver verificiales, configeres a descenda da Administração de la resista travejate injuntos a previou la segimenta de hapotro de Preços segendades configeres a descenda da Administração de program periodo de program periodo de hapotro de Preços segumentas de hapotro de Preços segumentas de la resistancia de

NILSON ANTONIO PEVERSANI Prefeits (functional

CONSÓRCIO PITERNUNCIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2005.

FUNCISMENTIDA ON SITUADO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2005.

FUNCISMENTIDA ON SITUADO DE LICITAÇÃO Nº 41/2005.

PARA CONSORÇÃO EMPRICIPAÇÃO DE MATERIANS HOSPITALARES E INSUMOS AMBILILATORIAIS PARA ATRIBIDAÇÃO DOS AMBILILATORIAIS PARA ATRIBIDAÇÃO DOS AMBILILATORIAIS PARA DISPENSA (2.001.10.302.0002.2002.3.30.30.000

Funda (2.001.01.01.01.0002.2002.3.30.30.000

Funda (2.001.01.01.01.0002.2002.3.30.000)

Nº PORTAINA.	NOME	MINTO	BATA
500	GBILE AQUINO COSTA	NOMESA EM CARGO COMISSIONADO	26/0W/2028
10°T	FRANCIELE TEREZINHA PALAVIONI	EXONERA DE CARGO CORRESSONADO	11.09/2075
304	TATIANY MACKIEVICZ ZIEKHUT	NUMERA EN CARGO CVIMINADA	51-1002001
51.)	MARCO ANTONO TERRORIO	DISALUBRIDADE	129930
512	DENNE REGINA MAGGI	DISPENSA FOR TÉRMINO DE CONTRATO	112-110-21021
513	FABROLA PRANCIPLE ALEXANDRE I	DESPENSA FOR TERMONO DE CENTRARO	112/19/2003

MUNICIPIO DE BOM 9UCESSO DO SUL - PR - CNP): 88.874.100/0001-85

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 140/2020

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (do 28/08/2020 à 17/01/2021) DETENTORA: TRATORMAX – COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA – EPP - CNP7: 04.983,112/0001 OBJETO: Begistru de Frecos para futuras e exentuati aguisicões de paças a asrvicos de mão de obra dera manutançõe preventiva, corretiva ou recuperativa das máquinas pesadas de frota municipal de mordo com as

	LOTE 95 - MA CAUNAS JHON DEERE	THE COLUMN	
THE	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/ JU RECUPERATIVA, INCLUINDO MÃO DE OBRA MEDÂNICA E SUR: TITUIÇÃO DE PEÇAS	VALOR UNIT. PECAS E MÁO DE OBRA (RS)	VALOR TOTAL PECAS E MÃO DE OBRA (R\$)
13	AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE 1º LINHA, «ECÂNICAS ELEPRICAS; ELEPRONICAS, HIDRÁNICAS E ACESSORIOS LINHA DE MÁQUIRAS PERADAS JHON DEERE TRATON DE SODAS DI70 - CUNTADON DE UNAMA AND 2402/2013.	Hg 5,000,00	22%
14	AQUISTÇÃO DE PEÇAS GENUTHAS DE MICÂNICAS, ELÉTRICAS, ELETRONICAS, HUDRAULICAS E ACESSÓRIOS: LINHA DE MÁQUINAS PESADAS JHON DEERE TRATOR DE ROCAS DITO: CONTADOR DE GRAPA. AND 2017/2011.5	## 5.000,00	26%
15	STRVICOS MECÂNICOS: SERVICOS DE MANUTENÇÃO COMPETIVA/MEDICADESIDERATIVA, INCLUSO (IMPETA QUÍMICA DAS PARTITA A ECREPI ECOPERADAS E TROCADAS.	#s 1.000,00	11%
_	VALOR TOTAL PECAS E MÃO DE DBRA - DM O DESCONTO (RS) LOTE OS - MAG DINA BRITADOR MOVEL		R\$ 10,270,00
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/ III RECUPERATIVA.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

	VALOR TOTAL PECAS E MAD DE DERA (DM O DESCONTO (RS)		RS 10.270,00
	LOTE 05 - MACUINA BRITADOR MOVEL		
STEM	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E/ 10 RECUPERATIVA, INCLUINDO MÃO DE OBRA MECÂNICA E SUM TITUIÇÃO DE PEÇAS	VALOR UNIT, PUÇAS I HAD DE ORRA (Re)	PEÇAS E MAD DE OBRA (RE)
16	AQUISIÇÃO DE PECAS ORIGINAIS DE 1º LINHA, MECÂNICAS, ELÉTRICAS, ELETRONICAS, HIDRÁULICAS E ACESSÓRIOS: LINHA DE MÁQUINAS PESADAS BRITADOR MÓVEL: CONJUNTO DE BRITALEM MÓVEL: MODELO GAS AND TREOLING.	MS 19.000,DG	24%
17	AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENIUMAS DE MICÂNICAS, BLÉTRICAS, ELETRICACAS, HIDRÁNLICAS E ACESSÓRIOS: LINHA DE MÁQUINAE PESADAS BRITADON MÓVEL CONTUNTO DE BRITAT EM MOVEL - MODICO GAL - AND 1880/1880.	## 10,000,00	28%
18	EDIVIÇOS MECANICOS ERIVIÇÕS DE MANUTENÇÃO CORRETTVA/PREVENTUA/PRECUPERACIAS ETIBOLOGIAS PARTES A SEREM RECUPERACIAS ETIBOLOGIAS.	*# 10.000,00	15%
	VALOR TOTAL PECAS E HÃO DE OBRA COM O DESCONTO (RS)		R\$ 21,200,00

VALOR TOJAL PERAS E RÁD DE CORRA CINO DISECUTO (18)

 VALOR TOJAL PERAS E RÁD DE CORRA CINO DISECUTO (18)

 VALOR TOJAL NA DESCRIPTIO DE PROPER E RES 33.25,70 (MINISTER E VALOR DE QUIDANTES E RESPECTA (18)

 VALOR DE CORRES DE CORRES DE CORRES DE CORRES DE CORRES E RESPECTA (18)

 VALOR DE CORRES DE CORES DE CORRES DE CORRES DE CORRES DE CORRES DE CORRES DE CORRES DE

NELSON ANTONIO PEVERSANI Prafisio: Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO
Dispressional Alex Joses Generalin no seu das ordevidos seu finis do comitanta pole lapacida en vision, inspiralmente parte. Las 6.86631 a alterioles positivantes, a resula de parestas constaven esarado pala Comesado de Lossidade.

11 HOMOS DE LAS COMESTAS PORTOS DE LAS CONTRACTORIOS DE LAS COMESTAS DE LAS

| Ferricodures e Résultris de Reins Véricodures | Up. | Desemble de VI, Unitativo | 1088 Iven international Chiff Strategico | Up. | Desemble de VI, Unitativo | 1088 Iven international Chiff Strategico | Up. | 0.00 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0.000 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
16 - Equipo exclusivo administraciao para rujetção enterni UNIC 5,130,000 The Eudos exclusive administration on tribble entering to 27. Finis griffette hearnfully, terrefre prepare OF 27. Finis griffette hearnfully, terrefre prepare OF 28. Finis griffette, hearnfully terrefre prepare OF 28. Finis griffette hearnfully, and the control of toloco. I don'the do repulsage. I reduces preferred addition, 1 ence particularly, in Landace preferred 28. Macrop pare modelment of the Control of 28. Macrop pare outpless distance prefer 28. Macrop pare outpless distance profess 28. Macrop pare outpless distance outpless 28. Macrop pare outpless distance 1.2100 AS 963,16 1.3400 RS 17.685,00 110.3860 RS 3.422,09 8,090,000 68,090 48,000 38,000 HS 2-312,55 HS 320,47 HS 1-345,34 HS 120,47 RS 120,78 do o 44 - Sonda para sepiração trapusal n.º 10, descartiles 50 - Sonda serial n.58 51 - Sonda serial n. 10 58 - Gube Rim em aço arox 750ml DENTAL SHOW - COMERCIO DE PROD.

5 - Alecohi em gal 17% - Franco de 1,000 m²

6 - Alecohi en gal 17% - Franco de 1,000 m²

10 - Calette intrayence perfetos de 1 felix a n° 20 G

11 - Galette intravence perfetos de 1 felix a n° 20 G

77 - Fila mediornola para cuantifica. 2 Gon 1 4 Son. col trence 22 - Fratia decentável infantil, Tienariha Pequena (P) 28 - Fratia gerillárica, descardivel (G) 30 - Fratia gerillárica, descardivel, Tamanho (EO) circuis

ar institutional and an institution of the second		Total	formscedor:	R\$ 72.292.10
Jošemed Consercio de Materiais Cirurgicos sia				
CONSÓRCIO INTERNUN	(ICEPA	L'DE SAÚD	Ε.	
f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:	Un.	Quantitiade	VI. Unitário	Tetal dos Illens
7 - Algodán hidroffile branco-role de 260 pc.	RL	660,000	5,9500	RS 11.364.40
12 - Catalor para oxigénio tipo oculos	UND	1.680,000	0.7990	R\$ 1.327.20
13 - Coletor de uma sist, fechado de 2.000ml, escala graduada	WHO	1.350,000	2,8300	R\$ 3,820.50
45 - Sonda folley II2 size nº 20 de lides, estéril, descarte sel	UNIO	610,000	3,6200	M\$ 1,720,23
86 - Scode Folloy U2 view n.* 22 de tillez, wateril, descartivel e	UND	150,000	2,8200	R\$ 423,00
56 - Cărula de Traqueostorea nº 98 em pidatico	UND	10,000	18,9000	RS 189,00
SR - Streets follow 02 view of 16 dis little, materit, descrats and	UND	80,000	2,8200	R\$ 84.80
- 10 marin		Tot	al fornecedor:	905-10,918,90
LONDRICIR COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR				
1 - Applife desc. 13mma4,5 cm. of breaf trifacetado, obruda salco.	UND	16,500,000	0,0500	R\$ 930,00
taico. 2 - Aguilha desc 25mm x 7cm c/ brest trifacctado, cérsula siliconi	UND	25.500,000	0.0500	R\$ 1.530,00
3 - Aguitha desc, 30mm x. 7 cm, com bisel trifacostado	UND	2,700,000	0.0600	R\$ 162.00
6 - Alcool etilico 70% - Prasco de 1.000 mil	FR	2.820,000	4,0500	R\$ 11,505.60
14 - Colette perfunccerante 13,0 %, duple trave, tiuplo revest.	UND	1.120,000	3,9500	PS 3.304,00
52 - Bonda wetral n. 12	UND	7.760,000	0,4700	R\$ 1.647,20
53 - Streda para supração traquisal n.º 06, descartável	UND	2,000,000	8.4300	RS 960,00
54 - Sonda para applração traquesi nº 66, descartavel.	UND	2,056,080	8,4450	RS 880.00
55 - Sonda uretral n.05	UND	300,000	0,4200	RS 125.00
		Tet	at fornecedor:	R\$ 22,944,80
POSSATTO & POSSATTO LTDA-EPP				
4 - Agulha desc 40mm v 12cm, t/ bisel tytacetado, cárcia- siáco.	UND	31 400,000	0,0799	R\$ 2.586.96
15 - l'ite microporossi para curativos, 5,0 cm x 10m cui branco	UND	1.440,000	3,4800	RS 5.011;20
		Tet	al femocedor:	R\$ 7,620,06
SOMAIPR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES				
18 - Prolida descartável infortili, tamanho (M)	CRADI	500,000	0,≤300	RS 215,50
21 - Fraide descartavel infantii, Tamanho Grande (G)	UND	2.124,000	0,4600	R\$ 965,80
23 - Frishin Geriatrica, Tamerno (EG) - Poso scima de 90	UND	14.693,000	1,1000	RS 16.162,30

R\$ 13.304.48 R\$ 2.142.50 R\$ 73.440.00 unidades

50 - Serings crim trava de seguranca de 10et, teim agui ha. UHD 22,000,000

41 - Seringa crim trava de seguranca . 3ml sem agui ha. UHD 17,400,000

42 - Seringa crim trava de seguranca eo 6ml, sem aguilha UHD 17,400,000

44 - Serinda foliego 00 militara de lasguitanca de 6ml, sem aguilha UHD 500,000

500,000 teles 10 ml 18 laste, astatiré, descendar level UHD 500,000 necedor: 95 184-204-22

CONCENSION PRODUCTOS MEDICOS CHOSPITALARES

CONCENSION PRODUCTOS CHOSPITALARES

CONCENSION Autorium a seminido dario notario de emperim comesport, entario
 Descripto de Disposse
 Aprillamento de Mayinicipio Compostados
 OSCONTRAS DE OSCONOS DE SENSOS D

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná



Quinta-Feira, 03 de Setembro de 2020

Ano IX - Edição Nº 2188

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

HOMOLOGAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Eletrônico Nº 70/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Item–Serviços nº 70/2020, de 03/08/20, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epigrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total − R\$	
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	450,00	
TOTAL HOMOLOGADO	450,00	

Que apresentou o Menor Preço por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 31/08/20.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito

SARAINIERS.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

296 me

Quinta-Feira, 03 de Setembro de 2020

Ano IX - Edição Nº 2188

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Espécie: Extrato de Contrato Pregão Eletrônico nº 70/2020.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Apólice de Seguro para Veículo Marca Citroen, Modelo Air Cross, Placas BDV 4C47, da Frota Municipal. Fundamento Legal: Lei 10520/02. Elemento de despesa 1730/F936. Data da assinatura: 31/08/2020. Vigência: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura. Contratante: Município de Chopinzinho. Contrato nº 276/2020. Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, Valor: R\$ 450,00. Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito.

od340416

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PE 70-2020

HOMOLOGAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Eletrônico Nº 70/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Item - Serviços nº 70/2020, de 03/08/20, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – RS	
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	450,00	
TOTAL HOMOLOGADO	450,00	

Que apresentou o Menor Preço por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato. É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 31/08/20.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO Prefeito

> Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:8B050FD4

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/09/2020. Edição 2089

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

298

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO PE 70-2020

Espécie: Extrato de Contrato Pregão Eletrônico nº 70/2020. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Apólice de Seguro para Veículo Marca Citroen, Modelo Air Cross, Placas BDV 4C47, da Frota Municipal. Fundamento Legal: Lei 10520/02. Elemento de despesa 1730/F936. Data da assinatura: 31/08/2020. Vigência: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura. Contratante: Município de Chopinzinho. Contrato nº 276/2020. Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. Valor: R\$ 450,00.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito.

Publicado por: Roberto Alencar Przendziuk Código Identificador:7E818D53

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/09/2020. Edição 2089
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/